



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ELINADJA FONSÊCA SILVA

**FEMINISMO NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE: FUNDAMENTOS E
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA**

**CAMPINA GRANDE
2020**

ELINADJA FONSÊCA SILVA

**FEMINISMO NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE: FUNDAMENTOS E
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos

**CAMPINA GRANDE
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586f Silva, Elinadja Fonsêca.
Feminismo no levante popular da juventude [manuscrito] : fundamentos e construção histórica / Elinadja Fonsêca Silva. - 2020.
111 p.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2020.
"Orientação : Profa. Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos , UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte ."
1. Levante Popular da Juventude. 2. Feminismo. 3. Movimentos Sociais. I. Título
21. ed. CDD 305.4

ELINADJA FONSÊCA SILVA

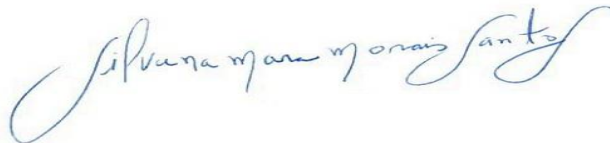
**FEMINISMO NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE: FUNDAMENTOS E
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

Aprovada em: 29/06/2020.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)



Profa. Dra. Sheyla Suely de Souza Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Rita de Lourdes de Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

À Maria Flor, que fez da minha vida uma primavera.

Às pessoas que sabem que o frio de Campina Grande só é bom se você tiver cobertor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a música, à poesia e à utopia que me trouxeram até aqui; ao sol e as águas da cachoeira do Crato, as matas reais e imaginárias que desbravei. Agradeço ao meu corpo por ter resistido e a minha sanidade que me permite sonhar com outro mundo.

Agradeço à Maria Flor, por ser tão inteligente e sempre guiar meus passos, pelo seu riso que renova as minhas forças para seguir rumo ao novo. Agradeço que tenha aprendido desde tão pequena a me dividir com os meus livros e meus estudos, por permitir que a mulher que eu fui antes não desapareça por completo. Que o nosso amor continue sendo um par de asas!

Agradeço ao meu Zé, por ter me dado todo o apoio que eu sempre precisei. Obrigada pela rebeldia e pelos sonhos que já rompem o amanhã, “faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar. Vem ver comigo, companheiro, a cor do mundo mudar”. Sou grata pelo amor e pela tua arte que faz transbordar o meu ser. “Te quero porque tua boca sabe gritar rebeldia”.

À minha família, meu pai e minha mãe; nós fomos bem além do que imaginávamos, tem um dedo nosso em tudo.

À minha orientadora, Silvana Mara, pela leveza e pelo compromisso. Admiro-te pela poesia que exala por onde passa; te desejo um mundo de coragem!

À Rita de Lourdes de Lima, por aceitar compor a banca de avaliação do meu trabalho.

À Sheyla Suely, por todas as contribuições dadas desde as aulas de Metodologia da Pesquisa, como também na banca de qualificação do meu projeto. Eu tenho muito carinho por você, admiro sua coragem e sua força. Agradeço, sobretudo, por ter segurado minha mão quando Flor estava para vir ao mundo e por toda a atenção dispensada a nós; sou muito grata por tudo!

À Mirla Cisne, pelas enormes contribuições durante esse processo e pelo carinho.

À Crislany Silva, que eu tenho a honra de ter como amiga. Não tenho palavras para agradecer o seu companheirismo, o seu afeto e todo o incentivo que me deu desde antes da minha chegada em Mossoró para iniciar a graduação. À você o meu carinho mais sincero sempre! Obrigada por toda a ajuda na formatação deste

trabalho, não tenho dúvidas que sem a sua presteza nada disso poderia ser realizado. Te amo!

Às amigas e amigos queridos que estiveram me apoiando durante esse processo: Samilly Alexandre, Luana Alves, Jonas Mateus, Dayvid, Patrícia, Luane, Andréa, Ana Clara e Débora, meu muito obrigada!

À Cíntia Simão e Taisa Costa, pelo apoio afetivo, cuidado e amor que sempre dedicam a mim e minha família; agradeço a força que vocês me transmitem seja através das palavras ou dos gestos.

À Michael Hudson, que mesmo tão longe fisicamente esteve tão perto de mim, dividindo as angústias e partilhando as alegrias. Amo você!

À Cida, amiga querida. Sou imensamente grata por te encontrar, você e suas crias tornam Campina Grande mais bonita. Obrigada por ser meu apoio em uma cidade tão hostil.

À Jordeana e sua família, que tanto nos acolheram. Grata por todo apoio durante o mestrado!

Aos colegas de turma: Renata, Gutierrez, Ana Teresa, Dassa, Don, Rayssa, Gírlan, Rita e Juh. Sem vocês esse caminho não teria sido tão leve; agradeço pela graça e companheirismo.

Ao PPGSS – UEPB, aos técnicos e aos professores do programa, especialmente à Moema Serpa, Idalina Santiago (Naca) e Mônica; meu muito obrigada pelo aprendizado e pelo acolhimento.

Direciono também os agradecimentos a FAPESQ / CAPES por possibilitar o desenvolvimento deste trabalho, por meio do apoio financeiro, que faz toda diferença no processo de valorização da pesquisa.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que se tornaram mães e que seguem teimando em mudar o mundo, ocupando os espaços de conhecimento que por tantas vezes são negados a nós e as nossas crias. Apesar da invisibilidade, seguimos colocando o nosso nome na história, porque o local do esquecimento não é nosso; seguimos resistindo. Agradeço à essas mulheres, porque toda vitória individual é sentida de forma coletiva. Avante, vamos provocar uma revolução!

Tenho em mim esse rasgo de nascença.
Uma fenda entre as pernas. Têm dias que
sangro antes do sol, e me escorre entre
joelhos e pés, dor e cansaço. No silêncio
farfalha uma fome sem data. Tenho em
mim esse rasgo de nascença, uma fenda
entre as pernas. Nunca me foram
necessárias santas. Por demais, o grito. A
voz, em punho, na cor das ruas. Não sou
mulher, sou mulheres!

(Zeferinas)

RESUMO

No presente momento a realidade brasileira se conecta profundamente com a crise estrutural do capital em nível internacional, tendo ainda como agravamento o avanço da extrema-direita de caráter neofascista em nosso país e no mundo. Isso representa um alerta para a construção da resistência feminista dentro e fora das organizações de esquerda. Neste sentido, esta dissertação se propôs a investigar a organização feminista no Levante Popular da Juventude. O objetivo geral foi analisar a direção sócio-política da organização feminista no Levante Popular da Juventude. Ainda, os objetivos específicos foram: identificar a articulação com outros sujeitos políticos e as pautas que unificam as lutas; reconhecer as principais reivindicações e ações feministas; e apreender qual a perspectiva de feminismo do LPJ e sua relação com a defesa de um projeto anticapitalista. Para isso, realizamos inicialmente um estudo teórico discutindo as categorias: movimentos sociais, juventude e feminismo. Estabelecemos diálogos com alguns autores(as), dentre os(as) quais, destacamos: Lukács (2012), Duriguetto e Montañó (2011), Marx e Engels (2011), Iasi (2007; 2011), Cisne (2013), Abramo (2007) e Federici (2004). Com uma abordagem qualitativa, utilizamos como método para orientar o nosso trabalho, o materialismo-histórico dialético. Realizamos uma pesquisa do tipo documental, em que fizemos um levantamento de todos os materiais vinculados no blog do Levante Popular da Juventude, entre novembro de 2014 e setembro de 2019. Os principais resultados indicam que: o uso das diversas técnicas de agitação e propaganda feitas pelo LPJ possibilita a articulação com as juventudes, como também com outros sujeitos políticos. As bandeiras de luta do LPJ compõem um conjunto de lutas a partir daquilo que entendem como um “Projeto Popular para o Brasil”. Identificamos que as principais reivindicações feministas no LPJ são: a luta contra violência doméstica e a luta sobre os direitos sexuais e reprodutivos; no entanto, observamos que essas pautas foram disseminadas somente em datas comemorativas ou em alusão à essas. A perspectiva feminista que direciona o movimento é a do feminismo popular, embora não haja, na documentação analisada, uma concepção explícita sobre o entendimento de feminismo popular. Buscamos então apontar os elementos que caracterizam essa perspectiva, quais sejam: desnaturalização dos papéis atribuídos aos homens e mulheres nessa sociedade, como também a compreensão da dimensão sistêmica do patriarcado e do racismo como núcleo que fundamenta as inúmeras formas de

opressão na sociedade capitalista. Ademais, o LPJ entende o feminismo como vital em sua organização política.

Palavras-Chave: Levante Popular da Juventude. Feminismo. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

At the present moment, the Brazilian reality is deeply related to a structural crisis of capital at the international level, with the worsening of advancement of the extreme right of a neo-fascist character in the country and in the world. This represents a warning for the construction of women's resistance inside and outside leftist organizations. Thus, this dissertation proposes an investigation of the feminist organization in the Levante Popular da Juventude. The general objective was to analyze the social-political direction of the feminist organization in the Levante Popular da Juventude. Still, the specific objectives were: identify the articulation with other political subjects and the guidelines that unify the struggles; recognize the main feminist claims and actions; and apprehend the LPJ's feminist perspective and the relationship with the defense of an anti-capitalist project. For this, we carried out a theoretical study on categories: work, social classes, social movements, conscience, youth and feminism. We established dialogues with some authors, among them, highlighted: Lukács (2012), Duriguetto and Montaña (2011), Marx and Engels (2011), Iasi (2007; 2011), Swan (2013), Abramo (2007) and Federici (2004). With a qualitative approach, we used dialectical materialism historical as a method to guide our work. We conducted a documentary type survey, in which we surveyed all the materials linked in the Levante Popular da Juventude blog, between November 2014 and September 2019. The main results indicate that: the use of the various techniques of agitation and advertising made by the LPJ allows the articulation with the youths, as well as with other political subjects. The LPJ guidelines make up a set of fights based on what they understand as a "popular project for Brazil". We identified that the main feminist demands in the LPJ are the fight against domestic violence and the fight over sexual and reproductive rights, however, we identified that these guidelines were only disseminated on or in reference to commemorative dates. The feminist perspective that directs the movement is popular feminism, although there is no explicit conception in the documentation analyzed about the understanding of popular feminism, we seek to point out the elements that characterize this perspective, namely: denaturalization of the roles attributed to men and women in this society, as well as the understanding of the systemic dimension of patriarchy and racism as the nucleus that underlies the countless forms of oppression in capitalist society. Furthermore, the LPJ understands feminism as vital to the political organization.

Keywords: Levante Popular da Juventude. Feminism. Social movements.

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONSTITUINTE	Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LPJ	Levante Popular da Juventude
MAB	Movimentos dos Trabalhadores Atingidos por Barragens
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPC	Modo de Produção Capitalista
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MTST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto
NMS	Novos Movimento Sociais
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A JUVENTUDE E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA	19
2.1	Trabalho, classes sociais e movimentos sociais: fundamentos teórico-políticos	19
2.2	A formação da consciência como processo histórico não linear ..	29
2.3	As condições de existência da juventude no Brasil	39
3	MOVIMENTOS SOCIAIS MISTOS DA JUVENTUDE E FEMINISMO .	47
3.1	Contribuições do feminismo ao socialismo	47
3.2	O Levante Popular da Juventude: movimento social que articula a juventude e o debate sobre a agenda feminista	56
4	A ORGANIZAÇÃO FEMINISTA NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE	67
4.1	As estratégias de luta e os parceiros no cotidiano da resistência	67
4.2	Principais reivindicações feministas do LPJ	84
4.3	Perspectiva de feminismo do LPJ e sua relação com a defesa de um projeto anticapitalista	90
5	CONSIDERAÇÕES GERAIS	96
	REFERÊNCIAS	101

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a história, desde o modo de produção escravista, é marcada pela divisão de classes, mas que foi no modo de produção capitalista que essa divisão se agudizou, de forma que a relação entre as classes é conflituosa e marcada pela exploração; portanto, as classes sociais são antagônicas.

Essa relação é permeada por uma ideologia da classe dominante que encontra na alienação um terreno fértil para exercer sua hegemonia, processo esse que dificulta a formação da consciência revolucionária, que tem como horizonte a transformação social. Esse processo se complexifica quando consideramos as relações sociais de sexo, que naturaliza a subordinação das mulheres em relação aos homens e, de modo particular, de lésbicas, gays, travestis e transexuais em relação às pessoas heterossexuais.

Minha aproximação com a temática se deu ao longo da graduação e da militância no movimento feminista, bem como de outros movimentos sociais, mais especificamente o Levante Popular da Juventude, no período de 2013 a 2015. Influenciada por esta aproximação resolvi refletir no meu trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social¹ sobre a relação dos homens do Levante Popular da Juventude de Mossoró com o feminismo, em que apreendemos as dificuldades desses homens em desconstruir e enfrentar o machismo, bem como compreender os espaços auto organizados de mulheres fora do movimento social ao qual pertencem.

Dessa maneira, durante a realização do curso de Mestrado, senti a necessidade de aprofundar esse debate, detendo-me na análise da organização feminista do Levante Popular da Juventude na atual conjuntura de desmonte do Estado, de avanço do conservadorismo e de crescimento do neofascismo no país.

No contexto atual, o Brasil apresenta um quadro conjuntural de fortes ataques à classe trabalhadora, oriundo da ofensiva do capital. Diante do processo de precarização das relações de trabalho e da vida dos/as trabalhadores/as, do desemprego estrutural, dos cortes no orçamento das políticas sociais, acompanhamos, desde as jornadas de junho de 2013, um momento de grandes

¹ Trabalho de Conclusão de Curso intitulado FEMINISMO E MILITÂNCIA DE ESQUERDA: uma análise da percepção de homens do levante popular da juventude, orientada por Mirla Cisne Álvaro, no ano de 2015, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

mobilizações sociais em todo o país². Vale destacar que, em meio a esse processo de lutas, foi aprovada e sancionada, pela então presidenta do país, Dilma Rousseff, a Lei 13.260/16, que ficou conhecida como Lei Antiterrorismo, com um explícito apelo à criminalização dos movimentos sociais e das mobilizações populares.

Cabe destacar que esse momento da realidade brasileira se conecta profundamente com a crise estrutural do capital em nível internacional³, tendo em vista as disputas imperialistas pela hegemonia, com forte ofensiva sobre o trabalho e os direitos sociais.

No tocante à realidade brasileira, ainda se consolidou o golpe parlamentar⁴, em maio de 2016, destituindo do cargo a presidenta eleita Dilma Rousseff (PT – jan. 2011 a ago. 2016). O vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB/ ago. 2016 a dez. 2018), filiado ao PMDB, assume o cargo e de imediato anuncia um novo programa de governo, conhecido como “Ponte para o Futuro”, que foi executado sem o apoio da população, uma vez que implementou medidas que concretizam o desmonte de uma série de direitos que outrora haviam sido conquistados por meio das lutas e reivindicações da classe trabalhadora e dos movimentos sociais organizados, sendo reconhecidos via Constituição Federal, como também desmonta as próprias políticas sociais, sob o argumento do receituário neoliberal de que o Estado enfrenta uma crise e que se gasta demais com as políticas sociais, sendo a saída efetuar cortes e ajustes nessa área.

Desdobrado do golpe parlamentar, o governo “ilegítimo” de Michel Temer teve como uma de suas principais medidas a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 – posteriormente identificada como EC 95 –, que prevê

² Série de manifestações que teve sua origem em São Paulo, mas que se estendeu por todo o país, manifestando-se contra o aumento das passagens de ônibus e posteriormente aglutinando uma série de outras demandas relacionadas à saúde, educação e mudança do sistema político. Destaco que a análise das jornadas de junho de 2013 precisa ser feita à luz da sua natureza contraditória e do seu caráter complexo; ver mais em Maricato *et al.* (2013). Esclarecemos, ainda, que, na nossa compreensão, esse processo não se inicia nas jornadas de junho de 2013, mas estas jornadas foram o estopim para a agudização da ofensiva capitalista, com aumento da visibilidade política do conservadorismo na realidade brasileira.

³ As transformações sofridas pelo capitalismo desde a década de 1970 (como o neoliberalismo, a crise do socialismo, a reestruturação produtiva em tempos de acumulação flexível, a incorporação de novas tecnologias na produção, a destruição dos recursos naturais e humanos), acentuam a sua lógica destrutiva, indicando o esgotamento das capacidades civilizatórias no modo de produção capitalista, atingindo a totalidade da vida social em escala global (MÉSZÁROS, 2011).

⁴ Cabe destacar as outras instituições e grupos que estiveram à frente do golpe, como o grande empresariado da Fundação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); a mídia, que foi peça fundamental para a consolidação do golpe como, a Rede Globo, a Revista VEJA, a Rede Record, o agronegócio e o Movimento Brasil Livre (MBL).

o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, ocasionando impactos desastrosos em áreas essenciais como saúde e educação, “visto que a PEC altera os critérios para cálculo das despesas mínimas nessas áreas que serão corrigidos pela variação da inflação do ano anterior, sem aumento real” (FRENTE AMPLA DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO PELA DEMOCRACIA, 2009, p. 6). No pacote de ofensivas sobre o trabalho, destaca-se a Lei de Terceirizações e a Reforma Trabalhista, essa última aprovada pelo Senado, em 11 de julho de 2017, e sancionada por Michel Temer.

O que quero destacar é que todas essas medidas têm um impacto real na classe trabalhadora e em particular na vida das mulheres, visto que estas são as que mais procuram os serviços de saúde – sendo 78%, em contraposição a 63,9% de procura dos homens –, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)/2013, divulgada em 2015. Com o congelamento dos gastos em saúde, são as mulheres que mais enfrentarão a precarização direta no atendimento nos serviços de saúde. Ainda segundo outra pesquisa do IBGE⁵ (2018), as mulheres dedicam 73% a mais de horas que os homens aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, representando 18,1 horas, enquanto os homens gastam 10,5 horas, sendo essa uma das razões que nos leva a ser maioria nos postos de trabalho parcial. Essa mesma pesquisa demonstra que, mesmo as mulheres estudando mais, trabalhando mais, ainda recebiam somente 63,4% do que os homens recebiam em 2016.

A presente pesquisa, portanto, teve como pretensão contribuir com a produção de conhecimento sobre a participação popular e a organização dos movimentos sociais, pois essa é uma discussão pertinente ao LPJ e a todos que buscam construir uma sociedade livre de exploração e opressão.

Portanto, nosso objetivo geral foi analisar a direção sócio-política da organização feminista no Levante Popular da Juventude. Ainda, nossos objetivos específicos foram: identificar a articulação com outros sujeitos políticos e as pautas que unificam as lutas; reconhecer as principais reivindicações e ações feministas; e apreender qual a perspectiva de feminismo do LPJ e sua relação com a defesa de um projeto anticapitalista.

Para tal, a perspectiva teórico-metodológica que orientou nosso trabalho foi a marxista, aquela que adota como método o materialismo-histórico dialético, por

⁵ Pesquisa divulgada em 2018 que analisa os dados de 2016.

entendermos que essa perspectiva nos oferece subsídios que contribuem para entender melhor a realidade em suas múltiplas determinações e sob uma concepção de totalidade e para além da aparência.

O materialismo reside na concepção de que o mundo material é uma realidade objetiva, uma realidade que existe independente da consciência do indivíduo; ou seja, não é a consciência que determina o ser, mas o ser que determina a consciência.

No que se refere ao aspecto histórico, o método materialista histórico-dialético nos permite apreender a realidade de forma dialética, ou seja, considerando seu movimento de transformação contínuo e suas contradições.

Esse método nos permite, ainda, entender que os fenômenos não são isolados. Para tanto, esses são entendidos em uma perspectiva de totalidade, partindo da compreensão de que os fenômenos estão articulados em um conjunto de relações (das mais diversas ordens econômicas, políticas, culturais etc.) e que se inter-relacionam. A totalidade nos fornece uma visão mais ampla e crítica, uma vez que nos permite superar a aparência, nos possibilitando uma aproximação com a essência dos fenômenos sociais.

Marx parte do entendimento da realidade social como um conjunto de complexos sociais articulados, formando a totalidade, sendo rica de determinações e múltiplas mediações que dão sentido e explicam a processualidade dos complexos sociais existentes. Dessa forma, não pode ser tomada como algo simples, mas como envolta por totalidades menos ou mais complexas (TONET, 2013). A totalidade como expressão daquilo que efetivamente é, dessa forma, a singularidade como forma imediata de aparição dos fenômenos, é fundamental para a compreensão do real, mas insuficiente por se apresentar sempre de forma imediata. “Marx não hesita em qualificar este método como aquele “que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto”, “único modo” pelo qual “o cérebro pensante” “se apropria do mundo” (NETTO, 2009, p. 13) e, como fruto desse “cérebro pensante”, é que se identifica que as formas imediatas da aparição dos fenômenos constituem relações universais, construídas socialmente, fazendo parte do ordenamento de dada ordem social. Vale destacar que essa universalidade deve ser compreendida em suas particularidades para não se cair em generalizações e/ou na a-historicidade.

Diante do exposto, compreendemos que a contribuição do método na construção da teoria social reside no fato deste sempre ser reconstrução, aproximações sucessivas do real em seu movimento, que tem como ponto de partida

e não de chegada aquilo que está posto no imediato (abstrações) e que essas aproximações não seriam possíveis se não fossem tomadas a partir da história real de homens e mulheres reais.

Assim, consideramos relevante a realização de uma pesquisa de tipo bibliográfica, pois acreditamos que os referenciais já construídos permitem a apropriação de conceitos e categorias que possibilitam abordar o nosso objeto de estudo com maior rigor.

Realizamos, ainda, uma pesquisa do tipo documental, caracterizando-se pelo uso “de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” (GIL, 2008, p. 45). Realizamos um levantamento de todos os materiais vinculados no blog do Levante Popular da Juventude, entre novembro de 2014 e setembro de 2019⁶.

A exposição da dissertação está organizada em 5 partes, sendo a primeira delas a introdução. No capítulo 2, “Juventude e o processo de formação da consciência na sociabilidade capitalista”, tratamos acerca dos fundamentos teórico-políticos das categorias trabalho, classes sociais e movimentos sociais, com destaque sobre o processo de formação da consciência, as discussões conceituais sobre a categoria juventude e uma breve contextualização sobre as condições de existência juvenis no Brasil.

No capítulo 3, “Movimentos sociais mistos da juventude e feminismo”, abordamos sobre a necessidade da articulação entre o feminismo e o socialismo para a concretização da emancipação humana; ainda abordamos a construção histórica do Levante Popular da Juventude como um movimento social misto de juventude.

No capítulo 4 “Organização feminista no Levante Popular da Juventude”, dividimos em três subitens: no primeiro, “As estratégias de luta e os parceiros no cotidiano da resistência”, identificamos as principais estratégias de luta do Levante Popular da Juventude, bem como os seus parceiros, as pautas que unificam as lutas com outros sujeitos políticos, como também enfatizamos seus principais opositores no cotidiano das lutas. No segundo subitem, “Principais reivindicações feministas do LPJ”, reunimos as reivindicações de cunho feminista encabeçadas pelo movimento, destacando, sobretudo, as ações realizadas. No terceiro subitem, “Perspectiva de feminismo do LPJ e sua relação com a defesa de um projeto anticapitalista”,

⁶ Elencamos esse período por ser a data de postagem do primeiro material em meio eletrônico e a data da última postagem realizada no blog do Levante Popular da Juventude.

evidenciamos a perspectiva de feminismo defendida pelo Levante Popular da Juventude, bem como a defesa de um projeto anticapitalista feita pelo movimento.

Por último, nas considerações finais, fazemos um resgate dos principais resultados da pesquisa e apresentamos nossas observações conclusivas sobre o tema abordado, dando respostas àquilo que havíamos elencado como problema de nossa pesquisa. Sem pretensões de esgotamento dessa temática, nosso objetivo foi contribuir com o debate e o amadurecimento político orientado para a organização coletiva, notadamente, com a organização feminista no LPJ.

2 A JUVENTUDE E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Neste capítulo buscamos compreender a centralidade da categoria trabalho na constituição do ser social, bem como a constituição das classes e dos movimentos sociais na sociedade capitalista. Ainda investigamos o processo de formação da consciência; buscamos, além disso, introduzir as discussões sobre a(s) Juventude(s), apreendendo as suas condições de existência no Brasil.

2.1 Trabalho, classes sociais e movimentos sociais: fundamentos teórico-políticos

É por meio do trabalho que o indivíduo rompe com a mera adaptação ou submissão ao mundo natural e ultrapassa a esfera estritamente biológica. O que ele inaugura de novo é a prévia ideação⁷, ou seja, o sujeito que constrói o produto o faz de forma consciente; usando a consciência prevê todo o processo de sua construção antes mesmo da materialização, “sendo a essência do trabalho em Lukács, uma peculiar e exclusiva articulação entre teleologia e casualidade” (LESSA, 2012, p. 60). Assim, ao passo que ao modificar a realidade através da construção de um novo ente, esse também se modifica; de forma que, por meio do trabalho, complexos como linguagem e sociedade são desenvolvidos, por isso a centralidade da categoria trabalho na constituição do ser social⁸.

O trabalho considerado nesses termos é aquele que possibilita tanto o próprio desenvolvimento quanto o desenvolvimento do que o realiza – o homem que trabalha. A ação consciente é aquisição que viabiliza a ultrapassagem do animal que se humaniza para além da esfera da necessidade, para além da restrição definida pelo nexos causal do mundo natural, sem que para isso haja eliminação dos condicionamentos naturais. Recorrendo à consciência e em busca de satisfação de suas necessidades, o Ser Social constrói o mundo humano recuando, mas não eliminando, as barreiras naturais (FORTI, 2013, p. 25).

Não estamos falando de algo tão simples quanto parece; a constituição do Ser Social por meio do trabalho rompe com qualquer analogia com a natureza. De forma que “[...] o trabalho apenas existe no interior do ser social, é uma categoria exclusiva

⁷ Ver sobre isso em Lessa (2012).

⁸ Sobre a centralidade do trabalho veja Marx (2013), Lessa (2012) e Lukács (2012).

do mundo dos homens [...]”, ainda sendo ele “portador das determinações essenciais do ser social, das determinações ontológicas que consubstanciam o salto da humanidade para fora da natureza” (LESSA, 2012, p. 34-35). Lukács nos oferece uma grande contribuição acerca desse tema quando diz que:

[...] o ser social pressupõe, em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares, o ser da natureza inorgânica e da natureza orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que o exclui, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados “domínios do espírito”. De modo igualmente enérgico, a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época do “darwinismo social”[...]. Esse desenvolvimento, todavia, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico no trabalho, para o qual não pode haver nenhuma analogia na natureza (LUKÁCS, 2012, p. 191).

Assim, o conceito de trabalho em Lukács é “a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social” (LESSA, 2012, p. 25), de forma que o indivíduo se lança na direção da construção de si mesmo enquanto novo ser, ao passo que modifica a natureza para atender as suas necessidades, constrói seus meios de vida e constrói a si mesmo, criando a própria história. Como tal, não pode ser pensado como atividade isolada de membros de um grupo; “O trabalho é, sempre, atividade coletiva: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 44).

Ainda corroboramos com Netto e Braz (2011) na constatação de que o trabalho pressupõe além da relação de transformação da natureza pelos sujeitos, implicando ainda, essencialmente, a interação “nos marcos da própria sociedade”, elemento que afeta seus sujeitos e as suas formas de organização.

Nesse quadro, emergem a consciência e o conhecimento, pois no desenvolvimento do processo laborativo é que são gestadas as necessidades espirituais do homem; é nesse percurso que a realidade vai sendo por ele desvendada, tocando a sua dimensão subjetiva. Daí inferirmos que na atividade laborativa o ser humano ultrapassa-se como ser puramente natural e adquire consciência e é guiado por ela, produz conhecimentos e valores, constrói-se socialmente e, tornando-se membro de uma coletividade, dá origem a formas de regulação da sua convivência social, ou seja, cria mecanismos reguladores (FORTI, 2013, p. 27).

De tal maneira, somente o ser social tem a capacidade de pensar e agir politicamente, sendo o desenvolvimento do ser social o próprio desenvolvimento da

história. Ou seja, diferencia-se e se apresenta como único ser capaz de realizar o processo de humanização, ainda se particularizando por:

Realizar atividades teleologicamente orientadas; objetivar-se material e idealmente; comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; escolher entre alternativas concretas; universalizar-se; e sociabilizar-se (NETTO; BRAZ, 2011, p. 51).

Gostaríamos de destacar desta citação a escolha de alternativas, enquanto particularidade do ser social, uma vez que elas implicam no exercício da liberdade; assinalamos, assim, que o ser social tem a capacidade de liberdade e se revela como uma estrutura de autoatividade dos sujeitos, capaz de produção de humanidade, colocando-os diante de novas necessidades e novas formas de realização dessas atividades - portanto, diante de escolhas entre alternativas concretas -, essa estrutura continua a se desenvolver no processo histórico, sendo o próprio desenvolvimento histórico o desenvolvimento do ser social (NETTO; BRAZ, 2011).

Chamamos atenção para o fato de o ser social não se resumir à categoria trabalho, sendo ela parte constitutiva, mas não a única. No seu processo de desenvolvimento, o ser social se diferencia e se complexifica, extrapolando as objetivações que se relacionam diretamente com o trabalho, sendo exemplo disso o direito, as artes, a ciência etc. Como nos chamam atenção Netto e Braz (2011, p. 53), “[...] o desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base necessária do trabalho, criam objetivações próprias”. É nesse ponto que a categoria práxis⁹ nos auxilia, no sentido de flagrar o universo do trabalho e das objetivações que o ultrapassam; é essa categoria que dá conta de relevar o ser social como um ser “criativo e autoprodutivo” (Idem).

É fundamental elucidar que, em condições históricas e sociais determinadas, os frutos do trabalho e da práxis não representam processos de humanização do ser social. Nesse sentido, é importante atentarmos para o que Marx (2011, p. 25) analisa quando afirma que: “[...] os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas

⁹ Não pretendemos aqui trazer o conceito de práxis, apenas demonstrar que é essa categoria teórica que dá conta do universo que diz respeito ao trabalho e complexidade do ser social que não se relaciona diretamente com ele. Para ver mais sobre práxis veja Lessa (2012).

circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado”. Marx e Engels ainda afirmam que “[...] a história de toda a sociedade até nossos dias consiste no desenvolvimento dos antagonismos de classe, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas” (1999, p. 12-13). O que queremos dizer é que, em determinadas condições, principalmente quando existe exploração entre os sujeitos, as relações sociais são atravessadas pelo fenômeno histórico da alienação, de forma que o trabalho e a práxis deixam de promover o processo de humanização do ser social.

Em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social é o conjunto de atributos e das possibilidades da sociedade, e esta é a totalidade das relações nas quais os homens estão em interação. Assim, em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social condensa o máximo de humanização construído pela ação e pela interação dos homens, concretizando-se em produtos e obras, valores e normas, padrões e projetos sociais (MARX, 2011, p. 55).

É com esse entendimento que afirmamos que o desenvolvimento do ser social em sociedades que são atravessadas pelo fenômeno da alienação se dá de forma desigual, não expressando igualdade no processo de humanização entre os sujeitos. É nesse processo que se evidencia que:

Em toda a história das sociedades, verifica-se um tipo de estratificação social. Ela representa a desigualdade social existente e a divisão das pessoas em grupos, estratos sociais, seja em relação à riqueza econômica, ao poder político ou religioso, seja em relação à função que se cumpre na sociedade (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 82).

É dessa forma que, nos interessa nesse ponto discutir sobre as classes sociais no modo de produção capitalista (MPC), tomando como base a perspectiva marxista, apreendemos que elas se constituem pelo lugar que os sujeitos desempenham e ocupam no processo produtivo. Não é apenas pelo que possuem, mas pela função na produção que os sujeitos passam a pertencer a uma determinada classe. Nesse sentido, Iasi (2007, p. 107), acrescenta que a classe se define “pela posição no interior de certas relações sociais de produção” e, ainda, “pela consciência que associa ou distancia de uma posição de classe” e “pela ação dessa classe nas lutas concretas”. Destacamos que é comum observarmos a definição das classes sociais a partir dos padrões de consumo ou do nível de renda. Divergimos dessa definição,

principalmente por considerar que ela não revela o caráter histórico da produção social.

Na obra de Marx não encontramos um estudo sistemático sobre as classes sociais, embora discuta sobre elas em suas elaborações teóricas, já que a problemática central de seus estudos foi a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista; de forma sintética, para ele, as classes se fundam na divisão social em um modo de produção determinado. Em *O capital*, abordando o MPC, ele diz que:

O processo de produção capitalista reproduz [...], mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. [...] O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro lado o trabalhador assalariado (2013, I, p. 161).

Assim, Marx explicita que o modo de produção capitalista é marcado pela divisão entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores expropriados de qualquer meio de produção, a não ser a sua própria força de trabalho que, no MPC, é vendida como uma mercadoria. Aqui, o trabalho perde o caráter de satisfação das necessidades humanas, de valor de uso, passando a ser diluído em valor de troca, rompendo, também, com o próprio processo de humanização do ser social. As relações entre os sujeitos e desses com seu trabalho se dão de forma alienada, sendo a alienação um dos elementos que dão base e sustentam a burguesia enquanto classe dominante.

É assim que, no MPC, os trabalhadores são explorados; ainda que amparados pela máxima da liberdade formal, segundo Virgínia Fontes (2008, p. 24), “essa “liberdade” resulta da expropriação da maioria da população das condições de assegurar a própria subsistência e é ela, portanto, que assegura a permanente conversão da força de trabalho em mercadoria”. Esse elemento é fulcral à compreensão do antagonismo entre as classes fundamentais, bem como a expropriação como condição de surgimento e permanência do capitalismo. Sobre isso, a autora argumenta que:

A expropriação capitalista não se limita à terra ou aos meios de produção – embora seja sobre eles que se exerça prioritariamente –, mas atinge todos os elementos da vida social que bloqueiem a plena disponibilidade da força de trabalho (para o capital), assim como dos elementos naturais que até então constituíam parte integrante da vida coletiva; bens não convertidos em mercadorias são expropriados, como água ou florestas, implicando, portanto, – e este é o elemento que queremos ressaltar – a expropriação das populações, a serem convertidas em massas “contáveis” de desempregados (ou, em outros termos, em pura disponibilidade para o mercado) (FONTES, 2008, p. 26).

Retomamos mais uma vez para o sentido da liberdade no MPC, uma vez que a expropriação é vital para a exploração capitalista. Assim, esse processo precisa ser retomado constantemente, pois não se limita à expropriação dos meios de produção; se alicerça, também, nas condições de produção de subsistência da classe trabalhadora, garantindo que esses necessitem vender “livremente” a sua força de trabalho para o capital. Trata-se, também, de estabelecer e garantir relações sociais que sustentem o capitalismo. Dessa forma, a liberdade não representa a escolha entre alternativas concretas, mas tão somente representa a “livre” disponibilidade para o capital, a partir das necessidades e das condições geradas pelo processo de expropriação (FONTES, 2008).

São justamente essas contradições, presentes nessa mesma sociabilidade, que fazem com que não se esgotem as possibilidades emancipatórias, assim como as várias mediações presentes no cotidiano se colocam como possibilidades de superação da alienação e organização política da classe trabalhadora. Portanto, dessa relação conflituosa é indispensável pensarmos as classes articuladas a lutas de classes, uma vez que “Marx vê as classes como sujeitos das alterações históricas, como mediações históricas das contradições estruturais que amadurecem no interior de cada sociedade” (IASI, 2007, p. 110). Dessa forma, na sociedade capitalista, a categoria classe social “não pode existir “senão na relação conflitual com outras classes” (BENSAID *apud* CISNE, 2013, p. 34). Dessa forma, concordamos com Guimarães (2016, p. 61-62), quando afirma que:

A organização política numa perspectiva crítica e totalizante destaca-se como uma das dimensões da existência social capaz de desmistificar as formas reificadas de ser e de pensar, inclusive porque a própria condição de exploração suscita as possibilidades de rebeldia. Em uma perspectiva de classe, a práxis política tem o papel essencial de fazer a crítica consistente aos pilares valorativos de sustentação do capital e de subsunção do ser humano ao mercado, reafirmando valores e princípios construídos na direção da emancipação humana. Podemos afirmar, então, que a política proporciona uma revalorização do coletivo, ao potencializar o enfrentamento da ideologia

dominante, realizando-se no campo contraditório da luta de classes. Dessa forma, a reflexão e a ação política constituem possibilidade de objetivação da dimensão humano-genérica do indivíduo.

Destarte, os movimentos sociais se constituem como um instrumento político-organizativo, sendo espaço de possibilidade de desenvolvimento do potencial revolucionário da classe trabalhadora, pois se apresentam como sujeito coletivo na luta de classes (GUIMARÃES, 2016). Destacamos que os movimentos sociais se caracterizam, de acordo com Duriguetto e Montaña (2011), por se tratarem de organizações que possuem determinado grau de formalidade e estabilidade, não se reduzindo às atividades ou mobilizações isoladas. Os sujeitos que fazem parte do movimento se articulam justamente por estarem envolvidos diretamente nas questões pelas quais se organizam.

Assinalamos, como tendência mais geral na organização política, a existência de duas expressões/modalidades de movimento: o movimento sindical (supostamente identificado como um movimento de classe), também conhecido como Movimentos Sociais Clássicos; e os Novos Movimentos Sociais, que expressam novos formatos e processos políticos. Apresentaremos as características centrais de cada um desses movimentos com o objetivo de destacar a complexidade do processo organizativo.

O primeiro, o movimento como a nomenclatura demonstra, se configura através da condição de classe dos sujeitos envolvidos, fruto da contradição capital/trabalho; portanto, das contradições oriundas fundamentalmente da esfera produtiva. Definem os seus objetivos sob a perspectiva de assegurar limites na exploração, se caracterizando, na maioria das vezes, por possuírem uma concepção reformista-sindicalista, onde as lutas se dão no campo da consciência em si ou consciência sindical. A exemplo, temos as reivindicações salariais e por leis trabalhistas; como também podem atingir objetivos pautados na transformação da ordem, sendo os processos de luta oriundos da sua situação na relação capital/trabalho. Conseguem, então, visualizar a burguesia como seu inimigo e, dessa forma, a sua configuração e as bandeiras de lutas se determinam na dimensão econômico-política desenvolvidas com base na consciência de classe. Assim, fazem a crítica à propriedade privada, reivindicam o fim da exploração e têm como horizonte a superação das classes sociais (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011). Portanto, os movimentos sindicais não podem ser considerados revolucionários em si; é necessário analisar a direção social de suas reivindicações e formas de luta em um determinado período histórico.

A necessidade e os primeiros movimentos de organização da classe trabalhadora surgem justamente da degradante realidade com que se defrontava o proletariado, concentrado no espaço fabril, condicionado a 16 horas de trabalho diário, subordinado ao tempo e ao ritmo do recém incorporado maquinário, a berrante insalubridade do espaço de trabalho e das suas habitações, o que fazia com que a expectativa de vida desses não ultrapassasse os 21 anos de idade na passagem da manufatura para a indústria. Diante do desemprego crescente, inicialmente, os trabalhadores elegeram como seu inimigo as máquinas, e deflagraram ações violentas que visavam à sua destruição. Este movimento ficou conhecido como Ludismo, sendo fortemente reprimido pelo Estado, que, como resposta aos anseios da burguesia, prendeu, deportou e sentenciou à morte os operários que atentaram contra as máquinas (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011).

No entanto, o primeiro movimento considerado propriamente de cunho político foi o movimento Cartista, que aglutinava em suas pautas reivindicativas a dimensão econômica, exemplificada na luta pela redução da jornada de trabalho e aumento salarial; como também congregava a dimensão política, reivindicando o direito ao voto pelos trabalhadores. É nos desdobramentos do movimento político encabeçado pela classe trabalhadora que são flagrados o interesse público e a dimensão política da questão social. Segundo Netto (2001), os movimentos revolucionários de 1848 ferem as bases da cultura política que fundamentava o movimento dos trabalhadores, “trazendo à luz o caráter antagônico dos interesses sociais das classes fundamentais”. Dessa ruptura, ainda segundo Netto:

[...] resultou a clareza de que a resolução efetiva do conjunto problemático designado pela expressão “questão social” seria função da eversão completa da ordem burguesa, num processo do qual estaria excluída qualquer colaboração de classes – uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si e classe para si” (2001, p. 44).

No entanto, como o próprio Netto continua, “consciência política não é o mesmo que compreensão teórica” (2001, p. 45), e, após várias derrotas dos movimentos revolucionários de 1848, houve refluxo no processo de luta da classe trabalhadora. É nesse mesmo terreno que é publicado o Manifesto do Partido Comunista¹⁰, que tinha como objetivo se constituir como instrumento de agitação da

¹⁰ Estamos nos referindo ao Livro escrito por Marx e Engels (1999).

classe trabalhadora na perspectiva de sua identificação enquanto classe social revolucionária. É no Manifesto que Marx e Engels fazem a convocatória da união internacional dos trabalhadores para superar o modo de produção capitalista, com a máxima “Proletários de todos os países uni-vos” (1999, p. 65). Nos anos posteriores foi criada, ainda, a Associação Internacional dos Trabalhadores, organização que aglutina o sindicato e o partido proletário.

Queríamos destacar que os processos de luta da classe trabalhadora são permeados com avanços e recuos, pois, além das divergências políticas, como no caso do interior das Associações Internacionais dos Trabalhadores, o proletariado sofreu duras derrotas, fruto das estratégias burguesas, desde a cooptação de lideranças da classe trabalhadora, até o uso repressivo do braço armado do Estado. Nesse sentido, gostaríamos de mencionar que também são considerados movimentos sociais clássicos aqueles que se expressam como movimentos de libertação nacional, o movimento socialista e, também, os movimentos anticapitalistas, aglutinados pela visão de superação da ordem social vigente (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011).

Prosseguindo a análise sobre as duas expressões de movimentos sociais, temos as características da segunda modalidade, que emergem como novos movimentos sociais (NMS), a partir do final da década de 1960. São manifestações políticas que deslocam a centralidade de suas pautas da relação trabalho/produção movimentos contra a guerra do Vietnã, os movimentos ecológicos, os movimentos pela liberdade sexual e o Maio de 1968; são exemplos de que as demandas do que ficaria conhecido como os Novos Movimentos Sociais ultrapassavam a relação capital/trabalho, revelando que “as condições de reprodução do capital ultrapassam seu simples movimento econômico para se estender à totalidade das condições sociais de existência” (BIHR *apud* DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, P. 266). Ribeiro analisa especificidades que caracterizam os NMS:

O final da década de 1960 trouxe especificidades nas formas de manifestações políticas, demandando novas abordagens. Isso possibilitou novas formas de análises que potencializam o deslocamento da centralidade das classes sociais e a decomposição do prisma da totalidade na intervenção de tais movimentos. [...] Essa concepção que embasa a análise apologética dos “novos movimentos sociais” nega a processualidade histórica, interpreta a vida social de forma caótica e episódica, onde os fatos e acontecimentos aparecem desconectados e aleatoriamente produzidos. Inexiste nessa análise a universalidade dos fatos que, por sua vez, se constituem meramente como processos singulares, como uma forma de objetivação particular deslocada da totalidade social e dos determinantes históricos-econômicos (RIBEIRO, 2014, p. 112-113).

A partir da crítica aos NMS, a leitura marxista considera que se caracterizam por identificarem o Estado como alvo de pressão para atendimento de suas demandas. Já com relação à determinação econômica-política, é engendrado um processo de deseconomização, o que ocasionalmente gera leituras e ações pautadas no politicismo; ainda, retiram o caráter de luta classista, de forma que o objetivo da luta é convertido na busca coletiva pelo acesso ao consumo de bens e serviços, à defesa de direitos humanos, políticos e sociais. Importante destacar que esta classificação em duas modalidades de movimentos não deve ser tomada como algo estático e linear, sendo fundamental, em cada momento histórico, entender a dinâmica das reivindicações e dos sujeitos políticos, visto que não há como excluir a possibilidade histórica de alguns desses movimentos superarem seus limites e se orientarem por objetivos revolucionários, pautando a transformação social (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011).

Os limites dos NMS são apontados por Bihl (*apud* DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011) como o particularismo de suas demandas, o que inclinaria ao isolamento dos grupos aos seus problemas específicos, reduzindo as suas ações em práticas localizadas, sendo o segundo limite considerado pelo autor o fato dos NMS não colocarem em cheque as relações de produção e reprodução capitalista, distanciando-se da luta do proletariado.

Ainda sobre o entendimento sobre NMS, concordamos com a análise crítica de Duriguetto e Montaña, segundo os quais:

[...] denominou-se como Novos Movimentos Sociais na América Latina a emergência de organizações, movimentos, sujeitos sociais, que pautam suas ações, demandas e lutas a partir de uma diversidade de temas e de questões. É esse universo multifacetado – tanto no campo organizativo quanto no campo interventivo – que constitui o denominador comum na utilização de “Novos Movimentos Sociais”. [...] Afirmamos, em acordo com Evangelista (1992), que o aparecimento dos movimentos sociais contemporâneos ampliou o campo da política e das práticas políticas, em vez do seu abandono pelas causas culturais [...] (2011, p. 342-343).

Dessa forma, aludimos que as tendências recentes na conformação das lutas sociais, bem como a historicidade, só podem ser apreendidas por meio da análise da realidade concreta. Consideramos a crítica marxista sobre os Novos Movimentos Sociais pertinentes, notadamente pela forma como a literatura sociológica deslegitimou o movimento sindical e partidário e consagrou os NMS. No entanto,

afirmamos que mais importante que esta classificação é apreender o movimento real de cada movimento e, sobre os NMS, não desconsiderar o seu potencial de luta e sua relação com as lutas de classes. Esses movimentos nos conduzem a espaços políticos esquecidos pelos movimentos sociais clássicos, o que nos permite o entendimento de que existem novas manifestações, que exigem organização e que estão em disputa e guardam relação, nem sempre imediata, no universo de contradição fundante na relação capital/trabalho. É dessa forma que defendemos que não há como excluir de modo a-histórico as possibilidades de alguns desses movimentos superarem seus limites e se orientarem por objetivos revolucionários, pautando a transformação social, em perspectiva de emancipação humano-genérica.

2.2 A formação da consciência como processo histórico não linear

No item anterior, analisamos o processo de organização da classe trabalhadora; assim, flagramos que é justamente no processo de formação das classes sociais que são lançadas as bases para o processo de formação da consciência, ou seja, para uma autorrepresentação consciente de uma determinada classe. Chamamos atenção para o fato de que esse processo de autorrepresentação não surge do nada; não basta apenas pertencer a uma classe para que seja consciente sobre ela, ou seja, segundo Iasi (2007, p. 13), “cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõem a base material de sua concepção de mundo”. Apesar dessa dimensão subjetiva, chamamos atenção para a análise marxiana, quando afirma que “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX;ENGELS 2009, p. 32), o que nos impede de enveredar por um caminho de base idealista nos estudos sobre consciência.

Outro trecho que gostaríamos de chamar atenção e que inclusive já foi usado por nós é o que diz que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2011. p. 25). Reproduzimos esse trecho mais uma vez, pois sintetiza a concepção materialista de que homens e mulheres são construtores da própria história, elucidando a dimensão política do ser social, ainda que essa história esteja em disputa e seja construída em condições adversas.

Antes de continuarmos, gostaríamos de fazer alguns destaques acerca do nosso entendimento sobre o processo de formação da consciência. Partimos dos fundamentos marxianos em que:

[...] cada momento traz em si os elementos de sua superação, em que as formas já incluem contradições que, ao amadurecerem, remetem a consciência para novas formas e contradições, de maneira que o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos (IASI, 2007, p. 12).

O que nos exige pensar a consciência de modo não linear e sim de maneira processual, de forma que a consciência do indivíduo é gerada a partir das relações concretas entre este e tudo aquilo que está posto à sua volta, contendo movimentos de avanços e recuos em seu processo de formação. Nesse sentido, a consciência:

[...] não “é”, se “torna”. Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas, que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando, aparentemente, as formas que abandonou (IASI, 2007, p. 12-13).

Ainda, entendemos que não existe um estado de não consciência. Todas as pessoas conseguem de alguma forma representar mentalmente a si e os seus atos (IASI, 2007). Devemos atentar, também, para o que nos diz Cisne:

É importante ressaltar que a consciência não é apenas uma introjeção do mundo externo. O indivíduo ao “tomar consciência” projeta também sua reflexão sobre a sociedade, mediada pelas múltiplas relações que estabeleceu e estabelece ao longo da sua trajetória. Não devemos, portanto, compreender a consciência como algo apenas subjetivo, tampouco, apenas como uma introjeção do mundo objetivo, mas como uma síntese das relações estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade. Nessa perspectiva, a consciência não é algo meramente individual ou exclusivamente subjetivo, posto que os indivíduos estabelecem no processo de formação da consciência relações com o mundo externo (2013, p. 55).

Ou nas palavras de Marx e Engels (2009, p. 43), “a consciência é naturalmente, antes de mais nada, mera conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente”; de maneira que, a consciência é compreendida em si como a unidade entre aspectos subjetivos e objetivos, ao mesmo tempo sendo um processo múltiplo e uno em que, portanto:

[...] a consciência só pode ser gerada a partir e pelas relações concretas entre os seres humanos, e desses com a natureza, e o processo pelo qual, em

nível individual, são capazes de interiorizar relações formando uma representação mental delas” (IASI, 2007, p. 14).

É nesse sentido que aludimos que, na sociedade capitalista, as relações entre os sujeitos e a sociedade são mediadas por diversas instituições, sejam elas de socialização primária, como a família, sejam as instituições de socialização secundária, como a escola. Essas instituições integram esse sujeito em relações que servem de base para a construção das suas concepções de mundo, evidenciando que “a consciência determinante numa época não age diretamente do todo social até os indivíduos sem mediações” (IASI, 2014, p. 108). Alertamos que as determinações postas por estas instituições variam, já que uma realidade tão diversificada imprime processos de vida diferenciados entre os sujeitos, mas que, apesar de determinantes, quando analisamos a consciência, essa é sempre a síntese das relações estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade e que, portanto, também pode mudar ao longo da trajetória de vida e do contexto histórico vivenciado pelos sujeitos; esse elemento evidencia a fluidez da consciência, sendo ela movimento e não estática (CISNE, 2013).

O fato é que a consciência de classe que não é, mas se torna, é determinada historicamente pelas relações concretas de dada sociedade e essas, por sua vez, se estabelecem a partir da dinâmica da luta de classes, que é relação conflitual e antagônica, portanto, uma luta política (CISNE, 2013). E, assim, sendo a sociedade capitalista marcada pela expropriação e pela desigualdade, onde os trabalhadores são submetidos à exploração extenuante da sua força de trabalho e espoliados da riqueza socialmente produzida, é que visualizamos, nessa mesma dinâmica, as bases para as apreensões das contradições pelos sujeitos, pela própria desconexão entre a ideologia defendida pela classe dominante e as condições de vida a que são submetidos. Esses fatores permitem a gestação de uma nova forma de consciência, uma consciência própria da classe trabalhadora, e a constituição desses enquanto proletariado. Nas palavras de Marx:

Uma classe oprimida é a condição vital de qualquer sociedade baseada no antagonismo de classes. A libertação da classe oprimida implica, portanto, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se é preciso que as forças produtivas já adquiridas e as relações sociais existentes já não possam existir lado a lado. De todos os instrumentos de produção, a maior força produtiva é a própria classe revolucionária (MARX, 1985, p. 159).

Portanto, é necessária a construção de novos valores, que correspondam a essa nova concepção de mundo, uma vez que a luta de classes também se “expressa [...] como uma luta entre valores, entre concepções de mundo, entre ideias sobre uma base material em constante mudança” (IASI, 2014, p. 32). É nesse sentido, que, diante da realidade de uma sociedade dividida em classes com interesses antagônicos e em disputa, acreditamos ser pertinente discutir sobre o papel do Estado, desmistificando a visão quase que canônica a respeito dele. O próprio Marx reconhece o Estado “tão somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1999, p. 27).

É importante sinalizar que o surgimento do Estado coincide com o advento da propriedade privada, sendo ele produto da divisão social do trabalho. Segundo Mandel (1982), é possível classificar as principais funções do Estado:

- 1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
- 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
- 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é “dos males o menor”, ou “vontade suprema, ou porque nem percebem a exploração) (p. 333-334).

Embora as suas funções sofram variações ao longo da história, esses três elementos funcionam como sua base, de forma que o Estado é, em si, um instrumento nas mãos da classe dominante para a manutenção de seus domínios em toda a sociedade. Comumente, observamos a defesa dos interesses dominantes mais fortemente por meio da sua dimensão coercitiva; no entanto, “a dominação de classe baseada apenas na repressão seria equivalente a uma condição insustentável de guerra civil permanente” (MANDEL, 1982, p. 334). É dessa forma que chamamos atenção à importante função integradora do Estado, uma vez que a ordem capitalista necessita de uma certa estabilidade e fluidez econômica e social, forma que não é capaz de ser mantida no uso permanente da função repressiva do Estado.

Assim, a disputa pela hegemonia e manutenção do *status quo* na sociedade burguesa é tensionada pelo papel integrador do Estado, atuando de forma mais contundente na educação, nos meios de comunicação e na cultura. O fato é que uma função desempenhada pelo Estado não anula a outra, o que se mostra é que essas

funções se entrelaçam e se alternam de acordo com a dinâmica da luta de classes. Dessa forma, gostaríamos de destacar o papel ideológico assumido pelo Estado, o de garantir que a ideologia dominante continue sendo a da classe dominante e de que os dominados aceitem a sua condição de dominados, sem que haja necessariamente o enfrentamento direto e, conseqüentemente, o uso do aparato repressor. É nesse percurso que acreditamos ser importante nos debruçarmos sobre ideologia, assim como, também, sobre a concepção de alienação e das formas de consciência.

Para pensar a ideologia no universo do capitalismo, é preciso, antes de tudo, apreender que ela resulta da divisão da sociedade em classes sociais contraditórias; portanto, surge em uma sociedade em que os interesses são antagônicos, assim:

As ideias, as representações e os valores que compõem a consciência dos seres humanos, além de representar as relações reais a que se submetem, devem também justificá-las na direção de manutenção de determinados interesses, ou seja, a consciência pode se tornar ideologia (IASI, 2014, p. 94-95).

Não existe um conceito único a respeito da ideologia, dessa forma, precisamos destacar que consideramos, neste trabalho, o conceito de ideologia defendido por Marx, como um conceito negativo. Essa noção eminentemente negativa parte do fato de que a ideologia é envolta, necessariamente, em uma relação de dominação de uma classe sobre a outra, ou seja, a ideologia para Marx tem como aspecto central a contradição. Outros autores discutem ideologia, a exemplo de Lenin, como “um conjunto de ideias vinculadas às classes em luta na sociedade capitalista, tendo, desta forma, uma ‘ideologia burguesa’ e uma “ideologia proletária” (IASI, 2014, p. 96). Discordamos dessa compreensão, pois consideramos, todavia, o fato de que “toda ideologia é uma forma de consciência, mas nem toda forma de consciência é ideologia” (IASI, 2014, p. 97), de maneira que a forma de consciência do proletariado não pode ser confundida com a ideologia da classe dominante.

Já mencionamos a ideologia como resultado da divisão da sociedade em classes. Por isso, “as ideias da classe dominante são em cada época as ideias dominantes” (MARX; ENGELS, 2009, p. 72). Assim, a ideologia serve como instrumento de justificação e dominação de uma classe sobre outra; é uma ferramenta de naturalização das relações sociais. Por isso, discordamos da concepção ainda fortemente difundida, de que ideologia é uma falsa ideia; ao contrário, é expressão ideal das relações materiais dominantes, sendo, também, expressão das relações que

tornam uma classe dominante (MARX; ENGELS, 2009) é dessa maneira que flagramos o movimento da ideologia como realidade aparente e não como falsa realidade. Nas palavras dos autores:

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas ideias são, portanto, as ideias dominantes de sua época (MARX; ENGELS, 2009, p. 62-63).

A ideologia encontra nos indivíduos o terreno necessário para exercer sua dominação, esse terreno é a alienação. Compreendemos que existe uma relação entre ideologia e alienação, o que não significa dizer que são a mesma coisa, ao contrário, se diferenciam substancialmente, como nos mostra Iasi:

A alienação não é o mesmo que ideologia [...]. A alienação que se expressa na primeira forma de consciência é subjetiva, profundamente enraizada como carga afetiva, baseada em modelos e identificações de fundo psíquico. A ideologia agirá sobre esta base e servirá de suas características fundamentais para exercer uma dominação que, agindo de fora para dentro, encontra nos indivíduos um suporte para estabelecer-se subjetivamente (2007, p. 20).

A divisão social do trabalho no modo de produção capitalista gera condições para que haja alienação na atividade humana. O trabalho deixa de ser uma atividade prazerosa, de plena realização objetiva e subjetiva, passando a ser uma atividade angustiante, marcada pela inversão e a naturalização de relações sociais que expressam o domínio de uma classe pela outra, onde a alienação se expressa em três níveis:

Ao viver o trabalho alienado, o ser humano aliena-se de sua própria relação com a natureza [...] Vivendo relações em que ele próprio se coisifica, onde o produto de seu trabalho lhe é algo estranho e que não lhe pertence, a natureza se distancia e se fetichiza. Num segundo aspecto, o ser humano aliena-se de sua própria atividade. O trabalho transforma-se de ser a ação própria da vida para converter-se num “meio de vida” [...] o ser humano se aliena de si próprio (auto-alienação). Isso nos leva ao terceiro aspecto. Alienando-se de si próprio como ser humano, tornando-se coisa [...] o indivíduo afasta-se do vínculo que o une a espécie. Em vez de o trabalho tornar-se o elo do indivíduo com a humanidade, a produção social da vida, metamorfoseia-se num meio individual de garantir a própria sobrevivência particular (IASI, 2007, p. 21-22).

Dessa forma, a divisão social do trabalho cria uma contradição, pois aquele que produz a mercadoria não será o mesmo que irá consumi-la; estão forjadas, assim, as bases para a superação da primeira forma de consciência. Destarte, como nos esclarece Cisne a respeito da alienação como uma característica da primeira forma de consciência, “é sobre essa base social que há o processo de formação da consciência, embebido por relações de alienação que proporcionam o desenvolvimento das distorções ideológicas acerca do conhecimento da realidade” (2013, p. 66).

Como já foi mencionado, não existe um estado de não consciência. Sendo que o processo de consciência possui três formas de consciência diferentes e que os avanços de uma forma para a outra não significa dizer que os elementos da primeira foram superados ou que o indivíduo não possa retornar aos elementos que caracterizam a primeira forma de consciência, ou seja, são formas diferenciadas, mas em processo, em movimento, fluidas; destacamos essas dimensões para que não se recorra ao erro de considerá-las como etapas de modos acabados.

Assim, cremos que a alienação faz parte da primeira forma de consciência, sendo esta embebida de uma carga afetiva e sensorial muito grande, já que se constitui por meio das relações mais próximas, a família, como exemplo, e a percepção do mundo para além do indivíduo. É a forma que o indivíduo interioriza a realidade concreta, formando, assim, uma representação mental dessa realidade. Destarte, os elementos que são característicos dessa primeira forma de consciência são:

1. a vivência de relações que já estavam preestabelecidas como realidade dada;
2. a percepção da parte pelo todo, onde o que é vivido particularmente como uma realidade pontual torna-se “a realidade” (ultrageneralização);
3. por esse mecanismo, as relações vividas perdem seu caráter histórico e cultural para se tornarem naturais, levando a percepção de que “sempre foi assim e sempre será”;
4. a satisfação das necessidades, seja da sobrevivência ou do desejo, deve respeitar a forma e a ocasião que não são definidos por quem sente, mas pelo outro que tem o poder de determinar o quando e como;
5. essas relações não permanecem externas, mas se interiorizam como normas, valores e padrões de comportamento, formando com o SUPEREGO, um componente que o indivíduo vê como dele, como autocoerção e não como uma exigência externa;
6. na luta entre a satisfação do desejo e a sobrevivência, o indivíduo tende a garantir a sobrevivência, reprimindo ou deslocando o desejo;
7. assim, o indivíduo submete-se às relações dadas e interioriza os valores como seus, zelando por sua aplicação, desenvolvimento e reprodução (IASI, 2007, p. 18-19).

Aludimos para o que afirma Iasi (2014, p. 112), que “a identidade no outro é fator universal que caracteriza a relação do indivíduo como ente social”. Então, continua o mesmo autor:

Somente em determinadas circunstâncias, exatamente no contexto de uma sociedade cindida em interesses de classe antagônicos, é que tal processo pode produzir uma consciência social que ao contrário de ser um elemento de identidade do indivíduo com a sociedade volte como força hostil, como justificativa e ocultamento de relações de dominação, ou, para ser preciso, como ideologia (Idem, p. 113).

Como na primeira forma da consciência, a alienação se expressa mais fortemente; é gestado aí o terreno para a dominação das ideias dominantes, ou seja, a ideologia da classe dominante, de maneira que as relações sociais no modo de produção capitalista são relações que produzem alienação.

Esse fato faz com que o indivíduo assuma como sua uma concepção de mundo que se origina no outro; pode naturalizá-la imaginando, por captar uma relação particular como se fosse o todo, que sempre foi assim e, portanto sempre será. Desta forma, o indivíduo constitui uma visão de mundo particularista e apartada do movimento histórico de sua entificação, por isso podemos chamar esta primeira forma de consciência, típica de indivíduos novos que se inserem numa sociedade determinada, de alienação, ou consciência alienada (IASI, 2014, p. 112).

Assim, vale destacar que as relações de trabalho assumidas por aqueles que vendem a sua força de trabalho encontram materialidade antes mesmo de se estabelecer um contrato entre patrão e empregado, elas ainda são estabelecidas no seio dos laços familiares e afetivos, pois encontram no outro os elementos que assumem como sua concepção de mundo.

Então, em uma sociedade marcada pela divisão social do trabalho que tem como base a propriedade privada, crianças e jovens observam e internalizam, ainda nas relações familiares, que é normal, aceitável e até mesmo uma obrigação, vender a força de trabalho em troca de um salário. Expropriados dos meios de produção e do produto de seu trabalho, o/a trabalhador/a assume ele mesmo uma relação coisificada, na qual ele mesmo é uma mercadoria.

É deste modo que a superação da primeira forma da consciência é gestada nela mesma, por meio de uma crise ideológica que, segundo Iasi (2007, p. 27), reside no fato de que o desenvolvimento das forças produtivas promove uma “dissonância

entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se efetivam na realidade em mudança”. O indivíduo passa para um estágio de revolta, de se sentir injustiçado, ao reconhecer que não é somente ele enquanto indivíduo isolado que sofre essas injustiças, mas reconhece no grupo os mesmos problemas; abre-se, assim, a possibilidade de se atingir a segunda forma de consciência, conhecida como consciência em si.

Na consciência em si, também denominada como consciência reivindicativa, o sujeito demanda aquilo que lhe atinge de forma mais imediata. Suas reivindicações não procuram superar questões estruturais, tampouco o modo de produção capitalista, de forma que se expressa ainda na vivência baseada nas relações imediatas; mas, ao contrário da primeira forma de consciência, na qual a expressão dessas relações imediatas está centralizada no ponto de vista do indivíduo, na segunda forma de consciência eles se concentram no ponto de vista do grupo, da categoria que reivindica (IASI, 2007). Entretanto, essas reivindicações podem evoluir para outra forma de consciência, conhecida como consciência revolucionária ou “para si”, que supera a consciência reivindicativa (em si). Assim, é na segunda forma de consciência que temos, como particularidade, a percepção e a identidade com o grupo e os interesses desse, fruto da relação conflitual com grupos opostos. Todavia, a segunda forma de consciência ainda encontra limites, uma vez que ainda se encontra permeada por relações imediatas. Nega-se uma parte da ideologia dominante, porém, ainda existe a sujeição aos ditames do capital. Exemplo disso é que:

A consciência ainda reproduz o mecanismo pelo qual a satisfação do desejo cabe ao outro. Agora, ela manifesta o inconformismo e não a submissão, reivindica a solução de um problema ou injustiça, mas quem reivindica ainda reivindica de alguém [...] temos que nos submeter às formas e condições estabelecidas por outros para manifestar esse inconformismo. [...] Esses não são [...] apenas limites de uma certa forma de consciência, mas também os limites dos instrumentos políticos que correspondem a essa consciência: as greves e o sindicato (IASI, 2007, p. 31).

Portanto, existe um quadro de agitação dos/as trabalhadores/as, como também existem as lutas, no entanto, elas são travadas no capitalismo, sem que necessariamente se proponham transformações na estrutura da sociedade, como a eliminação do sistema vigente. É justamente no processo de buscar as causas e não mais os efeitos que determinam as suas condições de vida que os indivíduos podem alcançar a terceira forma de consciência, na qual não existe mais o grupo, mas sim, a

classe. Segundo Iasi (2007, p. 36), “a consciência assume uma dimensão que não tem como se realizar dentro dos limites do pensamento, arvorando-se, necessariamente, pelo campo da prática”, pois:

Quando a consciência era regida pelo princípio do prazer, ela queria tudo e já. Quando nos organizamos para reivindicar algo, sabemos que não será de imediato, mas o movimento só se mantém enquanto perdura a esperança de alcançara a vitória o mais cedo possível. Mesmo quando já se apresenta a consciência da necessidade de constituir patamares de organização mais permanentes, imaginamos as possibilidades de realização dentro dos limites de nossa temporalidade. Agora, no entanto, a consciência nos aponta uma tarefa que transcende nossa vida individual (IASI, 2007, p. 40).

Portanto, é uma característica da terceira forma de consciência a negação do sistema capitalista, bem como o seu enfrentamento, para, em seguida, negar a própria classe, no sentido de superação e construção de uma nova sociedade, na qual não haja divisão da sociedade em classes. Eis uma necessidade central nessa forma da consciência, a superação das classes. Assim, segundo Iasi (2007, p. 32) “num primeiro momento, o proletariado nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital”. Primeiramente, é preciso evidenciar que não estamos falando de momentos separados, “o importante é ter a clareza de que a consciência de classe não está na consciência em si ou para si, mas, no movimento que leva uma à outra” (CISNE, 2013, p. 70).

Faz-se mister, ainda, evidenciar que compreendemos até esse momento as formas de consciência como processo e, como tal, a própria consciência de classe dos/as trabalhadores/as pode representar “o movimento de avanços e recuos próprios da dinâmica da luta de classes, ou seja, de momentos que oscilam desde a ousadia revolucionária até o mais profundo defensismo” (IASI, 2014, p. 133). Apontamos ainda, segundo o autor, a importância de articular trabalho, vida cotidiana e consciência do ser social para o entendimento da consciência de classe (Idem, 2014). Isso posto, consideramos pertinente nos aproximar um pouco mais do nosso objeto de estudo. Para isso, buscamos no próximo item apontar as discussões a respeito da juventude, bem como os processos e condições de existência juvenis no Brasil.

2.3 As condições de existência da juventude no Brasil

A tematização da juventude não é tarefa simples, é uma categoria que não possui conceito único, existindo abordagens diversificadas a respeito do tema. Dessa forma, alguns autores a conceituam de acordo com as suas práticas e outros de acordo com a faixa etária, por exemplo. Nós partimos da compreensão de que este tema precisa ser debatido a partir de uma perspectiva que vai além da aparência, que considere a totalidade e a dialética social do contexto em que esses sujeitos estão inseridos. É dessa maneira que consideraremos, no decorrer deste trabalho, a noção de juventudes, no plural, pois, somente assim, acreditamos dar conta da diversidade da forma de ser jovem em seus mais variados contextos sociais, históricos, políticos e econômicos. Assim, as juventudes não conformam um bloco homogêneo em suas ideias, concepções e expressões; o que se observa é que existe um conjunto heterogêneo, com diferentes frações de oportunidade, dificuldades, etc. Se é possível considerar alguma homogeneidade, esta reside nas suas diferenças e contradições; seja em seus aspectos políticos ou na sua origem de classe, as juventudes são diversas (COSTA, 2018). Nesse sentido, é que vislumbramos as juventudes sob a égide da construção social:

[...] ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (ESTEVEZ; ABRAMOVAY, 2007, p. 21).

Assim, coexistem em uma mesma sociedade diversas imagens e maneiras de ser e de apreender as juventudes. A tematização das juventudes como um segmento social ganha visibilidade nas sociedades ocidentais modernas no final dos anos de 1950, por meio das manifestações diversas das expressões políticas, culturais e sociais das juventudes (SOUSA, 2014). Esse movimento foi percebido pela indústria como um amplo mercado de consumo, principalmente nos aspectos de afirmação através da estética. Esse processo reificado na atribuição dos signos estéticos às juventudes acaba viabilizando a comercialidade de diversos atributos na forma de mercadorias destinados às juventudes, como a moda, a música e o cinema (Idem, 2014).

Sujeitos de uma sociedade de consumo ostentatória – cujo principal traço é suscitar nas juventudes, mas não apenas entre elas, aspirações que, muitas vezes, desaguam em frustrações, porque irrealizáveis para a grande maioria

–, transitam no seio de uma arquitetura social cuja desigualdade e acirramento das diferenças constituem algumas de suas faces mais visíveis (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p. 25).

O fato é que é ainda bastante comum no ideário social e nas abordagens os/as jovens não serem vistos como sujeitos com identidade própria; assim, a identidade juvenil é vista de forma mais contundente sob o prisma do negativismo, como alguém que não é capaz de estabelecer relações, tomar decisões e expressar seus anseios, bem como incapaz de formular soluções para os problemas sociais (ABRAMO, 2007).

Assinalamos que as diversas imagens construídas a respeito dos/as jovens impactam diretamente na forma como os/as vemos e, conseqüentemente, como são formuladas as políticas destinadas a esse segmento. Uma dessas visões é costumeiramente difundida em instituições como a família e a escola, onde o/a jovem é visto na sua condição de transitoriedade; essa visão reforça a dimensão negativa na compreensão do/a jovem, pois este estaria preso ao momento do “vir a ser”, compreendendo que o momento presente, bem como as suas ações, só ganham sentido no futuro. A negatividade consiste em negar e esvaziar o presente em nome do futuro que está para ser construído (DAYRELL, 2007).

Outra concepção costumeiramente presente a respeito das juventudes é a romântica, em que as juventudes são vistas como um momento de ensaio para a vida adulta. Assim, esse momento da vida é associado ao prazer, à permissividade, ao comportamento exótico e até mesmo do erro. Esta visão se conecta profundamente com o momento em que a juventude é identificada como um mercado consumidor, o que permite, também, visualizar o/a jovem reduzido apenas à dimensão do campo cultural, como se a juventude estivesse associada apenas ao consumo de atividades culturais, como sinaliza Dayrell (2007).

Outra visão mencionada pelo mesmo autor é a que compreende a juventude como um momento de crise, permeada por conflitos no campo da personalidade e da autoestima, corroborando com a opinião pública e o pensamento acadêmico analisado por Abramo, em que a juventude é uma “categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade” (2007, p. 79).

Em síntese, as juventudes são vistas pela ótica do problema social, portanto, são entendidas como um momento decisivo no processo de integração do indivíduo à sociedade. Ainda segundo a mesma autora:

A juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social — por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social —, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural (ABRAMO, 2007, p. 79).

Analisar e apreender as juventudes sob o prisma do problema e do risco acaba reduzindo as juventudes como segmento em disfunção, anormal, portanto, passível de ação reparadora. Segundo Abramo, a problematização é quase sempre moral, pois “o foco real de preocupação é com a coesão moral da sociedade e com a integridade moral do indivíduo — do jovem como futuro membro da sociedade, integrado e funcional a ela” (2007, p. 80). A mesma autora ainda diz que analisar por essa ótica faz com que as juventudes sejam “sempre depositária[s] de um certo medo, categoria social frente à qual se pode (ou deve) tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação, mas com a qual é difícil estabelecer uma relação de troca, de diálogo, de intercâmbio” (2007, p.80).

Nesse sentido, a partir das manifestações no final dos anos de 1960, que contaram com amplo apoio e participação juvenil, o descontentamento e o desencadeamento de ações concretas que tinham como centro a crítica à ordem estabelecida, principalmente aquelas ligadas à denúncia aos governos autoritários, contra a guerra do Vietnã e os movimentos contracultura, desencadearam a percepção das juventudes como uma ameaça à ordem, pois foi identificada a sua potencialidade de transformação (ABRAMO, 2007).

No Brasil contemporâneo, destacamos a participação juvenil a partir dos anos de 1964, quando foi instaurado o golpe civil-militar, com ampla participação do movimento estudantil e forte presença dos secundaristas. Esses jovens em sua maioria eram provenientes da classe média e a sua atuação política se dava principalmente através das entidades estudantis e por meio, também, dos partidos de esquerda (ABRAMO, 2007). Suas ações foram apontadas pelo regime ditatorial como subversivas, tendo como resposta a repressão. Vários desses jovens precisaram viver na clandestinidade, pois a perseguição, a prisão, a tortura e a morte foram as respostas que faziam parte do cotidiano das juventudes e, também, daqueles que se levantavam contra o regime.

Esses mesmos jovens ainda estiverem presentes em processos importantes como a redemocratização e o processo de construção da constituinte de 1988, mas não traziam consigo demandas específicas para as juventudes, além da pauta da educação (ABRAMO, 2007). Fato é que na entrada dos anos de 1990 as transformações sócio-políticas de cunho neoliberal impactaram diretamente as juventudes.

As mudanças econômicas e sócio-políticas dos tempos neoliberais, fortalecidos a partir da década de 1990, provocaram distorções quanto às trajetórias juvenis. A estabilidade sequencial de formação e de existência dos jovens foi rompida, em virtude das precárias condições materiais que atingiram esse segmento, relacionadas diretamente com a alta taxa de desemprego, a ausência de políticas sociais públicas e a estagnação econômica nacional que esses anos impetraram (COSTA, 2018, p.54).

A partir dos anos 2000 e, mais especificamente, do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), foram criadas a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), juntamente com o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Também foi perceptível nesse momento um aumento da produção acadêmica com temática sobre a juventude, estudos que traçavam o perfil da juventude brasileira e que serviram como referencial para o poder público na construção da agenda política, bem como na formulação de políticas públicas para o segmento em questão (SOUSA, 2014).

O protagonismo juvenil volta a chamar atenção do governo e da grande mídia de forma contundente nas jornadas de junho de 2013, momento em que o Brasil apresentava um quadro conjuntural de fortes ataques à classe trabalhadora oriundo da ofensiva do capital. Diante do processo de precarização das relações de trabalho e da vida dos/as trabalhadores/as, do desemprego estrutural e dos cortes no orçamento das políticas sociais, acompanhamos um momento de grandes mobilizações sociais em todo o país. Vale destacar que, em meio a esse processo de lutas, foi aprovada e sancionada pela então presidenta do país, Dilma Rousseff¹¹, a Lei 13.260/16, que ficou conhecida como Lei Antiterrorismo, com um explícito apelo à criminalização dos movimentos sociais, em especial aqueles que possuem massiva participação juvenil, bem como as mobilizações populares.

¹¹ Pertencente ao Partido dos Trabalhadores (PT), mandato de 2011 a agosto de 2016.

Cabe destacar que esse momento da realidade brasileira se conecta profundamente com a crise estrutural do capital em nível internacional, tendo em vista as disputas imperialistas pela hegemonia, com forte ofensiva sobre o trabalho e os direitos sociais. Dessa maneira, de forma concreta, as juventudes se defrontam com a dificuldade de inserção e permanência nos postos de trabalho, bem como com a precarização e a informalidade em um país onde existem 33 milhões de jovens de 15 à 24 anos, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2018), o que contabiliza 17% da população total.

Nesse contexto, “observou-se que, em 2016, do total de pessoas desocupadas, mais da metade (54,9%) eram jovens de 16 a 29 anos de idade” (IBGE, 2017, p. 40). Ainda segundo o IPEA (2018), em 2015, para as faixas etárias de 23 a 24, 18 a 22 e 15 a 17, as taxas de informalidade correspondiam a 37%, 43% e 79%, e de desemprego 16%, 24% e 32%, respectivamente. Outra pesquisa demonstra ainda o número de ocupação dos jovens em trabalhos parciais, valendo destacar que 31,3% das mulheres pretas ou pardas ocupam esses postos de trabalho, enquanto as mulheres brancas ocupam 25% dos trabalhos parciais, já os homens pretos ou pardos ocupam 16% e os brancos 11,9% (IBGE, 2018).

Outro dado do IPEA demonstra aquilo que já afirmamos, que os/as jovens não enfrentam apenas as dificuldades na inserção no mercado de trabalho formal, mas, sobretudo a dificuldade em permanecer nos postos de trabalho. No “mercado formal brasileiro, sete em cada dez jovens trabalhadores deixam o emprego após um ano; enquanto entre os adultos, a proporção é de quatro em cada dez” (CORSEUIL *et al.*, 2014 *apud* IPEA, 2018, p. 83). Ainda consideramos que, entre os anos de 2014 e 2016, 25,8% dos jovens entre 16 e 29 anos não estudavam e nem trabalhavam, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (2017). Ainda sobre o mesmo tema, a faixa dos/as jovens de 18 a 24 anos demonstrava que as mulheres negras ou pardas contabilizavam 42,3%, enquanto as mulheres brancas correspondiam a 28,6; na mesma faixa, os homens negros ou pardos chegavam aos 25,9%, enquanto os homens brancos atingiam os 20,4% do grupo de jovens que não estuda e nem trabalha.

Apesar desses números, sinalizamos que houve uma melhora nos números da educação de jovens no país. Em 2015, dos 98% dos jovens de 07 a 14 anos que entravam para cursar o primário, 79% desses conseguiram concluir; em relação à taxa de analfabetismo do país, que nos anos 1990 era de 10% entre os jovens de 15 a 24,

foi reduzida para 1% em 2015 (IPEA, 2018). Esse mesmo estudo demonstra o aumento do número de jovens que só estudam, ou seja, que estão se dedicando a sua formação. A faixa que compreende os jovens de 15 a 17 anos passou de 43% em 1995 para cerca de 71% em 2015 (2018). Ainda assim, apesar das melhorias:

Estimou-se que, em 2017, 25,1 milhões das pessoas de 15 a 29 anos de idade não frequentavam escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional e não haviam concluído uma graduação. Nesse grupo se caracterizava por 52,5% de homens e 64,2% de pessoas de cor preta ou parda. Em relação ao nível de instrução, 55,1% tinha o ensino médio completo ou superior incompleto, 23% o ensino fundamental completo ou médio incompleto e 21,9% era sem instrução ou com o fundamental completo. Esse perfil foi similar em 2016 (IBGE, 2018, p.11).

Em considerando os números relativos à violência, sinalizamos que, em um país como o Brasil, ainda bastante desigual e marcado pelo racismo, os números são nefastos, principalmente em se tratando da juventude negra. A principal causa da mortalidade entre os jovens entre 15 a 29 anos é o homicídio, “fenômeno que mostra crescimento pelo menos desde a década de 1980 e que atinge taxas endêmicas no ano de 2015” (BRASIL, 2017, p. 21). Em um estudo sobre o índice de vulnerabilidade juvenil à violência, publicado em 2017, mas que tem 2015 como referência, foram constatados doze estados brasileiros com alto risco de vulnerabilidade juvenil à violência. Desses doze, oito estavam situados na Região Nordeste e quatro na Região Norte; nenhum estado dessas duas regiões foi classificado como baixa vulnerabilidade. Em relação às mulheres, considerando a faixa que compreende dos 15 aos 29 anos, a taxa de homicídio é maior entre as mulheres negras em relação às mulheres brancas. Entre 2005 e 2015, enquanto a taxa de homicídios de mulheres brancas caiu 7,4%, a mortalidade de mulheres negras subiu 22%. Esse mesmo estudo demonstrou que:

De igual modo, a prevalência de jovens negros entre as vítimas de assassinatos em comparação com jovens brancos é uma tendência nacional: em média, jovens negros têm 2,71% mais chances de morrerem por homicídio do que jovens brancos no país. (BRASIL, 2017, p. 27).

Em Alagoas, chegamos ao dado mais alarmante sobre a estrutura racista do Brasil, onde um jovem negro tem 12,7% mais chances de ser vítima de um homicídio do que um jovem branco (BRASIL, 2017). Sobre o encarceramento da juventude, “em

todos os anos da série histórica, de 2005 a 2012, a maioria da população prisional do país era composta por jovens entre 18 e 24 anos” (BRASIL, 2017, 31):

Em 2012, para cada grupo de 100 mil habitantes brancos acima de 18 anos havia 191 brancos encarcerados, enquanto para cada grupo de 100 mil habitantes negros acima de 18 anos havia 292 negros encarcerados, ou seja, proporcionalmente o encarceramento de negros foi 1,5 vez maior do que o de brancos em 2012 (BRASIL, 2017, 34).

Todas essas estatísticas que trouxemos sobre as juventudes corroboram com o nosso entendimento sobre a diversidade de formas de ser jovem em seus mais variados contextos sociais, históricos, políticos e econômicos, reforçando que todo e qualquer esforço em tematizar as juventudes no Brasil e no mundo precisa ter como norte a análise dos variados contextos sociais, econômicos e culturais. O pequeno panorama que trouxemos, a partir desses dados anteriormente mencionados, demonstram a estrutura desigual e fortemente ancorada no patriarcado e no racismo que assolam as trajetórias das juventudes brasileiras, trajetórias marcadas pela instabilidade no mundo do trabalho, oportunidades diferenciadas para homens e mulheres nos empregos formais, bem como o genocídio e o encarceramento da juventude negra; tudo isso em um quadro de recessão da economia nacional, que impacta na sobrevivência das massas trabalhadoras e no agravamento da repressão, visível no abuso de autoridade policial, principalmente nas periferias brasileiras.

Esse quadro conjuntural também é a síntese dos esforços e dos desafios postos às juventudes do campo progressista¹², sejam aquelas organizadas na perspectiva progressista de construção/reforma da uma sociedade capitalista, na visão de garantir postos dignos de trabalho (expressando notadamente a consciência de classe em si); sejam aquelas organizadas na luta revolucionária, pela supressão da exploração do trabalho e, portanto, das relações salariais (evidenciada pela perspectiva revolucionária). Ainda, acreditamos não ser possível no capitalismo tardio, sobretudo em sua fase destrutiva, garantir trabalho digno. É nesse sentido que apreendemos como um enorme desafio a luta em torno da superação do sistema econômico atual e a construção de uma nova sociedade que possibilite condições de vida e de trabalho dignas para todos. É nesse sentido que assinalamos, no próximo capítulo, a relação necessária entre o feminismo e o socialismo, bem como o

¹² Compreendemos que em todos os momentos históricos há ações das juventudes, tanto no campo da direita como da esquerda.

surgimento do Levante Popular da Juventude enquanto movimento social que articula a juventude.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS MISTOS DA JUVENTUDE E FEMINISMO

Nesse capítulo buscamos estabelecer a necessária articulação, bem como as contribuições do movimento feminista ao socialismo e apontamos também os equívocos e as polêmicas no transcurso dessa relação. Ainda, discutimos sobre o contexto de surgimento do Levante Popular da Juventude como um movimento que aglutina as juventudes, como também analisamos o debate sobre a agenda feminista do movimento.

3.1 Contribuições do feminismo ao socialismo

Gostaríamos de pontuar que concordamos com Engels (1987) quando este afirma que a opressão da mulher coincide com o advento da propriedade privada e que é anterior ao modo de produção capitalista, mas que é no MPC que a posição social da mulher sofre uma intensa transformação. Segundo Silvia Federici, assim que teve início o processo de cercamento da terra, bem como o domínio das relações monetárias na vida econômica, as mulheres passaram a encontrar maiores

dificuldades para se sustentarem do que os homens, “tendo sido confinadas ao trabalho reprodutivo no exato momento em que este trabalho estava sendo absolutamente desvalorizado” (2004, p. 132).

Nesse momento, apenas a produção para o mercado passou a ser entendida como atividade criadora de valor, enquanto o trabalho reprodutivo passou não somente a ser desvalorizado, como também a não ser visto como trabalho, ao mesmo tempo que passou a ser encarado como uma aptidão natural, portanto, atividade desempenhada apenas por mulheres. Como consequência desse movimento, Federici destaca que:

O que é mais importante, a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam despossuídas como os homens, mas, diferentemente de seus análogos masculinos, quase não tinham acesso aos salários, numa sociedade que estava cada vez mais monetizada, sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras (2004, p. 134).

A mesma autora chama atenção para o fato de que o empobrecimento, a miséria e as rebeliões são elementos estruturantes da acumulação capitalista, fazem parte do processo de imposição do seu domínio. De forma que a mediação e a definição das funções estatais são, em si, o reconhecimento da insustentabilidade do sistema capitalista no formato em que havia se apresentado até aquele momento se sustentando, sobretudo, através da fome e do terror (FEDERICI, 2004).

É assim que a atuação do Estado passa a ter interferência direta na vida das mulheres. Federici defende que a crise populacional que assolou a Europa nos séculos XVI e XVII tenha sido o gatilho para transformar o crescimento populacional e a reprodução em assuntos do Estado e, conseqüentemente, de domínio masculino. Como desdobramentos desse processo houve a:

[...] intensificação da perseguição às “bruxas” e os novos métodos disciplinares que o Estado adotou nesse período, com a finalidade de regular a procriação e quebrar o controle das mulheres sobre a reprodução, têm também origem nessa crise. As provas desse argumento são circunstanciais e deve-se reconhecer que outros fatores também contribuíram para aumentar a determinação da estrutura de poder europeia dirigida a controlar de uma forma mais estrita a função reprodutiva das mulheres (FEDERICI, 2004, p. 153).

É nesse ponto que gostaríamos de ultrapassar a compreensão de que a exploração das mulheres tem suas raízes tão somente na noção de força de trabalho,

para afirmar que as mulheres sofrem com o processo de apropriação física dos seus corpos, ou seja, uma relação de sexagem que encontra meios semelhantes à servidão e à escravidão. Nesse transcurso, “o corpo é um reservatório de força de trabalho, e é, enquanto tal, que ele é apropriado” (GUILLAUMIN, 2014, p. 33). Configura-se ainda como:

O uso de um grupo por outro, sua transformação em instrumento, manipulado e utilizado com o objetivo de aumentar os bens (e, portanto, igualmente a liberdade, o prestígio) do grupo dominante ou simplesmente – o que é o caso mais frequente – como objetivo de tornar sua sobrevivência possível em condições melhores, o que ele não alcançaria sozinho, pode tomar formas variáveis (GUILLAUMIN, 2014, p.34).

Para Colette Guillaumin (2014), são particularidades das relações de sexagem: “a) a apropriação do tempo”, onde não existe qualquer medição sobre o tempo de trabalho empregado, tanto na forma de horas, como também na sua avaliação monetária. Embora a autora se refira de forma mais específica ao “contrato” de casamento, a apropriação do tempo se estende a todos os “membros do grupo de mulheres”; ainda apropriam-se “b) os produtos do corpo”, a apropriação dos produtos dos corpos das mulheres retira dessas a possibilidade de controle sobre seus corpos e sua reprodução. Federici (2004, p. 163) afirma que “o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres”. É nesse ponto que o corpo das mulheres é tomado pelo Estado e pelos homens como território político cujo controle está em suas mãos, se estabelecendo um processo de criminalização da contracepção.

Ao mesmo tempo, também é uma característica das relações de sexagem, ainda segundo Guilaumin, a “c) obrigação sexual”; a apropriação do uso físico sexual cria, para a autora, duas formas que se configuram aparentemente como opostas, mas que na verdade confirmam uma a outra, em que uma delas é a apropriação física sexual, que se dá através do “contrato” de casamento, e a prostituição, na qual ocorre pagamento monetário.

Ainda existindo o “d) encargo físico dos membros do grupo”, quando são as mulheres que ficam responsabilizadas pela manutenção e cuidado dos membros da família, como crianças e idosos, e mesmo homens adultos, sem que seja estabelecido

limite de tempo ou que haja pagamento por esses cuidados; na realidade, isso não é visto como um trabalho, é propagado que essa é uma responsabilidade das mulheres dado aos seus traços de personalidade, sendo um “dom” das mulheres esse tipo de cuidado.

A vista disso, chamamos a atenção de que as relações de sexagem representam “uma expressão inequívoca dos fundamentos da alienação humana” (CISNE, 2018, p. 218). As mulheres são colocadas em um estado de coisas e não de sujeitos, reduzidas ao sexo e ocultadas da sua condição de trabalhadoras.

É dessa maneira que, somente no transcurso da Revolução Francesa, no século XVIII, é que veremos as primeiras formas de organização das mulheres ocorrerem, incentivadas pelo lema da revolução: igualdade, liberdade e fraternidade. Apesar do protagonismo feminino durante a revolução, segundo Dominique Fougeyrollas-Schwebel:

O feminismo como movimento coletivo de luta de mulheres só se manifesta como tal na segunda metade do século XX. Essas lutas partem do reconhecimento das mulheres como específica e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação (2009, p. 144).

O fato é que é a partir da participação das mulheres durante a Revolução Francesa, que essas começaram a perceber a desconformidade entre a realidade estruturada na desigual partilha dos poderes entre homens e mulheres, ao mesmo passo que se tinha a afirmação dos princípios universais de igualdade e liberdade (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009).

Dessa maneira, quando Waters (1979, p. 77) nos alerta que “[...] o sistema fabril foi construído com base na superexploração das mulheres”, mostra que, no novo regime capitalista, “as próprias mulheres se tornaram bens comuns”; cujo trabalho foi transplantado para a esfera da natureza, como um dom e, portanto, excluído das relações de mercado (FEDERICI, 2014), sendo esta também uma justificativa para os baixos salários e a sua incorporação nos piores postos de trabalho.

Dessa forma é que chamamos a atenção para o fato de que a luta contra a exploração e opressão das mulheres é indispensável à construção de uma sociedade socialista. Ora, o próprio “marxismo explicou o papel da família na sociedade de classes e seu papel na perpetuação da opressão das mulheres” (WATERS, 1979, p.

23). Assim, tanto o movimento feminista quanto o movimento socialista alcançaram suas etapas históricas com a chegada da fase capitalista industrial (WATERS, 1979).

No entanto, a relação entre o feminismo e o socialismo foi marcada por diversos dilemas no que diz respeito à compreensão sobre a luta das mulheres e o seu protagonismo. Como também por muito tempo impossibilitou os avanços nas questões feministas e na construção da sociedade socialista que desejamos. Como exemplo desses dilemas, Wainwright, Segal e Rowbotham (1981) alertam sobre o sectarismo presente no grupo Socialismo Internacional com relação ao movimento feminista, quando diz que:

Por que deveria um grupo, que rompera historicamente tanto com o stalinismo quanto com o trotskismo ortodoxo quanto à questão da democracia socialista e do controle dos trabalhadores sobre a produção, ser mais incapaz que outros de compreender não só o feminismo mas também questões como a libertação homossexual, a psicologia radical, lutas em torno da vida comunitária e cultural, e discussões sobre o que significa ser um socialista? Por que deveria um grupo que recusara os dogmas manter suas idéias como defesas moralistas? [...] o SI falhou em não estender esses princípios a questões mais amplas da vida cotidiana ou em não aplicá-los dentro de sua própria organização (1981, p. 44).

Muitas outras questões se levantaram em relação à autonomia das mulheres, que fora confundida, sistematicamente, pelos companheiros de luta com o individualismo, assim como também “setores marxistas [...] enxergavam a organização das mulheres socialistas como uma prática política divisionista, que fragmenta a luta da classe proletária e desvia o foco do socialismo” (INÁCIO, 2013, p. 56).

Não se tratava de pensar apenas o “eu”; todas as questões que envolviam a autonomia eram decisivas para as mulheres. Significava o controle sobre suas próprias vidas e sobre seus corpos, diante de uma sociedade que as negava/nega como gente. Essa questão fez com que estas fossem vistas como separatistas. Cabe ressaltar que segmentos expressivos, tanto dos socialistas, como também dos marxistas, compreendiam o movimento feminista como um movimento burguês, em um contexto de maior expressão do movimento sufragista ligado à luta pela igualdade jurídica entre homens e mulheres, restrito à ordem do capital. O fato é que existia um limite nas bandeiras levantadas pelo feminismo burguês, e o limite era o capitalismo; havia uma discrepância se comparado às condições de vida a que eram submetidas as mulheres proletárias (INÁCIO, 2013).

Os companheiros de esquerda consideravam/consideram¹³ que as mudanças poderiam vir por etapas, vindo primeiro a revolução; argumentavam que a libertação das mulheres viria posteriormente. Ora, como nos mostram Wainwright; Segal e Rowbotham (1981, p. 75): “O movimento para a libertação das mulheres é parte da criação de uma sociedade em que não haja formas de dominação. Essa sociedade não pode ser separada do processo de sua formação”. Outros equívocos sugeriram por parte da esquerda acerca da opressão das mulheres, como nos aponta Souza-Lobo (2011, p. 212):

1. A opressão das mulheres refletia a exploração de classe na sociedade capitalista, deixando, pois, de existir numa sociedade socialista;
2. A desigualdade entre homens e mulheres se fundava no acesso ao trabalho assalariado. Tratava-se, pois, de integrar as mulheres ao mercado de trabalho e incentivar sua participação política;
3. A questão organizativa – as associações, departamentos femininos – como a maioria das organizações de massa criadas e propostas pelos PCs do período, padeciam de um monolitismo rigoroso, imposto pelo Komintern, que limitava, quando não paralisava, sua ação.

Além disso, a exploração que submete as mulheres não acontece somente em virtude dos seus baixos salários, mas do fato da grande massa de mulheres estar concentrada em postos de trabalho dito de mulheres. Para Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho, embora histórica, é uma categoria que possui dois “princípios organizadores” que funcionam como “invariantes”: a “hierarquia”, ao agregar maior valor ao trabalho masculino e menor ao feminino; e a “separação” entre o que é considerado trabalho do homem e da mulher. Assim:

[...] a divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero e dominação (SOUZA-LOBO, 2011, p. 174).

Nessa perspectiva, Waters deixa evidente que “não são os que lutam contra a opressão os responsáveis pela criação da divisão. O capitalismo divide a classe trabalhadora - por raças, sexos, idades, nacionalidades, níveis de qualificação e de todas as maneiras possíveis” (1979, p. 161). “Portanto, mesmo no trabalho, as mulheres são oprimidas tanto em virtude de seu sexo quanto em decorrência de sua

¹³ Apreendemos que esse ainda é um pensamento recorrente de homens dentro do campo da esquerda.

posição de classe” (WAINWRIGHT; SEGAL; ROWBOTHAM, 1981, p. 167). Isso deixa evidente que não seria somente o acesso aos postos de trabalho que mudaria a condição de vida das mulheres.

As mulheres sempre ocuparam um papel decisivo nas lutas, a exemplo disso temos as primeiras ações que abriram caminho para a Revolução Russa, quando essas se reuniram em Petrogrado, ““exigindo” Pão para os nossos filhos ‘e’ o regresso de nossos maridos das trincheiras” (WATERS, 1979, p. 65). Segundo Souza-Lobo:

As mulheres estiveram presentes nas lutas populares da revolução industrial e da revolução francesa, e a revolução russa, nos movimentos abolicionistas. A questão da “igualdade entre os sexos” atravessou as correntes anarquista e socialista, e a revolução russa. A revolução sexual e a liberação das mulheres ressurgiu nas utopias dos anos 1960. Os movimentos, como as revoluções, podem ser institucionalizados e perder sua radicalidade, mas o tema da hierarquia entre os gêneros emerge a cada vez que as sociedades se colocam em questão e discutem democracia e direitos (2002, p. 181).

Dessa maneira, é mais do que necessária a luta das mulheres, não somente pela destruição do sistema capitalista, as mulheres também necessitam romper com as relações desiguais que estão presentes nas organizações de esquerda, sejam em partidos ou movimentos. Waters chama atenção para o fato de que:

O nascimento e consolidação de um Movimento de Libertação da Mulher é a resposta à sua condição de trabalhadoras exploradas e mulheres oprimidas sob o capitalismo. E o potencial revolucionário da luta organizada não só põe em causa os fundamentos do sistema em si, mas também constitui um golpe de morte para posições dentro do Movimento de trabalhadores, pedem "paciência, moderação e prudência" e tentando assim reter a combatividade feminina dentro dos limites do sistema (1979, p. 14).

O que é fundamental compreender é que a luta feminista não diz respeito somente às mulheres, ela diz respeito a todos aqueles que lutam pela construção de uma sociedade livre; portanto, é uma luta de todos aqueles que constroem o socialismo, independente da identidade de gênero. As feministas trouxeram uma importante contribuição ao movimento socialista, ao questionarem as relações públicas e privadas.

[...] Não existe nenhum problema que afeta as mulheres e que não é também uma questão social mais ampla, uma questão de interesse vital para o Movimento revolucionário, pelo qual homens e mulheres comunistas devem lutar (WATERS, 1979, p. 42).

Enquanto houver relações de sexagem, a exploração do homem sobre a mulher, enquanto esta continuar ocupando os piores postos de trabalho e continuar recebendo baixos salários e, sobretudo, enquanto as mulheres não tiverem controle sobre seus corpos e seus processos reprodutivos, enquanto estas estiverem sendo acusadas de separatistas por gritarem a sua exploração e a sua opressão, o ser humano ainda estará preso a sua própria degradação, este ainda não terá construído a sociedade livre que desejamos.

O sentido de uma luta revolucionária, portanto, deve estar atento para a desalienação das relações sociais ao passo que luta pelo humano e sua humanização. Logo, a luta pelo fim das relações que tornam a mulher objeto de exploração, inclusive sexual, enfim, a luta pela emancipação das mulheres está associada à luta pela emancipação humana (CISNE, 2013, p. 162).

Portanto, quando analisamos a luta pela libertação das mulheres, a destruição do modo de produção capitalista é necessária, mas somente a destruição deste não nos dá garantias da liberdade substantiva¹⁴. Embora o movimento socialista não tenha desprezado as reivindicações das mulheres no campo da emancipação política, “buscou articular a luta pela emancipação política das mulheres ao horizonte de emancipação humana defendido pelo socialismo” (INÁCIO, 2013, p. 58). É dessa forma que a luta do movimento feminista perpassa, sobretudo, a transformação de costumes e valores que estão fortemente enraizados e que encontram bases no sistema capitalista para a exploração das mulheres.

O que queremos dizer é que, assim como o patriarcado é anterior ao capitalismo, pode ele mesmo persistir numa sociedade pós-capitalista. Todavia, a construção do socialismo deve ser pautada também na desconstrução das relações materiais “que dão origem aos costumes”, pois, como afirma Cisne (2013, p. 164), “[...] qualquer ideologia possui uma base material que a determina”. Afirmamos isso pela convicção de que a emancipação de homens e mulheres é incompatível com o sistema capitalista; assim, sua superação é um imperativo, ainda que não seja suficiente para garantir o fim do patriarcado, tendo em vista que para isso é necessário a construção de novos valores.

Dessa forma, mesmo compreendendo que o capitalismo está baseado na desigualdade e que é insuficiente e com bastantes limites, até mesmo a igualdade,

¹⁴ Segundo Cisne (2013) se expressa pela liberdade real, que não abole as diferenças.

mesmo que formal, consideramos necessária a luta pelos direitos e sua configuração legal na ordem do capital. Como nos diz Waters:

Toda a democracia é a proclamação e a realização de "direitos" no capitalismo são realizáveis somente a um grau muito pequeno e só relativamente. Mas sem a proclamação desses direitos sem luta para levá-los agora, imediatamente, sem educar as massas no espírito desta luta, o socialismo é impossível (1979, p. 54).

Dessa forma, a luta por estes direitos ainda encontrará como limite o capitalismo; sendo assim, é importante articular a luta pelos direitos sociais à luta anticapitalista. É dessa maneira que a articulação entre feminismo e socialismo é incontestável, ambos caminham na mesma direção, na construção de uma sociedade livre, pautada na igualdade substantiva.

O socialismo que não é feminista carece de amplitude. A feminista que não é socialista carece de estratégia. Disse uma socialista: "O socialismo é um movimento da classe trabalhadora para Liberdade, e não tem nada a ver com as mulheres como tal", a feminista perspicaz diz: "O movimento socialista é o único meio pelo qual as mulheres, como mulheres, para obter a real Liberdade. Portanto, devo trabalhar para ele" (WATERS, 1979, p. 34).

O feminismo tem contestado a ordem social vigente. Além disso, como destacam Wainwright, Segal e Rowbotham (1981, p. 176), "estamos reivindicando que homens mudem a si próprios", pois esse processo contribui para a transformação da natureza política da classe operária. O feminismo contribui com uma mudança de dentro da classe operária para fora dela. A compreensão da necessidade do feminismo na luta por uma sociedade socialista possibilita a unidade da classe trabalhadora e não a sua fragmentação, pensamento tão presente ainda neste tempo.

[...] A luta pela libertação das mulheres é inseparável da luta dos trabalhadores para abolir o capitalismo. É parte integrante da revolução socialista e da perspectiva comunista da sociedade sem classes. A substituição do sistema de família patriarcal, enraizada na propriedade privada, por organização superior das relações humanas é o principal objetivo da revolução socialista. Este processo vai acelerar e intensificar a medida que se realizem as bases materiais e ideológicas da nova ordem comunista. O desenvolvimento do movimento de libertação das mulheres avança na atualidade da luta de classes, reforça e melhora as perspectivas para o socialismo (WATERS, 1979, p. 116).

Deste modo, concordamos com Cisne quando afirma, sobre o sujeito revolucionário, que "esse sujeito para ser revolucionário precisa estar afinado com um

projeto societário anti-racista, anti-patriarcal e anti-capitalista para fundar uma nova sociabilidade verdadeiramente igualitária e livre” (2013, p. 169). Os sujeitos que constroem o socialismo precisam compreender dimensões como a do sexo, da raça e da classe; devem levar em consideração que uma sociedade socialista não coaduna com qualquer forma de dominação, opressão e exploração. Nesse sentido, a percepção da exploração intensiva e extensiva (trabalho produtivo e reprodutivo) da mulher é fundamental na direção de entender a multiplicidade que é a classe trabalhadora e as particularidades de sua exploração. Essa apreensão torna a luta mais democrática, uma vez que rompe com a hierarquia tão presente e tão fundamental para produção e reprodução no modo de produção capitalista.

Por fim, ressaltamos que o movimento feminista precisa se tornar mais popular, incorporar cada vez mais as demandas das mulheres da classe trabalhadora, mas, de imediato, o que deixa de contribuição para o socialismo é a ruptura com leituras economicistas; o resgate da dialética no entendimento das complexas relações entre exploração e opressão e entre indivíduo e classe (SANTOS, 2008) e a quebra da noção de poder entre os sexos, o que o torna mais democrático, mais diretamente voltado às reais e imediatas necessidades da classe trabalhadora e da construção de novos valores, pautados na liberdade e na igualdade substantivas. Ainda tendo como horizonte a necessária articulação entre o feminismo e o socialismo, nos propomos no próximo item a nos aproximarmos do contexto de surgimento e as articulações necessárias à construção do Levante Popular da Juventude (LPJ) como expressão de um movimento social de juventude e a inserção da pauta feminista em seu universo político.

3.2 O Levante Popular da Juventude: movimento social que articula a juventude e o debate sobre a agenda feminista

Em carta aberta intitulada “A história do Levante”, o LPJ se denomina um movimento social organizado por jovens militantes voltados para a luta de massas, “em busca da transformação estrutural da sociedade brasileira” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a, p. 4). Ainda se identificam como a Juventude do Projeto Popular, que constrói a força social capaz de realizar reformas estruturais, processo esse que objetiva alterar a correlação de forças, uma vez que acreditam que:

[...] lutando por estas reformas combatemos a nossa dominação política, econômica, militar e ideológica pelo imperialismo Norte Americano e também a política do Estado mínimo que privatiza as empresas estatais e reduz direitos sociais aplicando as demandas do neoliberalismo (Idem, 2016a, p. 8).

Apesar de ser um movimento que se nacionalizou recentemente, em fevereiro de 2012, em seu primeiro acampamento na cidade de Santa Cruz do Sul, que contou com a presença de 1200 jovens de 17 estados, o movimento faz parte de um longo processo de organização da juventude. Este processo se iniciou ainda no final dos anos 1990, como parte dos esforços da Via Campesina¹⁵ e que, já no início dos anos 2000, passa a fortalecer o quadro de militantes em seus processos organizativos, os destacando para acompanhar a juventude dos movimentos sociais. Dessa forma, já em 2005, a Consulta Popular¹⁶ - que neste tempo era o principal instrumento político de referência para os quadros da Via Campesina - define em Assembleia Nacional a seguinte resolução: “organizar a juventude da classe trabalhadora e, em especial, os jovens da periferia urbana”; uma vez que a leitura da Consulta:

[...] era de que seria indispensável para a construção de um projeto contra hegemônico no Brasil a inserção na juventude trabalhadora, principalmente nas massas das grandes periferias. Era, portanto, necessário deslocar quadros de um contexto onde havia razoável processo de organização, para construir força social nos centros urbanos, onde este campo político, bem como as demais organizações de esquerda, tinham uma força muito residual (Idem, 2016a, p. 5).

A partir desse momento é forjado o processo que ficou conhecido como a experiência do Rio Grande do Sul, onde foi construído um grupo de trabalho, sendo o seu núcleo constituído por dois membros da Pastoral da Juventude Rural (PJR), um membro do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), um membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e um jovem universitário. Este grupo desenvolveu os primeiros laboratórios de organização de jovens, promovendo debates sobre os mais variados problemas que atingem as juventudes. Ao fim desses primeiros debates, incorporam a este núcleo a primeira liderança de origem popular¹⁷.

¹⁵ A Via Campesina é uma organização internacional de camponeses, sendo composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo, tendo por objetivo organizar e articular os processos de luta do campo em nível internacional.

¹⁶ A Consulta Popular é um partido político que não se institucionalizou formalmente, portanto, sua atuação política circunscreve a articular as lutas unitárias com movimentos sociais, centrais sindicais e partidos que representam a classe trabalhadora, sendo sua tarefa, também, a formação de quadros para atuação política nos movimentos sociais.

¹⁷ Oriundo do espaço que se destinaram as ações.

Esse mesmo grupo, ainda em 2005, traça, como meta-síntese organizativa, a construção do seu primeiro acampamento para a fundação do movimento que neste momento já se denominava Levante Popular da Juventude.

Assim, desde o início, o LPJ conta em sua estrutura organizativa com as três frentes de atuação que se mantém até o presente momento, quais sejam:

- Frente territorial;
- Frente camponesa; e
- Frente estudantil.

É a partir da experiência do Rio Grande do Sul que é pautada a necessidade de nacionalização do movimento que, conforme mencionamos, se concretiza em 2012. Cabe ressaltar que o seu surgimento se dá em uma conjuntura global bastante adversa para a juventude no mundo inteiro, sobretudo pela crise financeira que teve início em 2007, nos Estados Unidos, atingiu a economia mundial no crash de 2008 e seus desdobramentos ainda eram perceptíveis em 2012, principalmente nos países europeus. O fato é que o “desemprego médio na Europa” ultrapassava 10% e era pelo menos o “dobro entre os jovens, ao que se somava ainda o fenômeno do rápido empobrecimento de parcelas importantes da população” (TEORIA E DEBATE, 2012, p. 1).

Seguindo o receituário neoliberal, foram adotadas medidas de austeridade extrema naqueles países, o que provocou uma grave recessão; os impactos da crise financeira atingiram o Brasil, naquele momento representando a queda do PIB em relação ao ano de 2010. O fato é que, a partir de 2012, outro elemento importante começa a ser percebido, qual seja: uma escalada da ideologia conservadora por parte da grande mídia e a oposição ao governo Dilma Rousseff¹⁸, processo que teve uma determinação decisiva no golpe, o qual ocasionaria a sua deposição do cargo de Presidenta da República¹⁹.

Ainda em março de 2012, o Levante realiza uma de suas ações que teve enorme projeção na sociedade; foram feitas rodadas de escrachos aos torturadores da ditadura civil-militar. Cabe destacar que a Comissão Nacional da Verdade, que havia sido sancionada em novembro de 2011, com o objetivo de investigar as violações de direitos humanos cometidas por agentes públicos no período entre 1946 e 1988, só iniciou seus trabalhos em maio de 2012. Os escrachos tinham como

¹⁸ Mandato de janeiro de 2011 a agosto de 2016.

¹⁹ Esse processo se concretiza no ano de 2016.

objetivo, então, pressionar o Governo para que se desse início às investigações. Essa atividade foi realizada simultaneamente em sete estados brasileiros, denunciando a impunidade e levantando a bandeira pela “Memória, Verdade e Justiça” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016).

Destarte, a construção e a dinâmica do movimento é influenciada por três elementos principais, em termos de seu projeto político: a) o projeto popular herdado da Via Campesina e Consulta Popular; b) as Pastorais da juventude, em termos de método de trabalho e organização, com ênfase no acompanhamento pessoal, articulando formação política à construção de vivências, amizades e de compartilhamento de vida; e, por último, c) a relação de intercâmbio com os movimentos populares da América Latina, onde justamente desse intercâmbio se gesta umas das características mais marcantes do LPJ, a ênfase nas técnicas de agitação, tais como: a batucada, as performances nos atos, as músicas etc. Este recurso foi identificado como uma estratégia que facilita o diálogo com a juventude (Idem, 2016a).

O LPJ possui características bem distintas em termos do caráter e do método utilizado, sendo:

O caráter do Levante é ser uma ferramenta de iniciantes, de militantes de base. Ele está diretamente ligado ao engajamento em processos de organização, formação e lutas populares naquilo que existe de mais básico e cotidiano. [...] O método do Levante está baseado no cumprimento da tarefa. A tarefa é o elemento pedagógico capaz de movimentar a juventude num momento de conformação social. A tarefa é a meta-síntese de caráter concreto que visa desenvolver alguma capacidade política na organização ou nos militantes (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012, p. 13).

Assim, elenca como objetivos do movimento:

1. Multiplicar grupos de jovens em diferentes territórios e setores sociais, fazendo experiências (laboratórios) de organização;
2. Acumular forças em torno de espaços de formação e organização com a cara do projeto popular para o Brasil;
3. Ir em busca de força motriz da revolução brasileira, ou seja, ter inserção social em diferentes categorias do povo que possam vir a levantar-se [...] (Idem, 2012, p. 13).

Em termos de organicidade, o LPJ se estrutura por meio de três instâncias, sendo elas: a célula, as secretarias operativas e o acampamento. Sobre a célula:

É o espaço principal de participação. São formadas por pequenos grupos de militantes, a partir dos quais estes desempenham as principais tarefas do Levante. Essas células estão assentadas sobre uma base territorial, ou seja, se desenvolvem nas comunidades em que se inserem. As células são flexíveis. A partir de grupos menores é mais fácil encontrar agendas comuns, o que garante encontros mais frequentes e rápidos. Possibilitam uma participação maior de cada militante, tanto na tomada de decisões como na execução das tarefas. As células são também “grupos de vivência”. Nossas relações políticas não estão separadas de nossas relações pessoais. Não são algo formal e obrigatório. A construção de relações de companheirismo é fundamental (Idem, 2014a, p. 19).

A secretaria operativa é responsável por dinamizar o conjunto da organização, uma vez que tem como prerrogativa realizar articulação entre as células e entre essas e a sociedade, como, também, cumprir as decisões tomadas tanto nas células, quanto nos acampamentos; essa instância também pode tomar decisões em situações emergenciais.

Já os acampamentos são tomados como a instância máxima de decisões sobre os rumos do movimento, já que são espaços aglutinadores de militantes de todo o Brasil²⁰. É no acampamento que são socializadas as experiências locais e são deliberadas as pautas de atuação do movimento frente à sociedade. Ainda existe “a coordenação nacional, as coordenações estaduais, os setores (mulheres, negros/as, diversidade sexual) e os coletivos (comunicação, formação, finanças, agitação e propaganda)” (GREGÓRIO, 2015, p. 38).

Outra característica importante do levante diz respeito às suas bandeiras de luta, por ter uma perspectiva de luta política por um novo projeto de sociedade e não só por demandas específicas; desenvolve um conjunto de lutas a partir daquilo que entende como um “Projeto Popular para o Brasil”. Dessa maneira, o movimento não tem suas bandeiras de luta completamente definidas, pois, sob a prerrogativa de aglutinar diferentes setores da juventude, o movimento se propõe a tarefa de contribuir na construção de um conjunto de bandeiras que dialoguem e apontem para esse Projeto Popular para o Brasil (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2014a). Destacamos algumas das bandeiras que o movimento vem defendendo, como a reforma agrária, a descentralização dos meios de comunicação, a luta pela garantia dos direitos básicos de educação, saúde, moradia e transporte.

²⁰ Os acampamentos também podem ser estaduais, ainda assim, aglutinam militantes de todas as células do estado.

Assim, o Levante Popular da Juventude é um movimento social que se diferencia significativamente dos demais movimentos de juventude da atualidade, pois expressa características alicerçadas nos movimentos de base popular, a exemplo, alguns direcionamentos teóricos, como a centralidade do conceito de classe social e de projeto popular, como também incorpora características dos denominados novos movimentos sociais, principalmente no que se refere às suas práticas formativas e às ações diretas em atos de rua.

Dessa maneira, reafirmamos a concepção teórico-política de que os movimentos sociais contemporâneos não representam, necessariamente, a diluição ou até mesmo a substituição dos movimentos clássicos (sindicatos e partidos). Partimos do entendimento de que eles vêm para complementar e ampliar o espaço de atuação política da classe trabalhadora, visto que esses movimentos têm potencial aglutinador em suas ações, direcionando-as na busca por transformações nas relações sociais vigentes. Na perspectiva de totalidade adotada neste trabalho, consideramos fundamental a articulação das pautas específicas a um projeto político mais amplo na construção de uma nova sociedade. Assim, corroboramos com Duriguetto e Montaño quanto aos desafios que estão postos ao projeto socialista, no sentido de:

Estabelecer vínculos e conexões entre as várias reivindicações, as diversas lutas sociais, assim como entre estas e o movimento operário, ou seja, vincular as diferentes lutas das organizações e dos movimentos dos trabalhadores e populares a projetos de contra-hegemonia, ou seja, a projetos que busquem construir uma visão integrada de necessidades, interesses, reivindicações e ações prático-políticas advindas das lutas sociais, incorporando-as em um quadro mais abrangente e classista (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 349-350).

É nesse sentido que apontamos a relação do Levante Popular da Juventude com um projeto de transformação social, pois o movimento parte da contradição na relação capital/trabalho, de forma que, em sua carta compromisso do I Acampamento Nacional, afirma:

Enxergamos um mundo dividido entre aqueles que exploram, e as trabalhadoras e trabalhadores que têm o fruto de seu trabalho roubado. Esse é o sistema capitalista patriarcalracista, que mundialmente estabelece as formas de organização da sociedade na sua forma imperialista. Ele cria uma relação de dominação entre culturas e povos, destrói o meio ambiente, oprime e explora as mulheres, assassina a juventude negra, silencia gays e lésbicas e tolhe, cotidianamente, todos os nossos sonhos [...] Por isso, nos

comprometemos: [...] Com a luta contra o machismo, na sociedade e dentro de nossa organização, pois, se os trabalhadores são explorados pelo sistema capitalista, as mulheres são duplamente oprimidas e exploradas: enquanto trabalhadoras, e enquanto mulheres, pelo sistema patriarcal. Temos que estar lado a lado com as organizações do movimento feminista no combate ao patriarcado, à violência sexista e à mercantilização do corpo e da vida das mulheres, assim como fomentar a auto-organização das mulheres do Levante [...] (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a, p. 8-9).

É com esse entendimento que existe no LPJ o Setor de Mulheres, com sua orientação voltada à construção de um projeto feminista e popular. A organicidade em torno da pauta feminista se estrutura através de um Setor Nacional de Mulheres do Levante, sendo composto por duas representantes de cada estado, tendo como tarefa a formulação da linha política da luta feminista do movimento em âmbito nacional, ainda contando com setores organizados em cada estado e, também, nos municípios, onde a tarefa principal é garantir a auto-organização nesses espaços (GREGÓRIO, 2015). Assim, a construção do projeto feminista e popular se materializa na construção de:

[...] uma sociedade livre da exploração capitalista e da dominação patriarcal, causas fundantes da violência contra as mulheres. Nesse sentido, lutamos por um Projeto Feminista e Popular que tem como principais bandeiras de combate a violência contra mulher, trabalho das mulheres (trabalho no âmbito público e trabalho doméstico) e a legalização do aborto. É um projeto que quer um Brasil sem machismo, sem racismo, sem homofobia. É um projeto onde as mulheres serão donas de suas vidas (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2013, p. 30).

Em tempo, chamamos a atenção para um equívoco comum, o de que todo movimento de mulheres é um movimento feminista. A diferença se encontra principalmente nas pautas de luta, onde o primeiro não coloca necessariamente em cheque a mudança dos papéis atribuídos às mulheres socialmente, ou seja, não está diretamente voltado ao enfrentamento da subordinação feminina em relação aos homens. Já o segundo emerge da necessidade de retirada da mulher da invisibilidade e subserviência, denunciando as formas de dominação e exploração a que foram submetidas as mulheres. Assim, de acordo com Josette Trat:

O que permite principalmente caracterizar o movimento feminista como movimento social é a sua duração. Quaisquer que sejam as intermitências da mobilização, as mulheres não cessaram de lutar coletivamente desde a Revolução Francesa. Ademais, esse movimento se enraíza nas contradições fundamentais da sociedade, nascidas tanto do desenvolvimento do capitalismo como da persistência até hoje da dominação masculina, que se exprime na divisão sexual do trabalho. As mulheres se mobilizaram ora em

nome da igualdade, ora em nome das suas diferenças, sempre contra as “injustiças” de que eram vítimas, reclamando ao mesmo tempo o direito ao trabalho, à educação, ao voto e também à “maternidade livre” desde o começo do século XX. Elas sempre reivindicaram sua identidade como seres humanos e sua liberdade (2009, p. 151-152).

Dessa forma, o feminismo tem como elemento primário a desnaturalização das relações entre homens e mulheres, elevando essa desnaturalização ao confronto direto e à necessidade de apreensão da relação entre o patriarcado e o capitalismo. No entanto, o movimento feminista não é homogêneo, possuindo três correntes de pensamentos e práticas políticas fundamentais.

Feminismo radical, socialista e liberal. Tais correntes se opõem entre si “quanto à definição da opressão das mulheres e suas estratégias políticas”. A oposição politicamente mais frontal, contudo, “recai sobre as feministas liberais, de um lado, e feministas radicais e socialistas, de outro” (CISNE, 2013, p. 177).

As feministas liberais defendem um feminismo considerado reformista, já que pauta a redução das desigualdades entre homens e mulheres. Esse projeto feminista renuncia a uma ruptura maior, no sentido de transformação das estruturas sociais. Assim, como demonstra Cisne:

O feminismo liberal consiste nos movimentos voltados à promoção dos valores individuais, buscam reduzir as desigualdades entre homens e mulheres por meio das políticas de ação positiva, por isso, podemos falar de um “feminismo reformista” (CISNE, 2013, p. 177).

Aqui no Brasil, o feminismo liberal que lutava principalmente pelo direito ao voto, era composto por mulheres da elite, era um feminismo bem aceito, inclusive pelos homens, já que não contestava as estruturas basilares da sociedade burguesa (CISNE, 2013).

Assim, compreendemos que as lutas feministas de cunho liberal não promovem de fato a emancipação das mulheres, ficam restritas à dimensão da emancipação política, pois a construção de valores emancipatórios, a emancipação humana e a liberdade, são incompatíveis com o modo de produção capitalista. Defendemos que as mudanças de cunho mais individual e a luta pela emancipação política são necessárias, mas que elas por si só não são capazes de romper com o sistema de exploração da força de trabalho, da dominação e opressão contra as mulheres.

Diferentemente do feminismo liberal, o feminismo radical e o socialista confrontam diretamente o patriarcado e o capitalismo; são feminismos contestadores do poder e das relações sociais vigentes. Enquanto: “O feminismo socialista acredita na luta atrelada à luta da classe trabalhadora, apostando na centralidade da classe. [...] o feminismo radical acredita que a centralidade das lutas está na derrubada do patriarcado” (PINHEIRO, 2018, p. 29-30), de forma que suas pautas de reivindicações se estruturam na crítica à cultura patriarcal, ainda incluindo as lutas pela igualdade e respeito às diferenças entre os sexos, o debate e as reivindicações sobre autonomia e liberdade nos espaços públicos e privados para mulheres (INÁCIO, 2013).

Dessa maneira, fica evidente a necessidade de assegurar a construção de um projeto político feminista amplo, de caráter anticapitalista, que ultrapasse os anseios das mulheres de maior poder aquisitivo, sendo indispensável articular a luta com as mulheres das classes populares. É imprescindível extrapolar a dicotomia do público/privado, sociedade/ família; esses não são campos que se separam na vida das mulheres. Assim:

Uma das maneiras de conseguir essa transformação está em converter elementos até agora considerados pessoais e objetivos em elementos políticos. ‘É necessário combinar reivindicações feministas de corte político clássico, ou seja, frente ao Estado (divórcio, aborto, igualdade no trabalho etc.) com a necessidade de inventar novas formas de organização que possibilitassem converter o privado em político’ (...) Por esse caminho, tanto o trabalho privado da família poderá ser convertido em trabalho público, como as mulheres terão condições de empregar sua força de trabalho numa atuação diferente do trabalho doméstico atual, o qual não é considerado verdadeiro trabalho, nem remunerado (VIEZZER, 1989, p. 126).

O posicionamento do feminismo orientado pelo socialismo é explícito no sentido da transformação da sociedade, defendendo o fim do hétero-patriarcado, do racismo e do capitalismo (CISNE & SANTOS, 2018). Ainda de acordo com Viezzer (1989), é preciso superar não somente o Estado, do ponto de vista das instituições sociais públicas, mas também as relações da vida cotidiana das mulheres. É nesse sentido que compreendemos que a luta feminista precisa estar alinhada à luta de classes e para isso o marxismo tem uma grande contribuição a nos dar, pois:

O marxismo possibilita uma análise crítica sobre as relações sociais, mediante uma perspectiva de totalidade que não permite fragmentar a realidade, buscando apreendê-la além da aparência, das “representações”, sem esquecer, portanto, da incansável e constante busca pela aproximação da essência dos fenômenos sociais e de suas determinações (CISNE, 2016, p. 121).

Ainda corroboramos com Cisne quando afirma que:

Essa teoria, ao expor em bases materiais concretas a subordinação da mulher, permite engendrar ações da transformação dessa situação – transformações em torno da busca pela igualdade substantiva, já que, além de expor em bases materiais, vai à essência dos “fenômenos”, apreendendo as grandes determinações e suas particularidades nas singularidades das condições de vida das mulheres. Enfim, a teoria marxista vai ao cerne, ao foco das desigualdades sociais, analisando, dentro de uma dimensão materialista e de uma perspectiva de totalidade, a subordinação da mulher, desnaturalizando-a (2016, p. 122).

Por fim, defendemos que o feminismo classista ancorado sob a teoria marxista nos permite um salto de qualidade, no sentido de desvendar o real em todos os seus aspectos, revelando, assim, a sociedade burguesa e seus mecanismos de exploração, opressão, apropriação e subordinação das mulheres. Ressaltamos que essa teoria é direcionada à transformação da sociedade, sendo a única a apontar um projeto societário coletivo e comprometido com a emancipação humana dos sujeitos. Assim, a teoria marxista contribui não somente na análise da realidade concreta, como também na prática revolucionária do movimento. É mister o entendimento de que o feminismo também pode contribuir com a teoria marxista, na perspectiva de considerar a vida, as reivindicações das mulheres e a agenda feminista como fundamental em um projeto anticapitalista. Compreendemos que para o fim do sistema capitalista-racista-heteropatriarcal é indispensável a concretização da emancipação das mulheres, a qual se fará simultaneamente à luta em defesa da emancipação humana.

É diante dessa certeza que nos deparamos com a difícil tarefa de enfrentar as estruturas do capital que estão diante da juventude e, sobretudo, das mulheres. Segundo Falquet (2008, p. 125), “a globalização neoliberal empurra hoje a maior parte da mão-de-obra ‘no centro’ rumo a um trabalho que não é totalmente gratuito, mas que também não é ‘corretamente’ remunerado e que nem é, nem nunca será, plenamente ‘proletário’”. Esse trabalho é o que ela se propõe a chamar de “trabalho desvalorizado”, encontrando conexões profundas com os fluxos migratórios, onde ainda “a própria ONU afirma que a metade das migrações internacionais é feita por mulheres” (FALQUET, 2008, p. 127).

O que gostaríamos de destacar é que são inúmeros os desafios que estão postos para o LPJ pautar o feminismo em um cenário de avanço da extrema direita²¹ no Brasil e no mundo, bem como da ideologia de base conservadora. O fato é que o governo de Jair Bolsonaro²² representa uma ameaça aos direitos humanos, quando apoia abertamente a tortura e o extermínio dos seus opositores, como também vem promovendo diversos ataques aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, expresso pela omissão em tratar e dar informações sobre educação sexual, questão que atinge principalmente a parcela de mulheres jovens, o que contribui com os riscos de gravidez sem planejamento e de contágio por doenças sexualmente transmissíveis.

Dessa maneira, no próximo capítulo nos dedicaremos à identificação das principais ações feministas no Levante Popular da Juventude, bem como à análise da articulação do movimento com outros sujeitos políticos e das pautas que unificam as lutas, com o objetivo de apreender e analisar qual a perspectiva de feminismo do LPJ e sua relação com a defesa de um projeto anticapitalista.

²¹ É foco da extrema direita o apelo a tradição em oposição a modernidade, é comumente identificada a defesa da estratificação social, como também a defesa da supremacia de determinados indivíduos em relação aos demais.

²² Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente pelo Partido Social Liberal (PSL), com mandato de 2019 a 2022. Atualmente Bolsonaro não está filiado a nenhum partido político.

4 A ORGANIZAÇÃO FEMINISTA NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

Este capítulo foi dividido em três subitens. No primeiro, “As estratégias de luta e os parceiros no cotidiano da resistência”, buscamos identificar as principais estratégias de luta do Levante Popular da Juventude, bem como os seus parceiros, as pautas que unificam as lutas com outros sujeitos políticos, como também enfatizamos seus principais opositores no cotidiano das lutas. No segundo subitem, “Principais reivindicações feministas do LPJ”, buscamos reunir as reivindicações de cunho feminista defendidas pelo movimento, destacando, sobretudo, as ações realizadas. No terceiro subitem, “Perspectiva de feminismo do LPJ e sua relação com a defesa de um projeto anticapitalista”, buscamos evidenciar a perspectiva de feminismo defendida pelo Levante Popular da Juventude, bem como a direção social que orienta a defesa de um projeto anticapitalista feita pelo movimento.

Realizamos, assim, uma pesquisa do tipo documental, se caracterizando pelo uso “de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” (GIL, 2008, p. 45), através do qual realizamos um levantamento dos materiais veiculados no blog do Levante Popular da Juventude, sendo eles de naturezas diversas. Optamos por analisar as notas, os artigos e as notícias, entre novembro de 2014 a setembro de 2019²³. Para realizar esse levantamento, buscamos identificar nas notas, artigos e notícias a concepção de feminismo que este movimento defende; sua direção social e as principais ações feministas no Levante Popular da Juventude, bem como a identificação de outros sujeitos políticos com os quais se articula. Buscamos também apreender questões e polêmicas existentes em relação ao feminismo e a luta social contra a sociedade capitalista.

²³ O critério foi a data de postagem do primeiro material no blog e a data do último material postado no mesmo durante a coleta de dados.

4.1 As estratégias de luta e os parceiros no cotidiano da resistência

No decorrer da nossa pesquisa, consideramos importante apreender as estratégias adotadas pelo LPJ no cotidiano das lutas; também elencamos como de fundamental importância a análise das pautas que têm o potencial de unificar a luta, bem como os principais sujeitos políticos que se articulam com o movimento e, conseqüentemente, os principais opositores. Consideramos esses elementos importantes para identificarmos qual direção social assume a perspectiva feminista defendida pelo movimento e, sobretudo, em que patamar se dá a defesa de um projeto anticapitalista no LPJ.

No capítulo anterior vimos que o Levante surge como uma ferramenta para aglutinar a juventude do campo e da cidade e, desde o seu processo de nacionalização, utiliza os escrachos como uma estratégia importante de agitação e propaganda. Segundo o LPJ (2014, on-line), “ao realizar os escrachos em frente as residências de torturadores e agentes da repressão tinha como objetivo não apenas confrontá-los com a memória dos seus feitos, mas denunciar à sociedade o regime de impunidade que sucedeu à Ditadura”. Essa estratégia continuou sendo utilizada pelo movimento para fazer outras denúncias, a exemplo, temos os escrachos feitos a Eduardo Cunha em 2015²⁴, a Temer em 2016, a Jair Bolsonaro também em 2016 e nas filiais da Rede Globo; esse último significou para o movimento (Idem, 2015, on-line): “a inconformidade de muitos setores da sociedade com o papel que a emissora vem cumprindo, [...] de manter acuados setores com potencial de oferecer resistência a agenda conservadora [...]”. Vale ressaltar que, desde a primeira carta compromisso do primeiro acampamento, o LPJ se compromete com a Democratização Dos Meios De Comunicação, O Que É Reafirmado No II Acampamento nacional, onde, na carta compromisso, consta que o movimento “se compromete com a luta pela democratização dos meios de comunicação e contra o monopólio da mídia” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016, p. 11).

Para além da pauta da democratização da mídia, o Levante faz conexões importantes sobre o papel, sobretudo, da Rede Globo, com o golpe de 1964, como

²⁴ Filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Exerceu o cargo de Deputado Federal entre fevereiro de 2003 e setembro de 2016, quando teve o mandato cassado pelo plenário da Câmara dos Deputados. Encontra-se preso desde 2016.

também analisa o papel da emissora no processo que culminou com o golpe de 2016 que destituiu a então presidenta, Dilma Rousseff. A leitura feita pelo Levante naquele momento era de que:

Com o acirramento da luta de classes e a polarização das forças nos últimos meses no Brasil é possível hoje, com segurança, apontarmos os dedos para aqueles que definitivamente não estão do lado dos trabalhadores. A Rede Globo é nossa inimiga! (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016b, on-line).

Além de declarar a Rede Globo como opositora, o movimento critica o fato de, durante os 13 anos do governo, o PT não ter realizado a reforma dos meios de comunicação, pois, para o LPJ seria muito importante a entrada de “outras vozes, não só a das corporações, nas casas dos milhões de brasileiros que assistem diariamente televisão” (2016b, on-line). É nesse ponto que o movimento relaciona a democratização da mídia à construção da Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político (Constituinte), pois, “a luta pela Constituinte é indissociável da luta pela democratização da comunicação. Sem meios de comunicação próprios, a classe trabalhadora não vencerá a batalha das ideias” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015b, on-line).

Nesse ponto, gostaríamos de destacar que o cenário em que foi gestada a campanha pela Constituinte foram as jornadas de junho, momento em que movimentos sociais de base popular, dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Marcha Mundial de Mulheres, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) etc., compreenderam que a saída que aglutinava todas as reivindicações levantadas pela população naquele momento era a realização de um plebiscito, com uma pergunta única: “Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?”.

Cabe lembrar que Dilma Rousseff também propôs a criação de um plebiscito para uma Constituinte Exclusiva por uma Reforma Política, proposta esta que foi duramente atacada pelos setores conservadores, como os ruralistas. Dessa maneira, houve um entendimento dos movimentos sociais organizados de que era necessária uma campanha para perguntar à população a esse respeito e, a partir disso, foram organizados vários comitês pelo Brasil, para discutir coletivamente as diversas problemáticas que assolavam a população naquele momento; como a Constituinte era a saída, esses comitês também foram os responsáveis pela votação.

O plebiscito foi realizado entre os dias 01 e 07 de setembro de 2014, com votação online e presencial, onde 7.754.436 pessoas disseram sim, totalizando 97,5% de votos favoráveis à reforma política; nessa mesma votação 2,5% disseram não. Do ponto de vista das forças políticas ligadas à Consulta Popular e os segmentos majoritários do PT, a população desejava que fosse realizada uma Constituinte Exclusiva e Soberana no Brasil, para mudar o sistema político – cabe destacar que esse entendimento não foi consensual entre as esquerdas do país –. A pauta pela Constituinte foi amplamente defendida pelo Levante popular da Juventude, que entendia que:

Muita expectativa construiu-se sobre qual seria o impacto das manifestações de Junho de 2013, acerca das lutas e processos que se seguiram. Alguns setores da esquerda esperavam que a “luta contra a Copa do Mundo” ganhasse as ruas. Outros imaginavam que iam ver a expressão dos “anseios de Junho” nas urnas da eleição do ano passado. Nós, do Levante Popular da Juventude, apostamos nossas forças na construção do “Plebiscito Popular pela Constituinte da Reforma Política” (2015d, on-line).

Analisamos que, a partir do plebiscito, o movimento passou a se articular de forma orgânica com várias outras pautas e outros sujeitos políticos, a exemplo, o LPJ se posicionou a favor da greve dos professores no estado do Paraná, que ganhou repercussão nacional. O entendimento do movimento, para além do apoio aos professores (as), era de que:

[...] não lutamos apenas contra o pacote²⁵, e sim por uma educação que seja de qualidade, efetivando tal direito e que por fim seja emancipatória. Acreditamos que só conseguiremos ocupar o espaço que deveria ser nosso quando tomarmos as rédeas da política brasileira. Uma Constituinte Exclusiva do Sistema Político é central para avançarmos de fato nas mudanças profundas e garantirmos uma Reforma Política feita do povo para o povo! (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015c, on-line).

O fato é que a pauta da educação está presente na agenda do movimento desde sua carta compromisso no I Acampamento Nacional, onde expressou a necessidade de construir um projeto de educação para o Brasil, que “sirva aos interesses do povo”. Para isso, defende que “exista um número suficiente de vagas,

²⁵ O pacote de medidas feitas pelo então governador Beto Richa ficou conhecido como “pacote” e propunha, de forma geral, o desmonte das escolas públicas do Paraná; o fechamento de escolas, a diminuição de salas de aula, fechamento de salas de apoio, redução de profissionais capacitados para atender jovens com necessidades especiais e também a redução da progressão da carreira do professorado.

tanto nas creches, quanto nas escolas secundárias e universidades”. O LPJ também defende a implementação das cotas sociais e raciais e ampliação da educação, que deve acontecer no campo e na cidade. Para que isso pudesse acontecer, reivindicava naquele momento que 10% do PIB fossem destinados à educação (2016a). Para estas pautas avançarem, o LPJ aposta na agitação e propaganda, tirando como encaminhamentos para o início das aulas daquele ano a necessidade de:

[...] organizar calouradas e recepções do Levante Popular da Juventude, apresentando nossa política, nossa forma de organização, nossos princípios e valores. Esse é o maior desafio para estes dias. Muitos de nós já estamos organizando essas recepções através das entidades estudantis que compomos (CA's, DA's e DCE's), ou mesmo por outros coletivos que construímos (Mulheres, Negritude, Diversidade, Ambiental etc), e isso é fundamental para consolidar a representatividade destes organismos [...] Nosso papel neste momento é o de conquistar os estudantes com a mística e a agitação, convencê-los de que “só a luta muda a vida”, e que a luta só faz sentido quando se está organizado e estudando o mundo a nossa volta. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015e, on-line).

É com essa compreensão que observamos a conexão do Levante com as lutas em torno da permanência dos/as estudantes nas escolas e universidades, como a luta pelo passe livre, que, além da reivindicação contra o aumento das passagens de ônibus, denunciou o enriquecimento das empresas responsáveis pelo transporte público e também questionou os limites do direito à cidade e a violência policial diante das manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus. Como exemplo, temos as manifestações na Avenida Paulista em 2015, em que o LPJ elenca como exigências:

[...] a ampliação do Passe Livre, a revogação imediata do aumento da passagem e a abertura de uma comissão composta pela sociedade civil e membros da prefeitura, para que comecem os trabalhos no que tangem aos rumos do transporte público e, como consequência, pelo direito à cidade. Além da necessidade, cada vez mais urgente e clara, de uma reforma no sistema político realizado através de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Através dela podemos barrar a influência desproporcional do poder econômico sob as instituições. Só com ela conseguiremos mudar e disputar os rumos da forma como se faz política em nosso país (2015f, on-line).

Merece destaque aqui o envolvimento do LPJ com as lutas em defesa do direito à cidade, desde a circulação, ao direito à moradia e a reforma agrária, e as alianças com forças políticas importantíssimas para pensar a construção de um outro mundo, como as que foram construídas com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Esse compromisso foi firmado em suas cartas compromisso e se reafirmam no cotidiano das lutas. No

material que analisamos no blog do LPJ encontramos notas em apoio a ocupações, como também contra os despejos, como a da ocupação Tiradentes, em Curitiba em 2016, e em favor da Ocupação Flores do Campo de Londrina, em 2017. O movimento compreende que:

A luta pela moradia no Brasil é tão somente a busca pela reparação de uma injustiça histórica que exclui e empurra a população pobre, em sua maioria negra, para as periferias das grandes cidades. [...] Lutar pela moradia e entender que morar é um direito, portanto ocupar é um dever e uma necessidade, é lutar pela dignidade de milhões de pessoas (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2017a, on-line).

Cabe ressaltar que as duas notas foram assinadas por diversas entidades e movimentos sociais que estão na luta por moradia e vida digna, entre eles: Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Consulta Popular, Movimentos dos Trabalhadores Atingidos por Barragens (MAB), MST, o Instituto de Democracia Popular, dentre outros. A compreensão acerca da necessidade das ocupações é fundamental na luta pela superação das injustiças na sociedade regida pelo capital.

Dados de 2017 apontam que há mais de “7,2 milhões de imóveis sem função social enquanto o déficit habitacional atinge quase 1/3 da população brasileira” (SIQUEIRA, 2017, on-line). Esses dados são reflexos da especulação imobiliária que marca o processo de urbanização. Seja na cidade ou no campo, nos defrontamos com o esmagamento da população em detrimento dos interesses econômicos. Em se tratando do campo, o LPJ faz conexões importantes entre a concentração fundiária e o uso do agrotóxico no agronegócio, apontando como saída a reforma agrária popular.

Todos os dias ingerimos venenos quando nos alimentamos. Nossas refeições estão contaminadas porque cultivos em todo o Brasil são pulverizados com grande quantidade de agrotóxicos. Tanto a saúde humana como soberania popular estão ameaçadas pelo modelo de produção agrícola da sociedade capitalista. Este modelo é o Agronegócio, que fortalece e incentiva o uso de agrotóxicos e transgênicos na produção de alimentos. [...]. Como forma de resistência, a Reforma Agrária Popular se apresenta como um modelo de agricultura, alimentação e sociedade que contemple tanto a soberania alimentar (quando as pessoas podem escolher como produzir) como a segurança alimentar e nutricional (quando as pessoas têm acesso a comida de verdade sem abrir mão de outros direitos básicos) (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016c, on-line).

Desde os governos dos Partidos dos Trabalhadores, mais especificamente no governo Dilma, o que vem acontecendo é um processo de desaceleração da reforma agrária, processo que se agudizou ainda mais desde o golpe de 2016. Apresentamos,

então, a análise do LPJ que visa articular a defesa da reforma agrária com a saúde pública, especificamente no que se refere ao pleno funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A leitura ainda em 2015 era de que:

Temos vivenciado uma crise econômica mundial e o Brasil tem respondido às investidas do capital internacional através das medidas de ajuste fiscal, imprimindo sobre a classe trabalhadora uma série de retrocessos. A saúde, como um direito social, foi alvo de um corte de 9 bilhões no primeiro semestre de 2015, em um pacote que inclui ajustes na Educação, Habitação e Seguridade Social. Essa conjuntura coloca para a juventude e para todo o povo brasileiro a necessidade de acumular força social para barrar medidas que retirem direitos conquistados e construir de forma unitária com as organizações e movimentos sociais uma alternativa para a política econômica brasileira. [...] Defender o SUS é defender um projeto de sociedade que não trate a saúde como mercadoria, que não privilegie os ricos, que não segregue, não desumanize e nem mate o nosso povo. É preciso que a saúde seja pensada com o povo, que sabe o que quer e entende que ter saúde perpassa por uma luta transversal por educação de qualidade, moradia digna, lazer, cultura, direito à cidade, entre outros (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015g, on-line).

Sobre essa forma de pensar a saúde de forma transversal, gostaríamos de ilustrar a defesa que o movimento faz em torno da luta antimanicomial. O LPJ reconhece que esta luta incorpora o respeito às diferenças, tendo como norte a marca da equidade. Isso significa que reconhece as dificuldades e, conseqüentemente, os maiores desafios enfrentados pelos sujeitos “e permite fornecer o apoio necessário para que ele participe de fato da construção da sociedade”. É nesse sentido que o LPJ visualiza as semelhanças entre a luta antimanicomial e o projeto popular, afirmando que, “em outras palavras e com outros métodos, mas quanto mais se aproximam, mais esses dois projetos de sociedade se fortalecem e se qualificam”. Esse mesmo artigo expõe a apropriação pelo capital da lógica manicomial, através da qual subalternizam-se e vulneralizam-se determinados segmentos oprimidos, a exemplos das mulheres, indígenas, negros/negras, LGBTs. Vejamos:

Nossa sociedade está repleta de lógicas manicomiais. Então quando discutimos o racismo e combatemos o preconceito à população preta estamos falando sobre combater e superar uma lógica manicomial. O mesmo acontece com a população LGBTT, as mulheres, os pobres, enfim, essas minorias na produção de discursos hegemônicos que são a maioria da população. A desigualdade social é fruto da lógica manicomial que circula no mundo capitalista de forma invisível. Precisamos fazer ser visto este método de exclusão e de violência (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016d, on-line).

Gostaríamos de enfatizar que as pautas em defesa das dimensões da diversidade humana estiveram presentes em todas as cartas compromisso do movimento e se expressaram de diversas maneiras, desde os atos de rua, notas, escrachos, dentre outros; contra Jair Bolsonaro, em 2016 e também se manifestaram através de campanhas do #ForaTemer, em solidariedade à Dilma, e denunciando o golpe, a campanha do #ForaCunha, por entender que Eduardo Cunha representava uma ameaça às mulheres, à juventude, mais especificamente a juventude negra e à população LGBT. Destaca-se, ainda, o envolvimento do LPJ na campanha contra a redução da maioridade penal. O entendimento do movimento era de que a redução representava:

[...] mais um golpe contra a juventude negra e periférica do Brasil, mais uma face do Estado racista que além de financiar o genocídio e a tortura nas nossas favelas quer encarcerar, roubando os sonhos e as possibilidades de vida das nossas crianças e adolescentes (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015h, on-line).

Sabemos que, a partir da consolidação do golpe, houve inúmeros retrocessos nos direitos sociais; por isso, nesse momento analisaremos as ações de enfrentamento feitas pelo Levante Popular da Juventude no processo que culminou com o golpe em 2016 e as pautas levantadas pelo movimento após sua consolidação, bem como as articulações realizadas com outros sujeitos políticos.

Desde 2015 o movimento fazia uma leitura que identificava que os golpes que vinham acontecendo em outros países tinham características distintas dos golpes civil-militares de décadas anteriores:

Vemos o imperialismo encaminhar de forma orquestrada a ofensiva aos governos progressistas latino-americanos, a partir de golpes, não mais militares, mas institucionais e jurídicos. Vimos o golpe em Honduras em 2009, o golpe no Paraguai em 2012, a contribuição na desestabilização dos governos do Brasil, Argentina e Venezuela, as três principais economias da América Latina. Na Venezuela o cerco é ainda mais intenso, com os olhos grandes do capital financeiro e do imperialismo nas eleições de 6 de dezembro. Já vemos a grande mídia brasileira, paus mandados do imperialismo, apresentar em seus noticiários e editoriais acusações contra o governo de Maduro, o acusando de ditador (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015i, on-line).

Aqui observamos que essa leitura do LPJ parte da percepção de que o adensamento da crise mundial do capital, fez com que a investida deste, através de potências como os Estados Unidos, se orquestrassem por meio de golpes de Estado

e governos autoritários. Essa reação do poder econômico e geopolítico norte-americano se dá contra os avanços dos últimos anos, em especial na América Latina²⁶. A burguesia imperialista não conseguiu dar uma resposta à crise econômica que já dura mais de dez anos, se não a via dos ataques aos ganhos sociais, as democracias, bem como à soberania dos povos. Essa análise do Levante ainda faz apontamentos importantes sobre a nova característica dos golpes que garantem a escalada imperialista, que é o papel do direito. Mascaro faz uma importante apreciação sobre as novas características dos golpes no atual contexto.

A novidade do direito é sair da administração quotidiana do domínio da classe para ser a ponta de lança investida da luta de classes burguesa. Para tanto, amplia seu escopo e substitui postos na dianteira do múnus golpista. No que tange ao movimento de expansão, sua natureza decisória em favor do capital e das elites e de perseguição contra o povo se alarga, de modo ainda mais cirúrgico, seletivo e casuístico, contra determinados dirigentes políticos e empresariais. Quanto à substituição dos postos, põe-se a conduzir o movimento de câmbio político-econômico-social que, no passado se concentrava em mãos militares. Se o golpe de 1964 é representando pelo domínio imediato dos militares, o de 2016 tem à testa o direito. Do mesmo modo, o direito foi retaguarda do golpe de 1964; os militares, a retaguarda do atual (MASCARO, 2018, p. 52).

Com esse mesmo entendimento, o LPJ passou a fazer denúncias sobre a Operação Lava-jato, ao afirmar que “no seu segundo aniversário, a Lava-jato demonstra cada vez mais que seu principal objetivo é legitimar um golpe através da inviabilização do atual governo, e da criminalização do PT” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016e, on-line). Além disso, do ponto de vista do LPJ:

[...] não foi a Dilma que perdeu condições políticas de governar, mas o programa “neodesenvolvimentista que se esgotou no quadro da crise mundial do capitalismo, bloqueando qualquer inclinação popular do governo sem enfrentar os interesses do grande capital (2016f, on-line).

Com o golpe consolidado e Temer assumindo a presidência, os primeiros efeitos foram sentidos logo em sua posse, quando foram apresentados os ministros que iriam compor o governo com ele. O mesmo levantava a bandeira da luta contra a corrupção; mesmo assim, uma das primeiras medidas foi a nomeação de 5 ministros investigados pela operação Lava-Jato, além da ligação de outros ministros, como

²⁶ Nos referimos a ascensão de governos progressistas na América Latina, que proporcionaram melhorias nas condições de vida das populações mais pobres, a exemplo de países como Brasil, Venezuela e Uruguai.

Romero Jucá, em escutas telefônicas e escândalos de corrupção, sendo o próprio presidente Michel Temer alvo de gravações e acusado de envolvimento com propinas oriundas do grupo JBS. Cabe lembrar que Michel Temer não nomeou nenhuma mulher para assumir os ministérios, um governo estritamente composto por homens brancos.

Outra medida que gerou descontentamento foi o corte no número de ministérios, com ônus principalmente para as pastas sociais, onde foram cortadas as pastas de: Comunicações; Desenvolvimento Agrário; e das Mulheres; da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; e Cultura, que posteriormente voltou a existir, após a pressão de grupos artísticos, artistas, ativistas e movimentos sociais. Além disso, foi extinta a Controladoria-Geral da União, sendo rebatizada como Ministério da Fiscalização, Transparência e Controle. Evidenciamos o posicionamento do Levante diante dessa ofensiva, sobretudo ao que ela representava para os segmentos oprimidos naquele momento:

[...] representa um retrocesso aos sujeitos que historicamente estiveram aliados das políticas públicas. O fim destes ministérios representa o avanço do conservadorismo, que não aceita o mínimo de espaço para a cultura, a reforma agrária, os direitos das mulheres, das pessoas negras, das pessoas LGBT's e dos direitos humanos. A composição ministerial de Temer sequer tem mulheres e pessoas negras, reafirmando o caráter machista e racista da política operada por este golpista (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016g, on-line).

Lembramos ainda que Temer teve como uma de suas principais medidas a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que prevê o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, ocasionando impactos desastrosos em áreas essenciais, como saúde e educação, “visto que a PEC altera os critérios para cálculo das despesas mínimas nessas áreas que serão corrigidos pela variação da inflação do ano anterior, sem aumento real” (FRENTE AMPLA DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO PELA DEMOCRACIA, 2009, p. 6). No pacote de ofensivas sobre o trabalho, destaca-se a Lei de Terceirizações e a Reforma Trabalhista, esta última aprovada pelo Senado, em 11 de julho de 2017, e sancionada por Michel Temer. A esse respeito, o movimento fez a seguinte denúncia:

O conjunto das medidas propostas pelo governo Temer representa não apenas um atraso econômico promovido pela retomada do neoliberalismo no

Brasil. É também um governo que carrega consigo valores que há décadas o povo trabalhador vem tentando derrubar – vide o discurso de Temer no dia 8 de março (uma pérola!). A Reforma da Previdência proposta por Temer nada mais é que a castração do futuro de milhões de trabalhadoras e trabalhadores que durante anos deram duro de sol a sol, e que agora veem ameaçado o seu direito de se aposentar com dignidade. Aos jovens e ainda aos milhões que nem nasceram, restará a previdência privada, ou seja, uma contribuição para os setores do capital financeiro daquilo que é direito conquistado com anos de luta. Querem especular com o dinheiro do povo! (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2017b, on-line).

A proposta de Reforma da Previdência mencionada é a que, dentre inúmeras alterações, sinaliza o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição para aposentadoria, sendo, respectivamente, de 65 anos e 25 anos, para homens e mulheres de todos os setores. Outro recurso é a idade para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passaria a ser de 65 anos para 70 anos. Essa proposta de Reforma da Previdência representava um nítido estímulo à contratação de previdência privada, beneficiando o capital na figura dos bancos e outras instituições financeiras, especialmente os fundos de pensão, colocando em curso o fim da previdência pública no país.

Cabe ressaltar que menos de uma semana após o processo que consolidou o golpe, mais de 7 mil jovens se reuniram no 3º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude. A carta compromisso do acampamento se alicerça, sobretudo, na denúncia das instituições e forças que estavam à frente daquele processo, afirmando que o que aconteceu foi:

Um golpe contra a democracia e o povo, articulado pelo imperialismo estadunidense, pelas forças neoliberais, por setores do judiciário, pelo grande empresariado nacional, tendo a “Rede Globo como principal porta voz (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016h, on-line).

É com essa denúncia que o LPJ tira como compromisso com a juventude brasileira, organizar cada vez mais o próprio Levante, compreendendo a diversidade que compõe a juventude. Para isso, elenca como fundamental fortalecer o trabalho de base e a formação política voltada para a luta. Também aponta como compromisso a construção de um “Programa Popular para a Juventude”, pois, para o movimento, esse é o espaço de reconhecimento dos dilemas e proposições para enfrentar as diversas formas de violência.

O LPJ ainda aprova uma proposição de fortalecimento da Frente Brasil Popular, da qual participa desde seu surgimento em 2015. Esta Frente surge como um espaço

de tentativa de reorganização de parte da esquerda contra o golpe que naquele momento já se mostrava como alternativa das forças conservadoras²⁷. A Frente Brasil Popular desempenhou/a um papel muito importante na defesa da democracia e, sobretudo, na denúncia do golpe. Com esse entendimento, o LPJ defende que é com a unidade da esquerda aglutinada na Frente Brasil Popular que será possível construir um Projeto Popular para o Brasil e que isso só será possível se a luta contra a retirada dos direitos sociais culminar na construção de uma greve geral no país. Aprova como encaminhamentos urgentes:

A luta pela democracia no Brasil, denunciando o golpe e seus artífices, defendendo a soberania popular, reivindicando eleições diretas para reestabelecer a democracia. Sobretudo sabemos que a realização uma constituinte ampla, geral e soberana é o caminho para avançar na democratização da sociedade e do Estado brasileiro, assegurando as transformações estruturais que nosso povo tanto precisa (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016h, on-line).

Assim, destacamos o envolvimento do Levante Popular da Juventude, principalmente na composição da Frente Brasil Popular, no ciclo de lutas que se iniciou a partir da posse de Michel Temer, sobretudo na defesa da educação, da saúde e contra o extermínio do povo negro. Ainda consideramos pertinente apontarmos as denúncias feitas pelo movimento, evidenciando que, a partir do governo de Michel Temer, passou a ser desencadeado mais fortemente o processo de criminalização dos movimentos sociais. Podemos apontar esse processo através de denúncia feita pelo LPJ sobre a truculência da polícia em manifestações que ocorreram em janeiro de 2018, quando, na ocasião, foram presos membros do LPJ e de outras organizações, como o MST e Mídia Ninja. No momento em questão esses jovens foram conduzidos à casa de um deles e a residência foi invadida pela Polícia Militar, sem que fosse dada qualquer justificativa ou respaldo judicial para tal. Em nota, o LPJ se manifestou afirmando que:

A criminalização da esquerda e da luta é um braço fundamental do golpe a democracia no nosso país. Diante da retirada de direitos historicamente conquistados e do desmonte do estado brasileiro, querem implantar em cada um(a) de nós o medo de se manifestar. Reprimir os nossos sonhos, a nossa capacidade de se indignar e principalmente, querem que a juventude não

²⁷ Apesar disso, essa Frente não consegue garantir a unidade diante da diversidade da esquerda, sobretudo, entre os setores que fazia/fazem a crítica ao projeto de conciliação de classes feito no governo do PT. Estes setores passam a se organizar na frente denominada “Povo sem medo”.

compreenda que só o povo organizado tem o poder de transformar a realidade (Idem, 2018a, on-line).

Em 2018, ano de eleições presidenciais, assistimos a um desdobramento movido pelas mesmas forças que orquestraram o golpe, ainda tendo no judiciário a ponta de lança, a Operação Lava Jato, e o então juiz, Sérgio Moro, que surpreendeu a todos com a celeridade no processo de condenação do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva que, naquele momento apontava ser o candidato favorito nas intenções de voto. Todo o processo que culminou com a sua prisão representou um verdadeiro escândalo jurídico, primeiramente porque o seu processo jamais deveria ser julgado pela Justiça do Paraná, uma vez que o tríplex²⁸ alvo da investigação está localizado no Guarujá – São Paulo. O seu processo também passou à frente de outros processos na fila do Tribunal Regional Federal da 4^o Região. Ainda ficou evidente o uso da estratégia conhecida como *lawfare*, que consiste justamente em articular decisões judiciais à ações midiáticas – prova disso foi o aviso às emissoras de televisão, sobretudo à Rede Globo, sobre a sua condução coercitiva, como também no vazamento de escutas telefônicas. Cabe destacar o caráter ilegal destas que, posteriormente, foi enfatizado pelo conjunto de denúncias feitas pelo veículo de informação *The Intercept Brasil*, ficando conhecidas como Vaza Jato. O LPJ se posicionou defendendo a liberdade de Lula e o seu direito de concorrer às eleições, como também passou a fazer a denúncia pública de que Lula era um preso político e participou da campanha #EleiçõesSemLulaéFraude.

O fato é que, com Lula preso, o caminho estava livre para a escalada neofascista no país, através da candidatura de Jair Messias Bolsonaro, que se confirmou na sua vitória eleitoral. Aqui, gostaríamos de pontuar a relação entre Sérgio Moro e Jair Bolsonaro, que, antes de tomar posse, em janeiro de 2019, este último anunciou Moro como Ministro da Justiça de seu governo, ato que desnuda ainda mais o envolvimento de ambos com a prisão de Lula para obtenção de ganhos pessoais.

As análises das matérias do blog do Levante Popular da Juventude evidenciam que, ainda no momento de disputa no pleito de 2018, a atuação do movimento centrou-se na denúncia da prisão política de Lula – elemento que consideramos importante. Não encontramos, no entanto, em nenhum material objeto de nossa

²⁸ Segundo a Força Tarefa da Lava Jato, o ex-presidente teria recebido propina da construtora OAS, através de uma reforma de um apartamento triplex na cidade de Guarujá- São Paulo, o que levou a acusação de Lula por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

análise, qualquer menção ao avanço da extrema direita de características neofascistas. Ademais, sinalizamos que as análises de conjuntura feitas pelo LPJ são, em grande medida, problematizadas no ambiente das esquerdas, justamente pelo não aprofundamento das críticas ao projeto de conciliação de classes implementados nos governos do PT e suas implicações para a organização da vida social e das próprias esquerdas.

Gostaríamos de trazer alguns elementos, além dos que já foram expostos, para demonstrar as formas atípicas do pleito eleitoral de 2018 e que demonstram a escalada neofascista; destaca-se que essas são análises nossas e não do Levante Popular da Juventude.

Em primeiro lugar, sabemos que esse neofascismo não se apresenta em sua forma clássica do fascismo da década de 1920, mas que ele se apropria desses elementos clássicos. Apesar de suas novas configurações, aqui traremos, sobretudo, as similitudes com a sua forma clássica. Para tanto, consideramos a conjuntura o elemento central que fundamenta nosso entendimento desse avanço conservador, uma vez que concordamos com Konder (2009), que o fascismo cresce em um país somente em condições históricas especiais, necessitando de uma “preparação reacionária” que tenha sido capaz de “minar as bases das forças potencialmente antifascistas”.

Aqui no Brasil essas condições são gestadas através do espetáculo midiático por meio da Lava Jato em sua atuação seletiva, criminalizando ou estigmatizando determinados setores da política nacional, grupos e movimentos sociais. Também é importante ressaltar o papel da própria direita nas manifestações de 2015. Destaco que, para pensar o papel da direita, é preciso considerar aquilo que afirma Konder (2009, p. 27): “O conceito de direita é imprescindível a uma correta compreensão do conceito de fascismo, embora seja mais amplo do que este: a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie”.

O fato é que essas manifestações são o desdobramento da derrota de Aécio Neves²⁹ nas urnas em 2014 para Dilma Rousseff, em que foi criado um cenário de ingovernabilidade, gerando uma crise política e social, agravada ainda mais pelos escândalos de corrupção e, como mencionamos, do papel desenvolvido pela mídia. Ademais, não podemos deixar de mencionar o papel da Federação das Indústrias do

²⁹ Filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB

Estado de São Paulo (FIESP), como também do Movimento Brasil Livre (MBL) na pressão gerada nas ruas para a derrubada do governo Dilma. O que queremos demonstrar é que, desde 2015, vinha sendo esculpido o deterioramento das forças consideradas de esquerda no país e este processo parece não ter sido devidamente apreendido em toda sua densidade histórica no universo das diferentes forças políticas que formam o amplo campo da esquerda no Brasil.

A descrença na esquerda, bem como o processo de criminalização das lutas, primeiramente no governo Temer, somando ao cenário de agravamento da crise econômica mundial, passam a dar fundamento à ideologia pragmática radical e quase profética proferida por Jair Bolsonaro durante campanha³⁰.

Dito isto, gostaríamos de mergulhar nas características do governo Bolsonaro³¹, que se tornaram alvo das críticas do LPJ, dentre outros sujeitos coletivos e forças políticas no ambiente das esquerdas. Identificado por seus seguidores como Mito, evidencia uma característica que expressa marca chauvinista, por meio do discurso da defesa do Brasil de uma ameaça comunista e contra a servidão que, segundo ele, foi imposta pela esquerda.

A criação do mito da defesa da pátria foi e ainda é imprescindível para a ascensão neofascista. Bolsonaro se apropria desse elemento a fim de criar um aspecto de lisura, inclusive apresentando ele mesmo como alguém diferente da categoria política do país, como se não fosse parte do Congresso, onde esteve em mandato por 27 anos. Em seu plano de governo formalizado junto ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, durante campanha, utiliza-se do jargão afirmando que a nova forma de governar é com “mais Brasil e menos Brasília”, em uma demonstração do que acabamos de afirmar.

³⁰ Não podemos deixar de mencionar, embora não seja o foco da nossa problematização, o episódio em que, durante passeata de campanha em Juiz de Fora, sofre uma facada. Logo após esse acontecimento, Bolsonaro, mesmo com liberação médica, passa a não participar dos debates televisionados dos presidenciáveis. Acreditamos que essa tenha sido uma estratégia para não expor a fragilidade de suas propostas.

³¹ Gostaríamos de pontuar que durante os 27 anos que Bolsonaro esteve na vida política enquanto Deputado Federal, foi considerado um político de “baixo clero”, o que se expressa pela baixa quantidade de projetos apresentados e aprovados na câmara dos deputados. Curiosamente Bolsonaro se projetou na vida pública através das polêmicas, como o episódio em que agrediu verbalmente Maria do Rosário (PT), quando afirmou que “não a estuprava porque ela não merecia”, não sendo essa a primeira vez que a agrediu; em outro momento já havia empurrado e chamado a mesma de “vagabunda”.

Outra característica neofacista, que é um recurso do governo Bolsonaro, são as medidas extremamente impopulares, caracterizadas no jargão político como “antipovo”. No fascismo clássico era criada a figura de um inimigo externo; no neofascismo brasileiro, o inimigo é o próprio povo, de forma mais específica, quem se opõe a Bolsonaro. Foi possível apreender que o LPJ capta esse elemento nas falas do Presidente, pois este já deu declarações em que afirma que “o trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego, ou menos direito e mais emprego”; como também já afirmou diversas vezes que é perseguido pela mídia. O que tem de mais controverso nessa declaração é o fato das grandes emissoras de televisão, como a Rede Record e o SBT, serem apoiadoras assumidas do Governo.

Aliás, a propaganda é ela mesma um recurso utilizado no neofascismo que, em sua versão repaginada, também assume outros métodos modernos para se valer da estratégia da sociedade de massas do consumo dirigido. Desde a campanha, Bolsonaro utiliza-se do recurso de disparos, via whatsapp, de notícias falsas, as chamadas “fake News”; além disso, existem fortes indícios sobre a compra de dados pessoais dos usuários do Facebook, usados para influenciar a opinião de eleitores em seu favor. Consideramos esses aspectos importantes no processo de apreensão da realidade, no entanto, no material analisado, não encontramos qualquer menção a esses elementos; apesar disso, essas determinações foram captadas pelo LPJ posteriormente, já com Bolsonaro eleito presidente.

Ainda em conexão com a criação do inimigo interno, Bolsonaro não só é contra o comunismo, tendo esse como seu inimigo, como cria a figura do cidadão de bem que é perseguido pela esquerda, reforçando a figura do cristão, seja ele protestante ou católico, que é alvo de perseguição por essa mesma esquerda e seus apoiadores. Destacamos que Bolsonaro hiperdimensiona uma ameaça e um “sujeito” que, efetivamente, ou não existe ou é irrisório no cenário político contemporâneo.

Ainda, não podemos deixar de mencionar o envolvimento das alas conservadoras das igrejas no apoio à candidatura de Bolsonaro e na defesa do seu mandato. Esse apoio se dá, em grande medida, pela defesa dos valores tradicionais, como a defesa da família nuclear; conseqüentemente, também pelo discurso central contra o segmento LGBT, bem como contra uma suposta “ideologia de gênero”, em claro antagonismo às lutas feministas elencadas neste trabalho³².

³² Ainda, consideramos importante sinalizar a relação de proximidade de Jair Messias Bolsonaro e sua família com os assassinos de Marielle Franco (PSOL) e Anderson Pedro. Cabe destacar que Bolsonaro

Diante desse cenário, identificamos um certo recuo do Levante Popular da Juventude na defesa de suas pautas, assim como o recuo dos movimentos sociais como um todo. Alguns segmentos vem interpretando esse momento como de encerramento desse ciclo de lutas da esquerda brasileira; discordamos dessa leitura, pois acreditamos que esse é o momento favorável da reorganização da esquerda brasileira e de organização em torno da pauta antifascista, o momento de se solidarizar e somar a luta com grupos antifascistas do mundo inteiro, pois sabemos que a ampliação do neofascismo não é um fenômeno apenas presente no Brasil, mas que está ocorrendo mundialmente, através da ascensão da extrema direita que se fortalece através do recurso ao neofascismo.

Ainda não estamos afirmando que as lutas deixaram de existir, mas que elas não estão avançando em suas projeções de massa; prova disso é que o governo Bolsonaro assumiu um pacote de privatização das riquezas nacionais e vem colocando em prática medidas de sucateamento do Ensino Superior, como também da saúde pública³³. Ainda em se relacionando com a saúde, assistimos a um processo de liberação de vários agrotóxicos que são proibidos no muito inteiro. Nos documentos que analisamos não encontramos menção alguma a tais medidas. Não podemos deixar de mencionar que existe apenas um documento no Blog do Levante, datado de 05 de janeiro de 2019, que alerta para uma possível escalada neofascista do governo Bolsonaro. Esse documento foi feito na primeira semana de governo e aponta as projeções dos retrocessos desse governo para as mulheres, negros e, sobretudo, a população LGBT.

Até aqui compreendemos que as pautas do movimento reafirmam que as bandeiras de luta do LPJ compõem um conjunto de lutas a partir daquilo que entende como um “Projeto Popular para o Brasil”, e que o movimento articula-se com diversos movimentos do campo progressista, sobretudo através da Frente Brasil Popular, como

foi o único candidato à presidência que não se manifestou sobre a morte da vereadora e, posteriormente, foi descoberto que um dos assassinos era seu vizinho. Ademais, quando já eleito presidente, Bolsonaro também concedeu passaporte diplomático aos parentes do suspeito de mandar matar Marielle e Anderson.

³³ Cabe destaque a atuação do governo no atual cenário de pandemia, onde, até a data de finalização deste trabalho, o Brasil registra o número alarmante de 97.418 mortos em decorrência da Covid-19. Desde a chegada da doença no país, Bolsonaro vem descumprindo e incentivando o descumprimento das medidas de saúde recomendadas pela Organização Mundial de Saúde, tais como o distanciamento social, onde por diversas vezes Bolsonaro participou de manifestações e saiu em passeios por Brasília, provocando aglomerações, como também no não uso das máscaras de proteção; ainda, durante a pandemia tivemos por duas vezes a troca de Ministros da Saúde, o que resultou em mais de dois meses sem ministro no cargo.

o MST, MTST, MAB, os Diretórios e Centros Acadêmicos nas universidades, Marcha Mundial das Mulheres, dentre outros.

Com esse entendimento, nos interessa, no próximo item, reunir as reivindicações de cunho feminista defendidas pelo movimento, destacando principalmente as ações feministas no cenário de avanço do conservadorismo e do neofascismo no país.

4.2 Principais reivindicações feministas do LPJ

O processo de formação sócio-histórica do Brasil é marcado pela entrada tardia no mundo do capital, no lastro da transição do capitalismo competitivo ao monopolista, com um forte traço de dependência com o capital internacional. Além disso, como nos apontam Cisne e Santos (2018, p. 97), “somos sínteses de um passado de dominação e exploração com raízes na escravidão, no colonialismo e no patriarcalismo. [...] também somos sínteses de um passado de lutas e resistências”.

Dessa maneira, as transformações modernizadoras no país ocorreram pela via prussiana ou, também conhecida pelo termo cunhado por Gramsci, como revolução passiva, marcado por um movimento de coalisão entre as elites, processo esse que exclui a participação popular. Dessa maneira, a transição para o capitalismo não rompe com a herança colonial; no mais, o “‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, conformando o caráter desigual e combinado do capitalismo [...], que aprofunda a marca da dependência no Brasil” (ALBUQUERQUE; PEREIRA, 2016, p. 27). Uma sociedade organizada economicamente para o atendimento das necessidades do capital estrangeiro, sofrendo de forma direta as interferências do mercado externo na economia nacional. Características tais, como a tradição reacionária, o autoritarismo e a contrarrevolução permanente impõem dinâmicas diferenciadas, que persistem ao longo do tempo, particularizando a formação das classes sociais no país.

É assim que o sistema heteropatriarcal e racista, forjado no Brasil desde seu processo de colonização, fortaleceu as hierarquias de classe, extrapolando a dimensão econômica, impondo contornos diferenciados nos aspectos sociais, culturais e políticos (CISNE; SANTOS, 2018). É partindo desse entendimento sobre as características do processo de formação que reverberam na sociedade brasileira até o momento, sendo essas expressas através do racismo e sexismo, que nos

interessa nesse momento identificar as principais reivindicações e ações feministas desenvolvidas no Levante Popular da Juventude.

Portanto, numa sociedade conservadora como a nossa, a situação das mulheres e, sobretudo, das mulheres negras, é um indicador da não superação das características mencionadas anteriormente, de forma que uma das principais reivindicações do LPJ é a defesa da vida das mulheres e a denúncia da violência que sofrem na vida cotidiana. Esta reivindicação é materializada em atos de rua, como também nas notas em repúdio aos atos de violência contra as mulheres e de feminicídio. Sobre esse tipo de violência, o entendimento do movimento é o de que:

[...] a violência de gênero em todas as suas facetas (física, psicológica, sexual, moral ou patrimonial) também é tida como uma relação de poder entre homens e mulheres, em que aquele se vê no direito de achar que é dono do corpo e da vida das mulheres! Entretanto, nós, mulheres fortes que somos, resistimos, levantamos a bandeira lilás do Feminismo e gritamos ao alto e bom tom que também somos gente e merecemos ser respeitadas! [...] saímos as ruas para reivindicar o direito à vida e a sobrevivência das nossas mulheres jovens, pretas, pobres, mães, estudantes, indígenas, quilombolas...todas elas! Queremos viver e não aceitaremos mais a omissão do Estado! (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015j, on-line).

Sabemos que essas denúncias são feitas baseadas nos dados alarmantes de violência contra as mulheres em todo o país. Segundo o Atlas da Violência (2019, p. 35), “houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007”. Ainda segundo a mesma pesquisa, a desigualdade racial se expressa, também, nos números de mulheres vitimadas, “enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%” (Idem).

O LPJ ainda se manifesta através de notas, repudiando casos de agressões, sejam elas físicas ou verbais. Ressaltamos que o movimento não se omite e expõe através das notas os casos de agressões que envolvem militantes homens do próprio movimento. Diante de um caso de agressão física de um homem que fazia parte do LPJ contra uma mulher de outra organização de esquerda, o movimento se posicionou da seguinte maneira:

Sabemos que nenhuma organização de esquerda está imune a essas contradições. Por isso que desde o princípio, mesmo antes de apurar, nos responsabilizamos enquanto organização por esse processo. Vale ressaltar que o MAIS também teve a mesma atitude, expressando uma compreensão

comum de que esse problema não é somente individual, mas coletivo e que assim deve ser o seu enfrentamento, sem excluir a necessária responsabilização individual, quando confirmada a denúncia (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2017c, on-line).

A tematização da violência contra a mulher, como observamos, é uma preocupação do movimento e, conseqüentemente, alvo de suas reivindicações. É dessa maneira que o LPJ considera importante pensar em estratégias para combater a violência contra a mulher, pois considera que só assim passaremos a “reduzir danos e acolher essas mulheres, discutindo relações de gênero e construindo novos valores, novos homens (entendendo seu papel como parceiros na construção do feminismo) e novas mulheres mais fortes” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2017d, on-line).

É partindo desse entendimento que também identificamos como alvo das reivindicações feministas do movimento a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Essa defesa se expressa de diversas maneiras, seja no ato de informar as mulheres sobre a importância da descriminalização e da legalização do aborto, como também no escracho público a figuras conservadoras, como Eduardo Cunha, um dos principais opositores ao avanço das pautas sobre os direitos sexuais e reprodutivos enquanto esteve na Câmara dos Deputados³⁴. O Levante compreende que “as mulheres precisam saber que o aborto é possível e que é do interesse delas legislar e decidir sobre isso e o Estado brasileiro precisa construir caminhos democráticos e participativos para isso” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019a, on-line). Entende ainda que:

O aborto, [...] deve ser realizado a partir da convicção de cada mulher, ela que deve decidir se isso é possível ou não. Não serem tuteladas pelo Estado brasileiro, um marido ou um vizinho. Por isso não deve ser criminalizado em nenhuma circunstância e o Estado deve oferecer a possibilidade de interromper essa gestação de forma segura. [...] O ponto em comum a todas as mulheres que procuram os serviços públicos é que elas estão em situação de brutal violação de direitos reprodutivos e que buscam seu direito de interromper esse processo de violência (Idem, 2019a, on-line).

Ressaltamos uma vez mais que a necessidade dessa pauta é demonstrada, apenas a título de exemplo, através dos dados alarmantes dos estupros na sociedade brasileira. Segundo pesquisa do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 (2019), com dados colhidos em 2017 e 2018, 63,8 % dos casos de estupro são

³⁴ Eduardo Cunha, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), perdeu o seu mandato em setembro de 2016 por quebra de decoro parlamentar.

cometidos contra vulneráveis, dos quais 81,8% são do sexo feminino, sendo, ainda, 50,9% contra pessoas negras. A mesma pesquisa aponta que o ápice dos estupros nas mulheres se dá aos 13 anos de idade. É diante desse cenário que o LPJ se manifestou contra o PL 5069, de autoria de Eduardo Cunha, que buscava alterar o entendimento sobre os métodos contraceptivos no atendimento as vítimas de estupro, dificultando até mesmo a compra da pílula do dia seguinte em farmácias; além disso, dificultaria o atendimento às mulheres vítimas de estupro, uma vez que estabelecia que, para a realização do aborto, deveria ser constatado em exame de corpo de delito e comunicado à autoridade policial. A leitura do Levante sobre o PL era de que representava “uma sentença de morte a milhares de mulheres, principalmente as negras e pobres das periferias. Se aprovado, o PL dificultará o atendimento no sistema de saúde para mulheres que forem estupradas” (2016i, on-line). Diante disso, argumentava que ser contra Eduardo Cunha era:

[...] lutar pelo direito ao próprio corpo; para que a vítima não seja responsabilizada pela violência sexual que sofre; para que não sejam violentadas novamente pelo estado; para que não sejam obrigadas a conviver com o filho do seu estuprador; para que não sejam criminalizadas, presas, assassinadas! Para gritar aos machistas e opressores que as violentam, que naturalizam o estupro, que relativizam e minimizam sua dor; que as estupram e que continuam vivendo suas vidas como se nada tivesse acontecido: NÃO PASSARÃO! (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016i, on-line).

Sinalizamos, ainda, que nesse mesmo documento, o Levante equipara o aborto ao abandono paterno, colocando da seguinte forma:

Vale destacar, também, que o aborto é legal para os homens. Cerca de 5,5 milhões de crianças não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Ou seja, para o homem abortar basta ir embora. Não sofrerá qualquer julgamento, não conviverá com qualquer estigma social, não precisa submeter sua vida ao risco da clínica clandestina, não cuidará do filho (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016i, on-line).

Consideramos um equívoco comparar o aborto com o abandono paterno, pois o aborto é uma medida de saúde pública e de decisão das mulheres sobre seus corpos. O abandono paterno, ao contrário disso, expõe a face mais cruel do tratamento dado às mulheres e aos seus filhos, um processo que responsabiliza as mulheres sobre os cuidados com as crianças, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza os homens, jogando as mulheres na pobreza, na miséria e na sobrecarga materna. No entanto, consideramos importante expor Eduardo Cunha

como inimigo das mulheres, uma vez que o PL criado por ele expõe milhares de mulheres à falta de informações e violências reiteradas, tirando a autonomia sobre seus corpos e sua sexualidade.

Ainda, evidenciamos que o movimento compreende o estupro como uma cultura perpetrada pela estrutura patriarcal presente em nossa sociedade; isso exige que:

[...] reforçemos as nossas convicções nas constatações mais óbvias e mínimas, como dizer que as mulheres que sofreram estupro não são criminosas por escolher abortar algo que é fruto da violência contra si, e que o Estado é laico e o corpo da mulher vem sendo disputado pelos setores mais conservadores e hipócritas. Tudo isso são reflexos do sistema patriarcal que vivemos, enraizado na sociedade brasileira (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015l, on-line).

Em uma sociedade marcada pelo patriarcado, compreendemos que a cultura do estupro se expressa quando a violência sexual é normalizada por meio da culpabilização da vítima, ao mesmo passo que se normaliza o comportamento sexual violento dos homens. A exemplo disso, o Levante chama atenção para os dados colhidos pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em que se comprovou que “o regime militar utilizava métodos específicos de violência, degradantes e desumanos, para diferentes segmentos da população. Conforme se apurou em depoimentos, a violência sexual e de gênero era utilizada como instrumento de poder” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015m, on-line). Ainda como forma de denunciar a cultura do estupro, o Levante, em parceria com a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), realizou um escracho à Atlética da Faculdade de Medicina da USP, com o objetivo de “denunciar os casos de violência contra a mulher ocorridos na universidade, nas festas e trotes, e o silêncio da instituição. Além disso, visa denunciar a cultura do estupro perpetuada pelas ações da atlética, desde seus hinos, até os cartazes de divulgação de festas” (Idem, 2015n, on-line).

Ainda com o processo de golpe contra a então presidenta Dilma Rousseff, o LPJ delibera como reivindicação a denúncia do golpe em solidariedade à Presidenta, por considerar que o golpe é machista, levantando a bandeira do #ForaTemer. Antes disso, afirmava que a campanha pela Constituinte era a bandeira central do movimento, pois consideravam que somente através dela que se conseguiriam os “avanços reais para a vida das mulheres e do povo brasileiro” (LEVANTE POPULAR

DA JUVENTUDE, 2015j, on-line). Naquele momento, pós eleições de 2014, acabara de se confirmar o Congresso mais conservador desde 1964. Para o LPJ:

Fica evidente para nós a centralidade da importância da participação das mulheres não só na política como também nos espaços instituídos de poder, de decisão, para garantir que políticas públicas sejam pensadas levando em consideração a vida e as demandas das mulheres. Queremos um Congresso feminista e Popular e não um Congresso machista, conservador e arcaico [...] (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015j, on-line).

Com o golpe consolidado e inúmeros retrocessos para a vida das mulheres, o Levante também aderiu à campanha contra a Reforma da Previdência sugerida por Michel Temer, ao afirmar que:

[...] barrar a reforma da previdência é uma pauta das mulheres, especialmente das trabalhadoras. E por isso, as mulheres das mais diversas organizações, dos mais diferentes sindicatos, movimentos sociais e também do movimento estudantil, se articularam nacionalmente em torno de uma bandeira: MULHERES CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA. Aproveitando a agenda do movimento feminista, para se posicionar contra o corte dos direitos sociais e contra a agenda neoliberal do governo Temer (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2017e, on-line).

Com as eleições de 2018 e a vitória de Jair Bolsonaro, a compreensão sobre a construção do feminismo era a de fortalecer os espaços auto-organizados, pois esses espaços “permite[m] que tomemos consciência da nossa realidade e que construamos estratégias para transformá-la” (Idem, 2018b, on-line). Estabelece que esses espaços são o lugar de entendimento das múltiplas vivências, sejam elas em razão da cor, da orientação sexual ou da identidade de gênero, pois, “o que nos une como mulheres da classe trabalhadora nos fortalece”. Compreendemos que o movimento também assume como pauta a defesa da população LGBT, como já demonstramos no item anterior. Ainda em 2015, o LPJ já elencava como agenda do movimento a construção de “ações de rua, discussões dentro das universidades, plenárias auto organizadas, atividades nas periferias, onde existem contradições acirradas na vida das mulheres lésbicas, que são dentro das periferias majoritariamente negras” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015o, on-line).

É dessa maneira que identificamos como reivindicações feministas no Levante Popular da Juventude, a luta contra violência doméstica, a luta sobre os direitos sexuais e reprodutivos, se concentrando, sobretudo, na defesa da descriminalização e legalização do aborto, como também na denúncia dos sujeitos políticos que se

colocam como entrave às conquistas desses direitos, como Eduardo Cunha e Jair Bolsonaro; tendo como bandeira a luta pela Memória, Verdade e Justiça, pois apreende que os crimes perpetrados durante a ditadura civil-militar de 1964 se distinguem em razão do sexo, representando uma grave violação dos direitos humanos e que, portanto, precisam ser investigados e punidos.

O LPJ tem também como uma de suas principais reivindicações a luta pela Constituinte, entendendo que somente com a participação popular é que as mulheres vão poder ocupar os espaços políticos e de decisão. Essa reivindicação se conecta com a defesa dos espaços auto-organizados, tendo eles a importância de aglutinar a diversidade das mulheres para suas pautas comuns. Queremos destacar que, à exceção das notas de repúdio aos casos de violência e da matéria sobre o escracho à Atlética da Faculdade de Medicina da USP, todas as outras matérias foram publicadas em datas comemorativas ou em alusão a essas datas, como o 8 de março, Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e o Dia da Visibilidade Lésbica. O que queremos dizer é que as pautas feministas dentro do movimento precisam ser construídas diariamente, uma vez que, diante do conservadorismo em tempo de neofascismo, todas essas pautas mencionadas sofrem retrocessos, tornando urgente a construção diária do feminismo nas organizações de esquerda.

Em tempo, afirmamos os limites da nossa pesquisa, uma vez que nos propomos a uma pesquisa do tipo documental, em um universo delimitado às notas, artigos e notícias presentes do blog do LPJ. Com intuito de ampliar a nossa análise acerca da agenda feminista no Levante, nos interessa, no próximo item, evidenciar a perspectiva de feminismo defendida pelo Levante Popular da Juventude, bem como apontar os elementos de defesa de um projeto anticapitalista feita pelo movimento.

4.3 Perspectiva de feminismo do LPJ e sua relação com a defesa de um projeto anticapitalista

Já foi indicado no capítulo anterior que o feminismo no LPJ é pautado através da construção de um projeto feminista e popular para o Brasil. Ao longo da nossa pesquisa essa questão foi reforçada, como na passagem que se refere à pauta do aborto, afirmando que:

Essa é uma pauta do feminismo popular que precisamos construir diariamente para dentro e fora das organizações e movimento de juventude,

para a construção de um projeto popular para o povo brasileiro, na transformação da sociedade e construção de novos valores e práticas, onde as mulheres sejam protagonistas de suas vidas e verdadeiramente livres (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2017f, on-line).

Embora na citação anterior se afirmem os objetivos do feminismo popular para o movimento, no material por nós analisado não identificamos o que seria a perspectiva do feminismo popular para o LPJ. Buscamos, então, apontar os elementos que caracterizam essa perspectiva, através do material do blog, como também buscamos nos apropriar da literatura disponível sobre a temática.

Dessa maneira, podemos identificar em diversos materiais que o Levante constrói o feminismo partindo da necessidade de desnaturalizar os papéis atribuídos a homens e mulheres nessa sociedade, afirmando que:

[...] possuímos relações desiguais [...], que não são naturais ou fruto das nossas diferenças biológicas, mas são construídas pela nossa sociedade desde que nascemos, e vão se reproduzindo nos mínimos detalhes de nossa vida cotidiana (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2017d, on-line).

O esforço de desnaturalizar essas relações vem sendo feito pelas teóricas feministas, sobretudo, as que fundaram os estudos de gênero desde o transcurso dos anos de 1960. Sabemos que ainda hoje são comuns as práticas e os discursos tomarem os atributos e as ideias de natureza para normatizar as práticas de opressão e sujeição das mulheres aos homens. Afirmamos a relevância social e política do movimento não ter esta concepção, pois reconhece que a sociedade precisa romper com as práticas que reiteram o determinismo biológico. Além disso, identifica que essas relações, notadamente na forma da violência, atingem a todas as mulheres, no entanto, de forma diferenciada.

TODAS elas podem sofrer, ou sofrem violência ao menos uma vez em suas vidas, porém, se faz necessário a nós um recorte de classe e raça. Mulheres pobres e mulheres negras são mais oprimidas pelo machismo, e isso se manifesta em números maiores de casos de violência, em mortes, sendo o racismo também estrutural da sociedade brasileira, colocando a mulher negra como inferior a branca (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2017d, on-line).

Já afirmamos no item anterior os elementos da formação sócio histórica brasileira, que encontram suas raízes na escravidão e no patriarcado, pois esses determinantes imprimem marcas profundas na constituição das relações sociais, de forma que é imprescindível apreender como as questões de raça e de sexo implicam

contornos distintos nessas relações. Apresentamos também os números que comprovam que, apesar de na sociedade patriarcal todas as mulheres estarem suscetíveis à violência, são as mulheres negras as mais vitimadas. Ter entendimento sobre essa dimensão é fundamental para a construção de estratégias de enfrentamento ao racismo e ao machismo na sociedade capitalista e para além dela. Essa apreensão se reitera no reconhecimento de que:

[...] nossa sociedade além de patriarcal é capitalista-racista é desnaturalizar o dado do último Mapa da Violência de 2018 que aponta: em 10 anos caiu em 8% o índice de feminicídio contra mulheres brancas e aumentou 15% o de mulheres negras. Por que as mulheres negras são as mais violentadas? Será porque estas são a base e qualquer mudança profunda no seu lugar mexe na hierarquia de toda a sociedade? (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018b, on-line).

A citação anterior também nos indica que a construção do feminismo popular no Levante parte da compreensão da dimensão sistêmica como núcleo que fundamenta as inúmeras formas de opressão nessa sociedade; isso se expressou com frequência nos materiais analisados. Sobre a sociedade patriarcal:

Reconhecer que a nossa sociedade é patriarcal é reconhecer que o poder é centrado nas mãos dos homens que são eles que tomam todas as decisões que afetam o conjunto da sociedade. A violência contra as mulheres não acontece só dentro das nossas casas, mas também no espaço público, com um claro objetivo de fazê-lo um ambiente hostil pra nós [...] (Idem, 2018b, on-line).

O LPJ reconhece que o patriarcado “destrói mulheres, edifica medo e desespero. Reproduz relações de força e de submissão entre os gêneros, reitera a violência e o ódio, tortura, enfraquece e despreza a mulher” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016j, on-line). Saffioti nos apresenta os argumentos que são essenciais para o entendimento do patriarcado, afirmando que:

1. não se trata de uma relação privada, mas civil;
2. dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições [...];
3. configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
4. tem uma base material;
5. corporifica-se;
6. representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (2004, p. 57-58).

Afirmamos a importância quanto ao entendimento do patriarcado como o sistema que sujeita as mulheres diariamente, como também destacamos que é

fundamental adotar uma perspectiva antipatriarcal no cotidiano das lutas. Ressaltamos também que o movimento compreende a necessidade de ser antirracista, bem como o imbricamento dessas lutas para superar a sociedade capitalista; todavia, aponta o compromisso de classe na construção do feminismo popular:

É por isso que a construção de um feminismo das mulheres da classe trabalhadora, que esteja presente nas universidades, nos bairros, nas cozinhas, nos pontos de ônibus, nas filas dos hospitais, dentro dos lares brasileiros, enfrentando as contradições, precisa ser parte do horizonte de construção do Projeto Popular para o Brasil (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2017g, on-line).

No entanto, identificamos, através da análise documental, que não está explícito a concepção do que é o feminismo popular, as diferencialidades e proximidades com outras perspectivas feministas. Bezerra (2018, on-line) afirma que “de forma sintética, definiria o feminismo popular como a práxis coletiva construída por mulheres trabalhadoras em luta e em movimento”. Essa perspectiva foi forjada nos processos revolucionários da Nicarágua e Venezuela e se insere “num projeto de transformação da sociedade mais amplo, num projeto de emancipação humana protagonizado pelas mulheres” (2018, on-line).

Dessa maneira, o feminismo popular tem como características fundamentais a indissociabilidade da luta contra o capitalismo e da luta contra a opressão fundamentada na crítica ao patriarcado. Elementos que, como demonstramos, são identificados nos documentos do LPJ. Segundo a mesma autora, o feminismo popular concebe os espaços de auto-organização das mulheres como movimentos mistos e lugar de construção do feminismo, sendo esses um princípio para construção da autonomia das mulheres.

Consideramos essencial apontar os elementos que demonstram o compromisso do Levante com a defesa de um projeto anticapitalista, uma vez que entendemos que a emancipação humana só é possível com a destruição do sistema heteropatriarcal, racista e capitalista. Durante esse capítulo, apontamos que o LPJ compreende que o sistema capitalista se apropria, cria e reitera as diferenças, transformando-as em desigualdades, cujo tratamento se dá através da violência e da repressão. Isso se exemplifica na passagem em que aborda o cerne da violência contra a mulher e a forma de superação.

Para acabarmos com um problema é necessário combatê-lo pela raiz. E a raiz da violência contra as mulheres se encontra numa sociedade capitalista-patriarcal-racista que depende, sistematicamente, de mulheres alienadas que exerçam trabalhos reprodutivos e de cuidados gratuitamente, ou seja, de mulheres que não se questionem sobre seu lugar para que o Estado se exima da responsabilidade com as crianças, os idosos e até mesmo com os homens, que “economize” em hospitais, escolas, creches e restaurantes populares e que se preocupe apenas com a segurança pública, punindo jovens e naturalizando a presença da polícia em todos os espaços da nossa vida [...] O recado que damos é que a única forma de combater um problema estrutural é transformando radicalmente sua estrutura (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018b, on-line).

Ainda tratando de forma mais específica sobre as mulheres, o movimento reconhece as formas de apropriação das mulheres pelo sistema capitalista. Embora não utilizem o termo, reafirmam o que já falamos no capítulo anterior sobre a sexagem, expressando que “os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres sempre foram controlados pelo patriarcado, pelo capitalismo, pelo racismo e pelo Estado, onde a autonomia sobre sua escolha acerca da maternidade, do seu futuro e tempo-vida, fora historicamente negado” (Idem, 2017f, on-line). Identificamos que o LPJ aponta como possibilidade de enfrentamento à ordem vigente a construção do diálogo e o fortalecimento da unidade das forças progressistas, afirmando que:

[...] é necessário retomar o diálogo com o povo brasileiro, bem como fortalecer a unidade da população LGBT junto a classe trabalhadora, que precisa se reconhecer como sua parte indissociável. É necessário que o conjunto das forças progressistas busquem compreensões sobre a crise política, social e econômica, mas que tem tido desdobramentos ideológicos no seio da sociedade. Pois, se o patriarcado e o racismo são estruturantes para a sociedade capitalista e neoliberal em que vivemos, é central que possamos ter a capacidade de denunciar os retrocessos nas mais diversas esferas e buscar aglutinar a força social dos inúmeros setores indignados com tantas declarações e medidas impopulares, unificando as lutas em torno de um projeto popular de País (Idem, 2019b, on-line).

O Projeto Popular para o Brasil é a aposta do movimento para barrar o avanço do capitalismo, sendo a Constituinte a estratégia central na construção desse projeto. Por isso, identifica as denúncias dos processos de desigualdade e da regressão dos direitos sociais como o mote capaz de despertar na população o desejo pela luta. Compreende ainda como estratégia para enfrentar o capitalismo “[...] a construção da solidariedade entre os povos. Se o nosso inimigo atua globalmente, não podemos resistir localmente, é preciso construir processos de luta que enfrentem o sistema em âmbito mundial” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016I, on-line).

Ressaltamos que a citação anterior foi oriunda da participação do Levante Popular da Juventude no Encontro Internacional da Juventude em Luta – Mulheres de

Kobane, onde diversos movimentos sociais de juventude, principalmente da América Latina, firmaram o compromisso de construir uma articulação internacional da Juventude em Luta, de caráter anti-imperialista, anticolonialista, anticapitalista, antineoliberal e antipatriarcal (Idem, 2016l). Em 2016, o movimento declara, em sua Carta Compromisso do 3º Acampamento Nacional, que o povo deve estar no poder, “pois é o povo que produz, com seu suor, toda a riqueza de nossa nação e deve decidir com soberania sobre os rumos do país. Isso só será possível quando destruímos o sistema capitalista e a sua face mais dura, o imperialismo” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016h, on-line).

Outra estratégia adotada pelo movimento para superar a ordem capitalista é a incorporação das lutas específicas. Sobre isso, argumenta:

[...] entendemos que é fundamental que cada um dos coletivos que buscam a transformação da sociedade façam uma reflexão séria sobre essas questões. Uma sugestão que talvez nos ajude a não nos perdermos no caminho é a de sempre buscarmos aliar as nossas lutas específicas à luta mais ampla por igualdade entre os seres humanos. Afinal, a busca por igualdade é o único princípio que, se seguido com coerência, não pode ser aceito pelo sistema, uma vez que o sistema se funda na desigualdade (Idem, 2016, on-line).

O que não fica explícito nessa passagem é que igualdade é essa? A igualdade formal? Ou a igualdade substantiva? Nos questionamos sobre isso, pois sabemos os limites de cada uma delas e muito mais os limites impostos pelo capital. O LPJ elucida as dificuldades e a problemática na atualidade na incorporação das demandas específicas:

No entanto, para além dessas oportunidades, não devemos deixar passar despercebidos os riscos que acompanham a tendência atual. Em primeiro lugar, é visível que um desses riscos é a perda de uma perspectiva estrutural sobre as pautas em questão. Ao desvincularmos problemas como a destruição ambiental, a opressão racial, a violência contra as mulheres, a transfobia da forma como a sociedade é estruturada como um todo, dos valores que foram impostos historicamente pela classe dominante e seu modo de agir, corremos um sério risco de tornarmos completamente ineficazes as nossas lutas. Este caminho é inevitavelmente seguido quando desvinculamos essas pautas da dinâmica da luta entre as classes na nossa sociedade (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016m, on-line).

Corroboramos com a análise do movimento, uma vez que avaliamos que essa desvinculação tem sido empreendida pelo próprio sistema para o esvaziar as lutas, posto que, ao serem tratadas como processos individuais e não sociais, essas demandas tornam a luta fragmentada e subjetiva.

Em tempo, também consideramos o que discutimos no capítulo anterior sobre a necessária articulação entre feminismo e socialismo como fundamental para construção de uma nova sociedade. Além da superação do capitalismo, trata-se do investimento na construção de novos valores, fundamentados na liberdade substantiva e que pautem a superação de toda e qualquer forma de dominação, exploração e opressão. Sobre isso, o LPJ se compromete da seguinte maneira:

Vivemos um momento marcado por uma ofensiva do conservadorismo que, na sociedade brasileira, é determinada pela articulação do racismo, do patriarcado e do capitalismo que se desenvolveu no país. É neste contexto que a vida dos/as trabalhadores/as, das mulheres, negros/as e LGBT são cindidas por relações que reiteram a exploração e a opressão. Reconhecendo o caráter estrutural dessas formas de opressão, o Levante Popular da Juventude se coloca num desafio permanente de construção de um projeto feminista, antirracista, colorido e popular para o Brasil. Por acreditarmos na necessidade e na viabilidade de construção de novos homens e mulheres, nos comprometemos com ações concretas que combatam o racismo, o machismo e LGTBfobia dentro e fora de nossa organização (Idem, 2017c, online).

Reiteramos a necessidade da ação concreta nessas lutas. Diante do material analisado por nós, observamos o comprometimento do movimento no cotidiano das lutas; destacamos ainda os usos das estratégias de agitação e propaganda, desde a forma da construção escrita das notas, artigos e notícias, aos atos de rua através das batucadas e cirandas, pois identificamos que estas iniciativas estabelecem diálogos com as demandas e as características das juventudes. Apesar disso, não identificamos, através do material analisado, como se dá a dimensão formativa do movimento, entendendo a importância dessa para a construção de novos valores e como forma de apropriação da realidade, seus elementos, suas contradições e dos estágios das lutas em esfera global. Entendemos, mais uma vez, os limites de nossa pesquisa e que algumas respostas necessitam de maiores aprofundamentos, esses só sendo possíveis à medida que nos aproximamos do cotidiano do Levante Popular da Juventude nas suas ações concretas.

5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Gostaríamos, antes de tudo, de sintetizar as inúmeras dificuldades de fazer pesquisa em um país marcado pelo patriarcado, pelo racismo e pelas distinções de classe. Fazer pesquisa se torna um ato de rebeldia, uma vez que sofremos as determinações societárias dentro e fora das universidades pelos processos de exclusão, pela negação dos espaços destinados às mulheres que se tornam mães, como no nosso caso, pela falta de recursos para o desenvolvimento das pesquisas e pelo sucateamento das instituições de ensino superior, na realidade nacional.

É diante desse cenário de recursos e oportunidades escassos que afirmamos o nosso compromisso com a produção do conhecimento de caráter crítico, mesmo diante de todas as adversidades e de todos os processos de adoecimento engendrados pela dinâmica da sociedade capitalista. Afirmamos que esses espaços, além de serem ocupados pela classe trabalhadora, por mulheres, negros, indígenas, população LGBT, devem ainda garantir as suas permanências, pois é impossível fazer pesquisa de qualidade sem o mínimo de condições básicas para garantir a nossa existência. Diante disso, afirmamos que a luta nesse contexto deve ser permanente, disputada no campo das ideias e nas ações cotidianas.

Dessa forma, em uma conjuntura nacional marcada pela profunda conexão com a crise estrutural do capital e tendo ainda como agravamento o avanço da extrema-direita de caráter neofascista no Brasil e no mundo, o que representa um alerta para a construção da esquerda, sobretudo, para a organização e resistência feminista dentro e fora das organizações de esquerda, é que esta dissertação se propôs a investigar a organização feminista no Levante Popular da Juventude.

Dito isto, no capítulo 2 do nosso trabalho, buscamos nos debruçar sobre os fundamentos teórico-políticos das categorias trabalho, classes sociais e movimentos sociais, apontando os seus aspectos contraditórios na esfera das relações capitalistas, bem como as suas implicações e conexões no processo de formação da consciência; a partir disso, compreendemos as formas de consciência como processo, e, como implicações, a própria consciência de classe dos/as trabalhadores/as pode representar “o movimento de avanços e recuos próprios da dinâmica da luta de classes, ou seja, de momentos que oscilam desde a ousadia revolucionária até o mais profundo defensismo” (IASI, 2014, p. 133).

Ainda nesse capítulo, apresentamos algumas abordagens conceituais sobre a categoria juventude, em que identificamos que estas não conformam um bloco homogêneo em suas ideias, concepções e expressões. O que se observa é que existe um conjunto heterogêneo, com diferentes frações de oportunidades, dificuldades e modos de ser, dentre muitas outras características. Analisamos, também, os aspectos que caracterizam as condições de existência juvenis no país, como trabalho, educação e segurança, a partir dos recortes de raça, gênero e faixa etária. Os dados trabalhados por nós demonstram a estrutura desigual e fortemente ancorada no patriarcado e no racismo que assolam as trajetórias das juventudes brasileiras, sendo essas marcadas pela instabilidade no mundo do trabalho, oportunidades diferenciadas para homens e mulheres nos empregos formais, bem como o genocídio e o encarceramento da juventude negra; tudo isso em um quadro de recessão da economia nacional, que impacta na sobrevivência das massas trabalhadoras e no agravamento da repressão, visível no abuso de autoridade policial, principalmente nas periferias brasileiras.

No capítulo 3, abordamos o processo de apropriação do trabalho e dos corpos a que a mulheres foram e permanecem submetidas, sobretudo com o advento do capitalismo, bem como os processos de resistência, principalmente através do feminismo enquanto movimento político. Indicamos a necessária articulação entre feminismo e socialismo para a construção de uma nova sociedade, sem deixar de considerar os equívocos no transcurso histórico, principalmente no sentido da compreensão das lutas das mulheres, posto que a sua organização era identificada como prática política que fragmentava a luta e desviava o foco do socialismo, sendo essas, por vezes, acusadas de separatistas ou individualistas.

Assim, defendemos que o feminismo é necessário à construção de uma sociedade socialista, pois pauta o enfrentamento das complexas relações entre exploração e opressão e a pertinente criação de novos valores que se alicerçam na emancipação humana.

Abordamos, também nesse capítulo, o contexto em que são lançadas as bases de construção do Levante Popular da Juventude, bem como as suas formas de organização, as estratégias, características herdadas de outros movimentos sociais e políticos, suas bandeiras de lutas e a organização em torno da pauta feminista no movimento. Identificamos que o seu processo de criação é fruto de um acúmulo

organizativo onde a Via Campesina e a Consulta Popular definem como meta a organização da juventude dos centros urbanos.

Analizamos o destaque das estratégias de agitação e propaganda diferenciadas com o intuito de atrair a juventude, tais como a batucada, zine e uso das mídias digitais. Assinalamos que o LPJ não demarca de forma mais enfática e detalhada quais as suas bandeiras de luta, pois seus esforços se concentram na construção de um projeto popular para o Brasil, buscando aglutinar diferentes setores da juventude. O movimento se propõe à tarefa de contribuir na construção de um conjunto de bandeiras que dialoguem e apontem para esse projeto popular para o Brasil. Mereceu destaque em nosso estudo, a estrutura e organicidade da agenda feminista no Levante, dispondo de um Setor de Mulheres, com sua orientação voltada à construção de um projeto feminista inserido naquilo que apreendem como um projeto popular para o Brasil.

No último capítulo, buscamos identificar e analisar a articulação do LPJ com outros sujeitos políticos e as pautas que possuem potencial para unificar as lutas, com o reconhecimento das principais reivindicações e ações feministas e da perspectiva de feminismo do LPJ e sua relação com a defesa de um projeto anticapitalista.

Identificamos que, desde o seu processo de nacionalização, ao fazer uso de diversas técnicas de agitação e propaganda, como os escrachos, acampamentos e o uso das mídias digitais, o movimento promove a articulação com as juventudes, como também com outros sujeitos políticos. As pautas do movimento reafirmam que as bandeiras de luta do LPJ compõem um conjunto de lutas a partir daquilo que entendem como um “projeto popular para o Brasil”, se expressando através das bandeiras da educação, da reforma agrária, da saúde, participação política das expressões da diversidade humana e da democratização dos meios de comunicação. A partir disso ficou perceptível a articulação com diversos movimentos do campo progressista, sobretudo, através da Frente Brasil Popular; ao mesmo tempo, identificamos que, diante do cenário de retrocessos e ascensão do neofascismo no governo Bolsonaro, há um recuo do Levante Popular da Juventude na defesa de suas pautas e na denúncia do profundo quadro de regressão dos direitos sociais. Cabe ressaltar que esse refluxo não é exclusivo do LPJ, mas é perceptível nos demais movimentos nacionais.

Identificamos como as principais reivindicações feministas no Levante Popular da Juventude a luta contra a violência doméstica, a luta sobre os direitos sexuais e

reprodutivos, se concentrando, sobretudo, na defesa da descriminalização e legalização do aborto, como também na denúncia dos sujeitos políticos que se colocam como entrave às conquistas desses direitos. Ainda tem como bandeira a luta pela Memória, Verdade e Justiça e a luta pela Constituinte, compreendendo-a como uma estratégia para garantir a participação das mulheres nos processos políticos e de decisão.

Reconhecemos como um dos limites da atuação do LPJ a dificuldade de trabalhar estas pautas de modo contínuo, sobressaindo a realização de atividades em datas comemorativas ou em alusão a essas. As dificuldades se relacionam com a própria amplitude das reivindicações, que exige a parceria estratégica com outros sujeitos políticos. Neste sentido, as pautas feministas dentro do movimento precisam ser construídas diariamente, fundamentalmente no cenário sócio político atual, pois, como nos alerta Simone de Beauvoir (2009, p. 29): “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses mesmos direitos não são permanentes”.

O LPJ assume, como perspectiva feminista, o feminismo popular. Apesar disso, não identificamos no material analisado em nossa pesquisa o que é entendido por feminismo popular; todavia buscamos, então, apreender elementos que caracterizam essa perspectiva, destacando-se a desnaturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres, como também a compreensão da dimensão sistêmica do patriarcado e do racismo como núcleo que fundamenta as inúmeras formas de opressão na sociedade capitalista. Prevalece o entendimento da indissociabilidade da luta contra o capitalismo e da luta contra a opressão fundamentada no patriarcado e no racismo.

Consideramos o envolvimento do LPJ com as lutas anticapitalistas, bem como o seu comprometimento na construção da articulação internacional nas lutas anticapitalistas e anti-imperialistas. Apesar disso, não identificamos como se dá a dimensão formativa do movimento, como forma de apropriação da realidade, seus elementos, suas contradições e dos estágios das lutas em esfera global. Ademais, temos um vasto campo de questões que permeiam o universo das esquerdas e da formulação de um projeto político da classe trabalhadora, notadamente após os governos petistas e as polêmicas sobre o processo de conciliação de classes.

Apontamos, também, os limites da nossa pesquisa e afirmamos que em momento algum foi nosso objetivo esgotar o debate sobre esse tema. Tão somente tivemos como propósito aprender e analisar o LPJ, principalmente no que diz respeito

às práticas e reflexões feministas enquanto um movimento da organização da juventude, de caráter misto.

Assinalamos ainda que é tempo de não ter medo, que esse momento é favorável para a reorganização da esquerda brasileira, como também de organização em torno de uma frente antifascista, e de somar a luta com grupos antifascistas do mundo inteiro, bem como de trabalhar cada vez mais pela base, como afirmava Carlos Marighella (1966).

REFERÊNCIAS

[PAPO Reto] Eduardo Cunha: o silenciamento da grande mídia e a justiça seletiva. **Levante Popular da Juventude**, 2015b. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=592>. Acesso em: 25 dez. 2019.

[PAPO Reto] Lutar contra as opressões lutando por igualdade. **Levante Popular da Juventude**, 2016m. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=787>. Acesso em 02: jan. 2020.

[PAPO Reto] Operação Lava-Jato: a nova novela golpista da Rede Globo. **Levante Popular da Juventude**, 2016e. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=857>. Acesso em: 02 nov. 2019.

[PAPO Reto] Os olhos grandes do imperialismo. **Levante Popular da Juventude**, 2015i. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=627>. Acesso em: 13 dez. 2019.

08 DE março é dia de se levantar pela vida das mulheres! **Levante Popular da Juventude**, 2015j. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=244>. Acesso em: 15 dez. 2019.

15M: um marco na luta contra o golpismo. **Levante Popular da Juventude**, 2017b. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1408>. Acesso em : 01 dez. 2019.

25 ANOS do ECA e a luta nas ruas para impedir retrocessos. **Levante Popular da Juventude**, 2015h. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=493>. Acesso em: 20 nov. 2019.

28 DE Setembro: Dia Latino-Americano e Caribenho pela Legalização e Descriminalização do Aborto. **Levante Popular da Juventude**, 2019a. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1860> . Acesso em: 22 dez. 2019.

51 ANOS de manipulação que tem nome: Rede Globo. **Levante Popular da Juventude**, 2016b. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=989>. Acesso em: 23 dez. 2019.

A CADA cinco minutos uma mulher é agredida no Brasil. **Levante Popular da Juventude**, 2017d. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1706>. Acesso em: 02 jan. 2020.

A JUVENTUDE na luta contra os agrotóxicos e pela vida. **Levante Popular da Juventude**, 2016c. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=946>. Acesso em: 19 dez. 2019.

A VERDADE exige Justiça. **Levante Popular da Juventude**, 2014. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=51> . Acesso em: 20 dez. 2019.

ABORTOS que vêm de longe: direitos sexuais e reprodutivos e a vida das mulheres negras. **Levante Popular da Juventude**, 2017f. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=1646>. Acesso em: 20 dez. 2019.

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *In*: FÁVERO, Osmar. *et al.* (orgs.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

ACORDO para antecipar a eleição presidencial é um verdadeiro tiro no pé. **Levante Popular da Juventude**, 2016f. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1099>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; PEREIRA, Eveline Medeiros. **Transformações contemporâneas, educação e realidade brasileira: formação profissional em Serviço Social na experiência do IFCE**. Recife: Imprima, 2016.

ANIVERSÁRIO do SUS e a luta por um Projeto Popular para a Saúde. **Levante Popular da Juventude**, 2015g. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=573>. Acesso em 13 dez. 2019.

AS EMPRESAS que financiaram a ditadura são as mesmas que controlam o atual sistema político. **Levante Popular da Juventude**, 2015m. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=292>. Acesso em 30 nov. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEZERRA, Elaine. Feminismo popular: a relação entre capitalismo e patriarcado. *In*: CRESS-MG. **Boletim Especial: mulheres de luta**. 2018. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/Conteudo/b5e39571-f3da-4881-b3be-b14b78238ba3/Feminismo-popular-a-rela%C3%A7%C3%A3o-do-capitalismo-e-o-patriarcado>. Acesso em: 09 jan. 2020.

BOLSONARO e Damares vestem conservadorismo e neoliberalismo: Uma análise para além do azul e do rosa. **Levante Popular da Juventude**, 2019b. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=1840>. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRASIL. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

CARÁTER e organicidade. **Levante Popular da Juventude**, 2014a. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/245427228/Zine-Grupo-Levante>. Acesso em: 20 out. 2018.

CARTA compromisso do 3º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude. **Levante Popular da Juventude**, 2016h. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1249>. Acesso em: 03 dez. 2019.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n132/0101-6628-ssoc-132-0211.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CONQUISTAR “corações e mentes” dos estudantes brasileiros! **Levante Popular da Juventude**, 2015e. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=204>. Acesso em: 03 jan. 2020.

CONTRA a cultura do estupro e do patriarcado. **Levante Popular da Juventude**, 2016j. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=1062>. Acesso em: 25 dez. 2019.

COSTA, Joana; ROCHA, Enid; SILVA, Claudia. Voces de la juventud en Brasil: aspiraciones y prioridades. *In*: NOVELLA, Rafael. *et al.* **Millennials na América e no Caribe: trabalhar ou estudar?** Recife: Ipea; Fundación Espacio Público do Chile; Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional (IRDC); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2018.

COSTA, Taisa Iara de Almeida. **“Viver é melhor que sonhar”**: uma análise de políticas públicas de juventude no município de Mossoró-RN. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *In*: FÁVERO, Osmar. *et al.* (orgs.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

DEBATES sobre organicidade e método do Levante. Vitória da Conquista. **Levante Popular da Juventude**, 2012. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0024248790cf3c665f18b>. Acesso em: 19 out. 2018.

DECLARAÇÃO do Encontro Internacional da Juventude em Luta – Mulheres de kobane. **Levante Popular da Juventude**, 2016l. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=1124>. Acesso em: 30 nov. 2019.

DEFENDER o #ForaCunha significa resguardar os direitos das mulheres. **Levante Popular da Juventude**, 2016i. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=845>. Acesso em: 15 dez. 2019.

DIA 25 de julho: Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. **Levante Popular da Juventude**, 2017g. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=1564>. Acesso em: 16 nov. 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

É PELA vida das mulheres: basta de violência. **Levante Popular da Juventude**, 2018b. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1832>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Mirian; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1/2, p. 121-142, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. Elefante Editora, 2004.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 23-36, 2008.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. “Movimentos Feministas”. In: HIRATA, Helena. *et al.* (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FRENTE AMPLA DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO PELA DEMOCRACIA. **90 dias de desgoverno golpista**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://frenteamplasspd.redelivre.org.br/2016/08/11/90-dias-de-desgoverno-golpista/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREGÓRIO, Andressa de Oliveira. **Eu tô na rua é pra lutar, por um projeto feminista e popular: a auto-organização das mulheres no Levante Popular da Juventude – Ce**. 2015. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Iguatu, 2015.

GRUPO de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo. Nota de Conjuntura I. **Teoria e Debate**, fev. 2012. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2012/02/07/nota-de-conjuntura-i/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: ABREU, Maíra. *et al.* **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu**. Recife: SOS Corpo, 2014.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Movimentos sociais e organização popular na cidade contemporânea**. Curitiba: CRV, 2016.

HISTÓRIA do Levante. **Levante Popular da Juventude**, 2016a. Disponível em: https://issuu.com/levantepopular/docs/escola_nacional_de_forma____o_web_. Acesso em: 13 out. 2018.

IASI, Mauro Luís. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2014.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Educação 2017**. IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. **A emancipação das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (orgs.). **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 02 jan. 2020.

KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: HIRATA, Helena. *et al.* (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LEVANTE apoia a greve dos trabalhadores da educação no Paraná. **Levante Popular da Juventude**, 2015c. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=197>. Acesso em: 12 jan. 2020.

LEVANTE-SE contra o aumento da tarifa! **Levante Popular da Juventude**, 2015d. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=71>. Acesso em: 03 jan. 2020.

LGBT'S não vão temer! **Levante Popular da Juventude**, 2016g. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1027>. Acesso em: 03 dez. 2019.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUTAR não é crime! **Levante Popular da Juventude**, 2018a. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1780>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCHA Mundial das Mulheres e Levante Popular da Juventude realizam escracho à atlética da Medicina da USP. **Levante Popular da Juventude**, 2015n. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=110>. Acesso em: 02 dez. 2019.

MARIGHELLA, Carlos. **A crise brasileira**. São Paulo: Editorial Livramento, 1966.

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MULHERES contra a Reforma da Previdência. **Levante Popular da Juventude**, 2017e. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1397>. Acesso em: 01 dez. 2019.

NA adversidade devemos sonhar em dobro. **Levante Popular da Juventude**, 2015a. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=344>. Acesso em: 23 dez. 2019.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da “Questão Social”**. Revista Temporalis, ano 2, n. 3, jan./jun. Brasília: ABEPSS; Graflines, 2001.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método na teoria Social**. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

NOTA de Apoio à Ocupação Flores do Campo de Londrina. **Levante Popular da Juventude**, 2017a. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1702>. Acesso em: 22 dez. 2019.

NOTA de esclarecimento sobre caso de machismo na Bahia. **Levante Popular da Juventude**, 2017 c. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1414>. Acesso em: 13 dez. 2019.

O QUE a luta antimanicomial tem a ver com o Projeto Popular do Levante? **Levante Popular da Juventude**, 2016d. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1022>. Acesso: em 02 dez. 2019.

PARA o passe livre passar: Contituinte Já! **Levante Popular da Juventude**, 2015f. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=97>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PELO fim da violência contra as mulheres. **Levante Popular da Juventude**, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/levantejuventude/docs/cartilhamulheres>. Acesso em: 20 out. 2018.

PEREIRA, Carolina; BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; SOBRAL, Isabela. Femicídios no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo, ano 13, 2019.

PINHEIRO, Larissa Souza. **Movimento de mulheres camponesa: uma análise do feminismo camponês popular**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018.

PUNIR os estupradores, e não as vítimas! **Levante Popular da Juventude**, 2015l. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=635>. Acesso em 30 nov. 2019.

RIBEIRO, Sâmbara Paula Francelino. Lutas Sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

ROWBATHAM, Sheila. “O Movimento de Mulheres e a Organização para o Socialismo”. In: WAINWRIGHT, Hilary. *et al.* **Além dos Fragmentos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Direitos, desigualdade e diversidade. In: Boschetti, Ivanete. *et al.* **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

SIQUEIRA, Igor, O problema habitacional no Brasil e a luta por moradia. **Jornalistas Livres**, jul., 2017. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/o-problema-habitacional-no-brasil-e-luta-por-moradia/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SOUSA, Roberta Menezes. **A cultura política feminista entre permanências e rupturas: um estudo com as jovens do movimento feminista de Fortaleza**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo; Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 2011.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lucaks, 2013.

TRAT, Josette. Movimentos sociais. In: HIRATA, Helena. *et al.* (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.
VISIBILIDADE lésbica: a busca por direitos continua!, **Levante Popular da Juventude**, 2015o. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=529>. Acesso em: 19 nov. 2019.

WATERS, Mary Alice. **Marxismo y feminismo**. 2. ed. Barcelona: Fontamara, 1979.